



RELA TORIO CON TAS 2012



**BANCO
ESPIRITO SANTO
ANGOLA**

ÍNDICE

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e composição dos Órgãos sociais

2

PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADES E RESULTADOS

3

AMBIENTE MACROECONÓMICO

- 03.1 Evolução da economia mundial
- 03.2 Evolução da economia nacional

4

MODELO DE GOVERNAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

5

RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

6

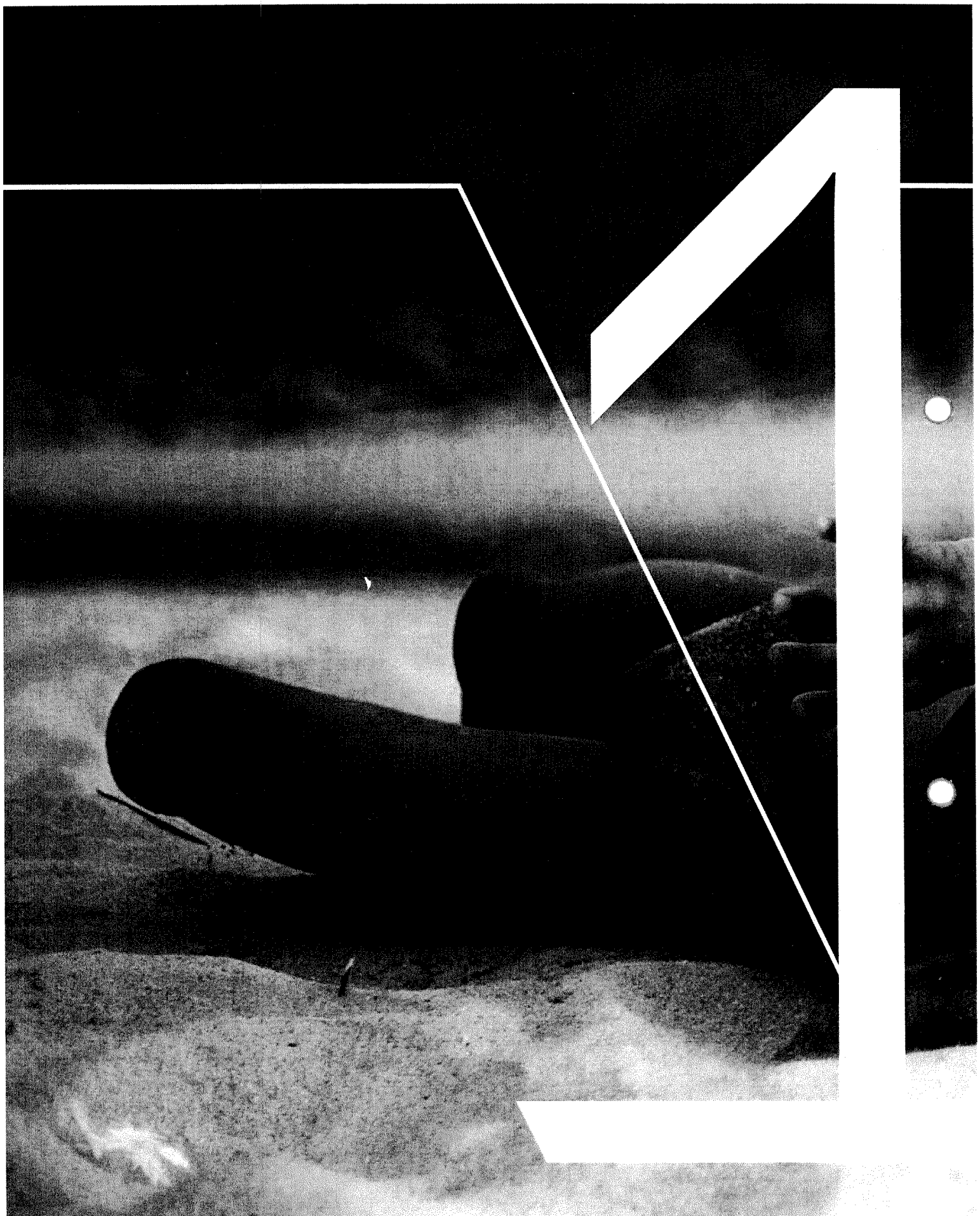
LINHAS ESTRATÉGICAS DE ACTUAÇÃO DO BESA

- 06.1 Alteração da estratégia
- 06.2 Evolução da actividade
- 06.3 Base de actuação comercial
 - 06.3.1 Base de clientes
 - 06.3.2 Recursos Humanos
 - 06.3.3 Instalações
 - 06.3.4 Sistemas de informação
 - 06.3.5 Segurança
 - 06.3.6 Plano de Continuidade de Negócio
 - 06.3.7 A Função Risco no BESA
 - 06.3.8 A Função Compliance no BESA
 - 06.3.9 A Função de Auditoria Interna no BESA
- 06.4 Actividade e Solvabilidade do BESA
 - 06.4.1 Balanço
 - 06.4.2 Crédito sobre clientes
 - 06.4.3 Recursos de clientes
 - 06.4.4 Outros activos (Outros valores)
 - 06.4.5 Outros passivos (Dívida subordinada e Outras obrigações)
 - 06.4.6 Recursos próprios
 - 06.4.7 Solvabilidade
- 06.5 Níveis de funcionamento (resultados)
 - 06.5.1 Resultado de intermediação financeira (Produto bancário)
 - 06.5.2 Custos operativos
 - 06.5.3 "Cost-to-income"
 - 06.5.5 Resultados
- 06.6 Proposta de aplicação de Resultados

APROVAÇÃO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011





MEN
SAGEM
DO
PRESI
DENTE



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2012 ficou marcado por uma desaceleração da actividade económica a nível global e por uma contracção do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do sector privado nas principais economias desenvolvidas; o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China; e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro.

Ainda assim, a Zona Euro, marcada pelo aprofundamento da maior crise europeia desde a última guerra mundial (39/45), sentiu também

o ano de 2012 como um momento de viragem. As medidas tomadas pelo Banco Central Europeu, contribuíram para a retoma (i) da estabilização dos mercados, e (ii) do sentimento de confiança na Zona Euro. Adicionalmente, começa a tomar forma na Europa a criação da União Bancária cuja grande meta será a de separar o risco de cada banco do risco soberano evitando assim o contágio da crise da dívida soberana dos bancos europeus.

Em Portugal as instituições financeiras cumpriram as rigorosas e exigentes metas estabelecidas no âmbito do Programa de Assistência Financeira ao

nível de rácios de capital e de desalavancagem, de onde se destacou o notável desempenho do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES), principal accionista de referência do Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA ou Banco). O BES foi o único banco de direito português que não recorreu ao fundo de recapitalização do Estado, mantendo a sua autonomia estratégica e tendo mesmo regressado aos mercados, não obstante a manutenção da notação de rating atribuídas pelas agências internacionais.

Em Angola, o ano de 2012 foi claramente de consolidação da superação de crise provocada pela incerteza e desequilíbrios internacionais o que potenciou os impactos dos processos de reforma e de implementação das medidas de crescimento organizado e sustentado da economia. A economia nacional continuou a crescer a um ritmo considerável, de aproximadamente 8,4%, mantendo os desafios da sua diversificação e consequentemente da aposta na requalificação das infraestruturas, na promoção da estabilidade dos preços e no reforço dos processos favoráveis e potenciadores do crescimento do investimento privado e sobretudo da melhoria das condições sociais da população. Angola terá fechado o ano de 2012 com as suas metas de controlo de inflação atingidas e com um excedente orçamental considerável, ao mesmo tempo que reforçou as suas Reservas Internacionais para níveis superiores ao endividamento externo o que lhe permite maior controlo sobre a estabilidade cambial da moeda nacional. A nível de risco soberano, Angola tem hoje uma notação de *rating* superior a vários países africanos de referência e ao nível da Nigéria.

Como resultado da crescente maturidade do mercado, das previsões macroeconómicas e de outros factores exógenos (oportunidades de negócio de valor acrescentado mutuo), o ano de

2012 foi marcado pela preparação da alteração do posicionamento estratégico do BESA no mercado angolano, cujo “*driver*” principal é a mudança para um modelo de negócio de banca aspiracional, assente (i) num reforço significativo em termos quantitativos e geográficos dos canais tradicionais (aumento para cerca do dobro da rede de Agências) e na expressiva aposta no desenvolvimento de canais remotos directos, desenvolvendo de forma robusta as funcionalidades que já dispõe e introduzindo outros, actualmente já existentes no mercado angolano de uma forma incipiente, (ii) no aumento significativo dos clientes alvo, tanto a nível dos particulares como das empresas, salientando as pequenas e médias empresas, e (iii) numa forte aposta em acções concertadas de marketing e comunicação. A actividade do BESA em 2012 foi condicionada pelo desenvolvimento e início de implementação destas alterações estratégicas, sem descurar os pilares fundamentais de aposta na solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente.

Em Novembro de 2012 foi inaugurada a futura Sede do Banco em Luanda, actualmente um dos edifícios de referência da cidade tanto em termos de arquitectura como das suas funcionalidades interiores conforme se analisa detalhadamente neste Relatório de gestão. A nova Sede foi projectada para acolher as actuais unidades operacionais do BESA e das suas Subsidiárias bem como o seu aumento decorrente do crescimento previsto para os próximos anos na estratégia revista.

Esta alteração de estratégia contempla ainda o objectivo último de o BESA se transformar no primeiro Grupo financeiro multi-especialista no mercado nacional, alargando o *target* dos seus clientes alvo, bem como a diversidade da oferta de produtos e os meios de comercialização dos mesmos. Neste contexto, no início de Agosto de 2012 foi constituído,

após aprovação das autoridades competentes, um novo Fundo de Investimento imobiliário, o BESA Valorização, gerido pela BESACTIF, no montante de mil milhões de USD. As quotas deste novo Fundo estão disponíveis para venda. O BESA começou ainda durante o ano a comercializar produtos de Leasing financeiro, enquanto espera a autorização das autoridades competentes para criação de uma Sociedade financeira especializada e adquiriu 21% da Tranquilidade Angola, SA, cujo objecto social é a actividade seguradora.

O BESA manteve, em 2012, a sua trajectória de crescimento, continuando a apoiar fortemente os agentes económicos (aumento de cerca de 34% da sua actividade creditícia em termos homólogos), nomeadamente os que fazem parte do *target* da sua estratégia revista. Num contexto de fraca liquidez da economia nacional, ainda fortemente dependente do sector petrolífero e do Estado, o Banco contou com a clara e inequívoca aposta do seu Accionista maioritário e de referência para reforçar a sua fonte de *funding*.

A conjugação da alavancagem do seu balanço, no contexto da continuidade do apoio à economia nacional, com (i) o aumento dos activos não remunerados (valorizados ao *fair value*), e (ii) a contracção das taxas de juro resultaram na redução da Margem financeira do BESA no exercício de 2012 em termos homólogos.

Esta trajectória de mudança de estratégia, que resulta necessariamente no aumento do investimento e do custo do risco, aliada à redução da margem financeira ditou a redução dos resultados de 2012 quando comparados com o exercício anterior.

Tendo presente que 2012 foi um exercício de mudança e por isso atípico para o Banco, dirigimos uma palavra especial de agradecimento (i) aos nossos Accionistas, que mais uma vez demonstraram a sua total lealdade e confiança no BESA, (ii) aos nossos Clientes pela confiança evidenciada no Banco, e (iii) às nossas incansáveis equipas que têm demonstrado um elevadíssimo profissionalismo perante os desafios. Gostaria ainda, em meu nome e em nome do Conselho de Administração de reconhecer explicitamente e agradecer o papel das Autoridades de Supervisão e de Controlo pela colaboração prestada.

Em 2013, independentemente da evolução da situação económica internacional e do respectivo impacto no mercado nacional, o BESA manter-se-á fiel à nova estratégia delineada. O BESA cria valor em Angola e contribui para o processo de reconstrução nacional há mais de uma década e o seu compromisso é o de continuar a trabalhar com a mesma determinação, seriedade e empenho no futuro.

Álvaro Sobrinho



ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos Sociais do BESA, tendo em conta o seu estatuto de Sociedade Anónima, são eleitos em Assembleia Geral e desenvolvem a sua actividade na Sede Social do Banco.

Em Assembleia Geral de accionistas ocorrida a 6 de Novembro de 2012, foi deliberada a recomposição do Conselho de Administração para o mandato de 2010 a 2012 em face da renúncia dos administradores Dr. Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva (Presidente), Dr. Hélder José Bataglia dos Santos (Vogal) e Dr. Pedro Ferreira Neto (Vogal), tendo sido nomeado Presidente do Conselho de Administração o Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho, Vice-Presidente o Dr. Rui Manuel Fernandes Pires Guerra e como novos vogais os Dr. Inocêncio Miguel, Dr. Francisco João da Silva, Dr. Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho e Dr. João Carlos Pereira Dias Batista.

Nessa mesma data foi ainda deliberada a recomposição da Comissão Executiva do Conselho de Administração, tendo sido eleitos novos membros para o mandato de 2010 a 2012 os Dr. Rui Manuel Fernandes Pires Guerra (Presidente), Dr. Francisco João da Silva (Vogal), Dr. Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho (Vogal) e Dr. João Carlos Pereira Dias Batista (Vogal) e reconduzido o Dr. Ilídio Domingos das Matas Santos (Vogal).

Os novos membros da Comissão Executiva apenas iniciaram funções de gestão efectiva em 2013, data em que foram cumpridos todos os formalismos legais, não tendo, pois, participado na gestão efectiva do Banco no exercício de 2012.

A actual composição dos Órgãos Sociais é a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Domingos António Monteiro

Vice-Presidente

Hélder Nuno da Costa Fernandes

Secretário

Nuno Maria Spencer Araújo Moura Coutinho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Vice-Presidente

Rui Manuel Fernandes Pires Guerra

Vogais

Ilídio Domingos das Matas Santos

José Octávio Serra Van-Dúnem

Zandre Eudénio de Campos Finda

Inocência Miguel

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

João Carlos Pereira Dias Baptista

Francisco João da Silva

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Rui Manuel Fernandes Pires Guerra

Nasceu a 7 de Dezembro de 1961, de nacionalidade Portuguesa, formou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE em 1995, tendo efectuado um MBA na Universidade Católica com especialização em Finanças. Desempenhou diversas funções na área financeira e gestão de activos antes de integrar em 1991 o Grupo Deutsche Bank em Portugal, onde exerceu diversos cargos, incluindo de Administração, nas áreas de fundos, gestão de activos, mercado de capitais, corretagem e serviços transaccionais. Em 1999, integrou o Banco Espírito Santo em Lisboa, como Director Coordenador do

Departamento de Banca Transaccional Exterior, tornando-se em 2003 Assessor da Administração e responsável pelo Departamento Internacional, ocupando vários cargos de Administração de diversas subsidiárias do Banco Espírito Santo. Actualmente, exerce o cargo de Presidente Executivo do Banco Espírito Santo Angola.

Administradores Executivos

Ilídio Domingos das Matas Santos

Nasceu a 27 de Fevereiro de 1954, é natural dos Açores, tendo feito parte significativa da sua formação académica em Portugal, nomeadamente na Universidade dos Açores, onde concluiu a licenciatura em Organização e Gestão de Empresas. Efectuou ainda uma pós-graduação em Gestão Bancária no ISEG em Lisboa. A sua entrada no mercado de trabalho foi no Banco Comercial de Angola em 1975, tendo integrado mais tarde o “Espírito Santo Financial Group”, onde a sua ligação conta já com 22 anos. Actualmente exerce o cargo de Administrador Executivo do BESA, posição que ocupa desde 2006.

Francisco João da Silva

Nasceu a 17 de Novembro de 1959, natural de Malange, Angola, licenciou-se em Economia pela Universidade de Praga na República Checa em 1989, onde mais tarde realizou Mestrado e Doutoramento em Economia com conclusão em 1994. Posteriormente integrou o Departamento de Gestão de Reservas do Banco Nacional de Angola tendo sido responsável pela Divisão de Estudos e Análise e Divisão de Controlo e Compliance. Foi membro do Conselho de Auditoria e actualmente exerce o cargo de Administrador Executivo do BESA.

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

Nasceu a 1 de Novembro de 1968, de nacionalidade Portuguesa, natural de Évora, formou-se em Organização e Gestão de Empresas em 1992 pela Universidade de Évora, ano em que integrou a Divisão de Financial Services da empresa internacional de auditoria *Price Waterhouse* em Lisboa. Em 1996, integrou o Banco Espírito Santo, tendo desenvolvido funções de direcção no Departamento Financeiro e de Mercados e exercido diversos cargos de Administração e Direcção-Geral em subsidiárias e sucursal do Banco Espírito Santo. Actualmente exerce o cargo de Administrador Executivo do BESA.

João Carlos Pereira Dias Batista

Nasceu a 17 de Janeiro de 1971, de nacionalidade Portuguesa, formou-se em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada em 1994, e frequentou o programa *Inter-Alpha Banking Programme* no INSEAD. Integrou o Banco Espírito Santo em 1995 no Departamento de Grandes Empresas, tendo em 2001, integrado o Departamento de Corporate Internacional com responsabilidades directivas de acompanhamento de clientes multinacionais em diversas geografias na Europa e Ásia. Mais tarde, em 2005, integrou o Departamento Internacional tendo desenvolvido funções de direcção com responsabilidades nas áreas de *Structured Trade & Commodity Finance* e Instituições Financeiras e de Administrador não-executivo no Banco Espírito Santo Cabo Verde. Actualmente, exerce cargo de Administrador Executivo do BESA.

CONSELHO FISCAL

Presidente

Carlos dos Santos Moita

Vogal

Francisco Machado da Cruz

QUADROS DIRECTIVOS

**DIRECÇÃO DE MANUTENÇÃO TRANSPORTES
E IMPORTAÇÃO**

Subdirectores

Paulo Alexandre Ho

Ânia Rosa

DIRECÇÃO DE PATRIMÓNIO

Director Coordenador

Nuno Coutinho

Subdirectores

Artur Gonçalves Figueiredo

Sandra Ferreira Santa

Luís Trocado Ferreira

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

Director Coordenador

Luís Farófia

Subdirector

Manuel Patrício Silvestre

**DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE
E CONTROLO ORÇAMENTAL**

Director Coordenador

Luís Silva

Directora Adjunta

Denise Henriques

DIRECÇÃO COMERCIAL REDES

Assessora da Administração

Lígia Madaleno

Directores

Anabela Teixeira

Elisa Francês Baptista

João Oliveira Martins

Directores Adjuntos

Anselmo Lisboa

Bernarda Ferreira Marques

Emiliana Contreiras de Sousa

Telmo Tomás Vieira

Manuela Casimiro Jacinto
Carla da Costa Nunes
Rui Gomes Pinto
Subdirectores
Jandira da Silva Inglês
Dercy Paiva de Carvalho
Suely Neto
Emanuel Jorge
Gisela da Cunha Gomes
Afonso Konde

DIRECÇÃO COMERCIAL EMPRESAS PREMIUM

Director Coordenador
Carlos Colaço

DIRECÇÃO COMERCIAL EMPRESAS

Assessor da Administração
João Paulo Amaral
Director
João Pedro de Sousa
Directores Adjuntos
Paulo Moreira Bastos
Liliana Francisco de Almeida
Gina Nunes Mendes
Subdirector
Dora Faria Vidinhas

DIRECÇÃO DE COMPLIANCE

Assessor Coordenador da Administração
Henrique Resina
Director Coordenador
Luís Victor

DIRECÇÃO FINANCEIRA E DE MERCADOS

Director
Daniel Katata
Director Adjunto
Ruth Lisboa Ferreira

DIRECÇÃO DE INFORMÁTICA

Directores Coordenadores
Aires Trindade
Victor Aguilar
Director Adjunto
Paulo Daniel
Subdirectores
Mauro Domingos Muondo
Mário Miguel

DIRECÇÃO JURÍDICA

Assessor da Administração
António Monteiro
Director Adjunto
Hélder Fernandes

DIRECÇÃO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Assessora da Administração
Leonor de Sá Machado
Director
Tiago Pereira
Directora Adjunta
Nádia Esmail
Subdirectora
Yona Rocha Santos

DIRECÇÃO DE CARTÕES E CANAIS DIRECTOS

Director Coordenador
Nuno Sampaio Nunes
Directora Adjunta
Sílvia Fraga

DIRECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO

Director Adjunto
Fernando Cabral
Subdirector
Luís Cardoso

DIRECÇÃO DE OPERAÇÕES

Directora Coordenadora
Katila Santos

Directoras

Deolinda Cardoso de Morais

Júlia Gourgel Couchinho

Subdirectores

Deolinda Muleleno

Fábio dos Santos

Cláudia Madaleno

Domingos Lourenço

Cláudia Ressurreição

Diana Cunha

DIRECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Directora Coordenadora

Senda Ramos

Directores

Ana Paula Bessa

Artur Santos

Directoras Adjuntas

Mirian Martinho Tavares

Nádia Batalha de Matos

DIRECÇÃO DE SEGURANÇA

Director

António Pereira

Director Adjunto

Jorge Vieira Joaquim

Subdirector

Joaquim Horta

DIRECÇÃO DE RISCO E CONTROLO DE CRÉDITO

Assessor da Administração

João Moita

Directora

Isaura Gomes Pinto

Directores Adjunto

Cláudio Madaleno

Subdirectores

Nádyia Rodrigues

João Faria

DIRECÇÃO DE CONTROLO DE CUSTOS

Director Coordenador

Luís Farófia

Subdirectora

Tatiana dos Anjos

DIRECÇÃO DE COMMODITIES

Assessor da Administração

Ricardo Ventura Leitão Machado

Director Adjunto

Pedro Fernandes dos Santos Ben

GABINETE DE BANCA DE INVESTIMENTO

Director Coordenador

Jorge Ramos

Directora Adjunta

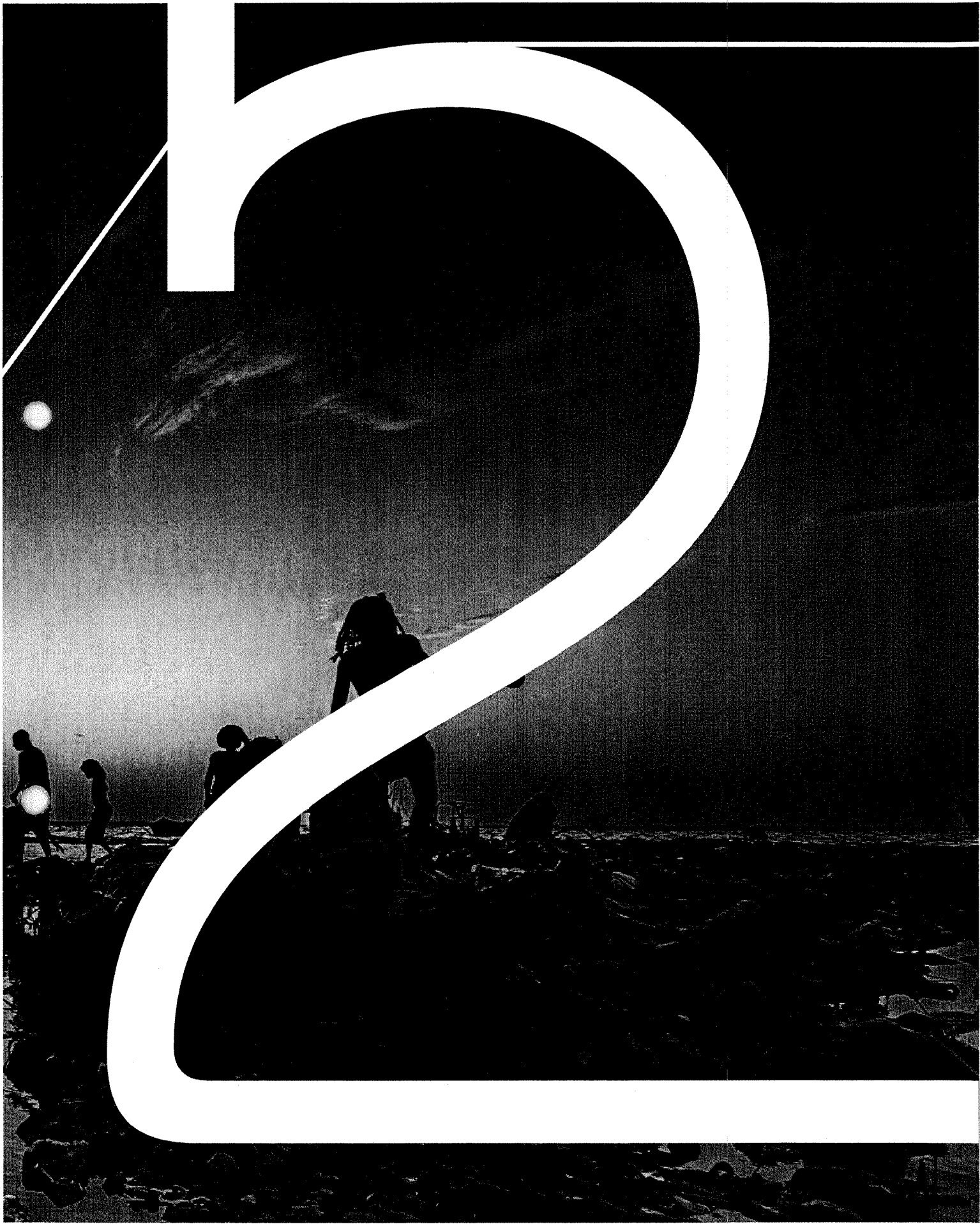
Alice Martins de Figueiredo

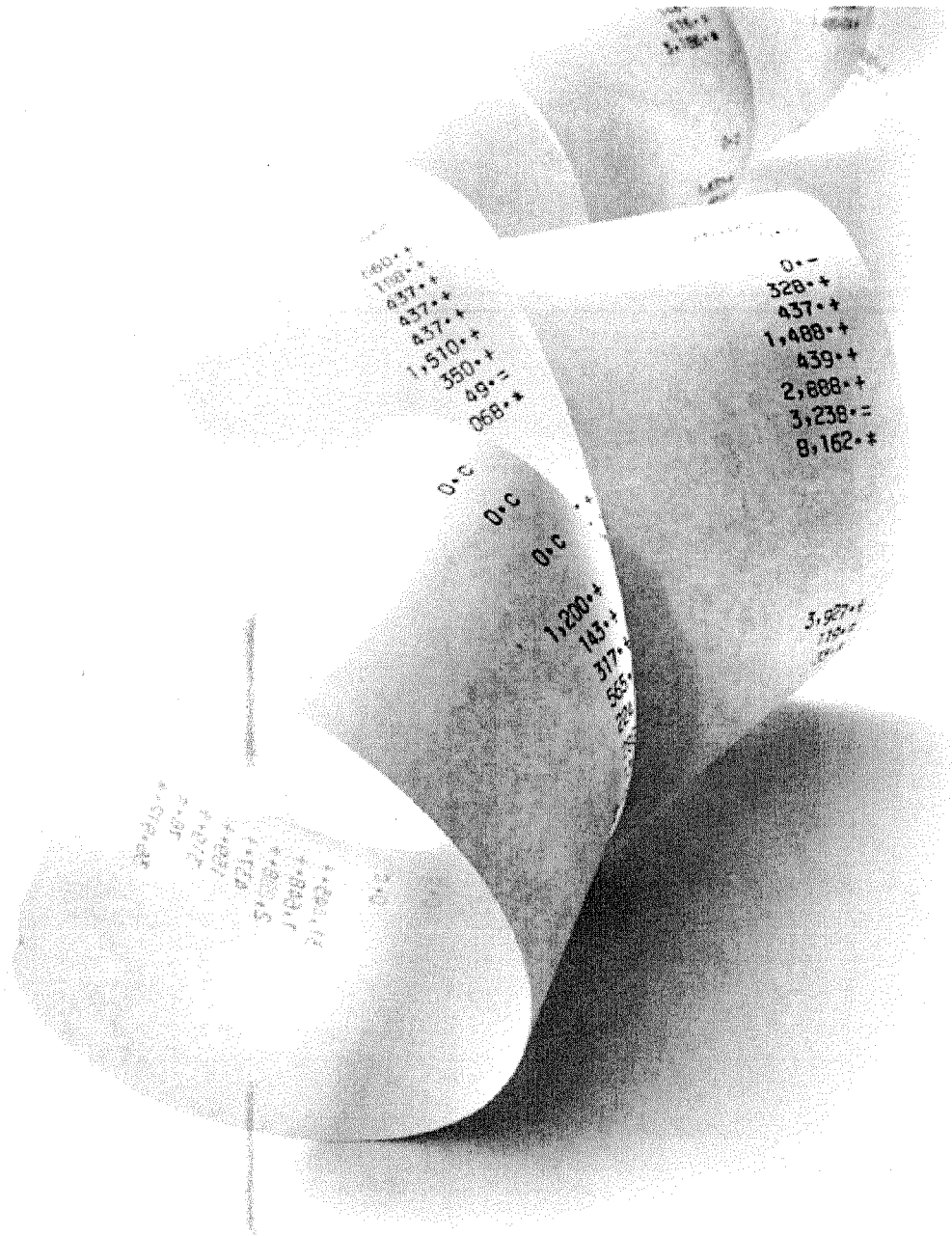
Subdirectores

Sebastião Mabote Júnior

Maria Alexandra Lino

PRIN
CIPALS
INDICA
DORES
DE ACTIVI
DADES E
RESUL
TADOS





em milhares de USD, excepto quando indicado

Actividade	Individual			Consolidado		
	2012	2011	Variação	2012	2011	Variação
Activo líquido	10.510.910	8.854.286	19%	10.407.120	8.853.181	18%
Activo líquido médio (i)	9.663.337	8.767.640	10%	n.d.	n.d.	n.a.
Activos financeiros	8.815.162	7.604.411	16%	8.602.068	7.604.411	13%
Crédito a clientes	6.737.695	5.026.179	34%	6.737.695	5.026.179	34%
Bruto	7.010.421	5.122.737	37%	7.010.421	5.122.737	37%
Provisões	-272.726	-96.558	182%	-272.726	-96.558	182%
Títulos e valores mobiliários	1.471.270	2.042.935	-28%	1.258.176	2.042.935	-38%
Passivos financeiros	9.361.245	7.805.465	20%	9.252.979	7.803.527	19%
Depósitos de clientes	3.643.192	2.897.738	26%	3.534.925	2.895.800	22%
Fundos próprios	1.085.606	1.028.336	6%	1.077.116	1.028.012	5%
Margem financeira	181.694	452.643	-60%	184.603	452.828	-59%
Produto bancário (ii)	403.137	507.364	-21%	403.865	510.399	-21%
Custos operativos	160.311	111.715	43%	163.173	114.387	43%
Resultado líquido	57.044	339.189	-83%	54.740	339.226	-84%
Fluxos de caixa	102.333	253.997	-60%	96.847	253.997	-62%
Rácio de transformação	185%	173%	7%	191%	174%	10%
Funcionamento						
Activo por colaborador	15.480	15.755	-2%	15.237	15.614	-2%
Produto bancário por colaborador	594	903	-34%	591	900	-34%
Número de agências/postos	39	34	15%	39	34	15%
Número de colaboradores	679	562	21%	683	567	20%
Número de colaboradores por agência/postos	17	17	5%	18	17	5%
Produtividade						
Cost-to-income	40%	22%	81%	40%	22%	80%
Rendibilidade						
Resultado líquido/Capitais próprios (ROE) (sobre valores médios) (i)	6%	50%	-88%	n.d.	n.d.	n.a.
Resultado líquido/Activo líquido (ROA) (sobre valores médios) (i)	1%	4%	-84%	n.d.	n.d.	n.a.
Solvabilidade						
Rácio de solvabilidade (TIER I)	10%	11%	-12%	n.d.	n.d.	n.a.
Rácio de solvabilidade (TIER II)	10%	11%	-13%	n.d.	n.d.	n.a.

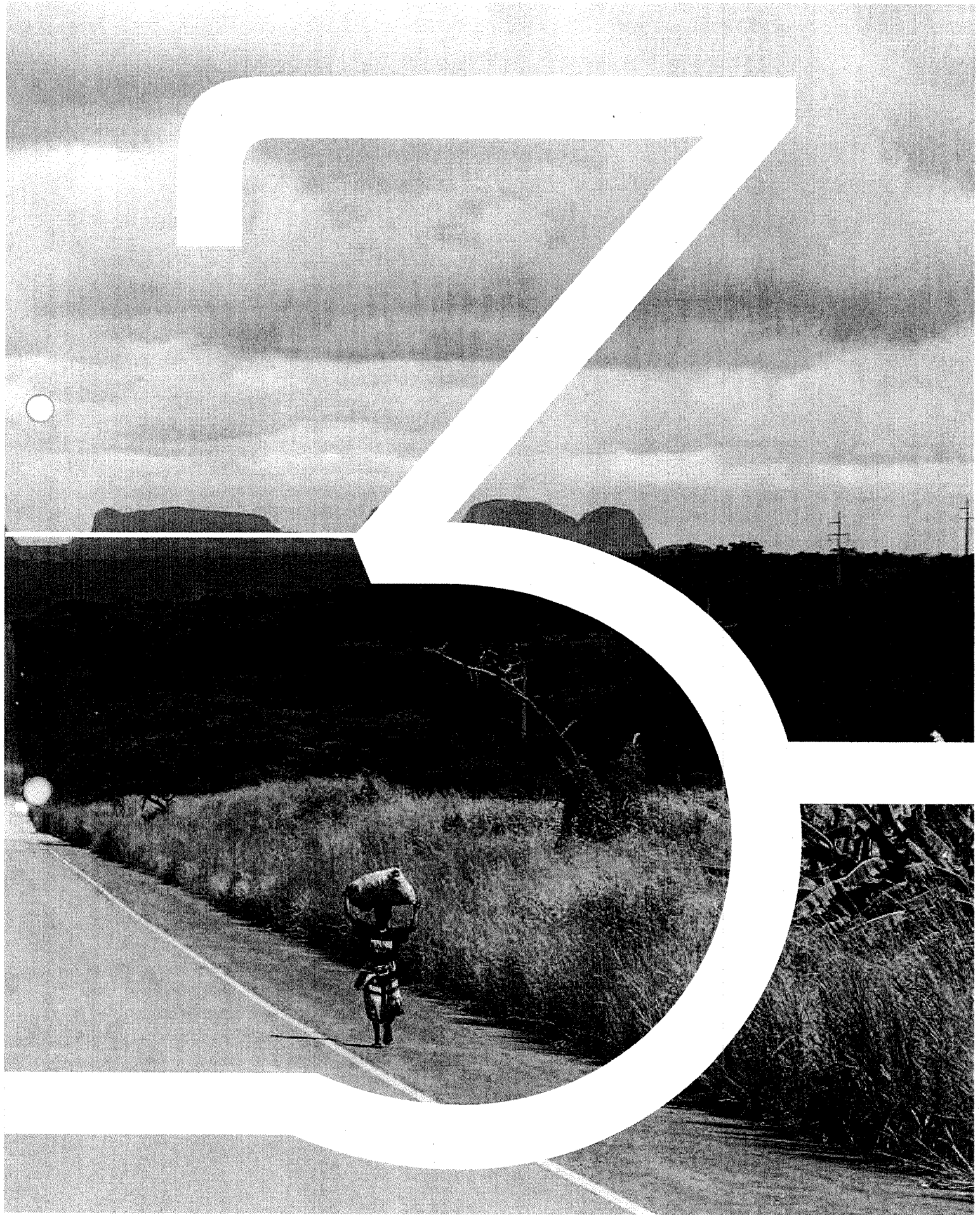
(i) - calculado a partir das contas preparadas para efeitos de consolidação (IAS/IFRS) que não diferem materialmente das contas estatutárias, estas últimas preparadas em conformidade com o CONTIF.

(ii) - Resultado de intermediação financeira sem Provisões para Crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

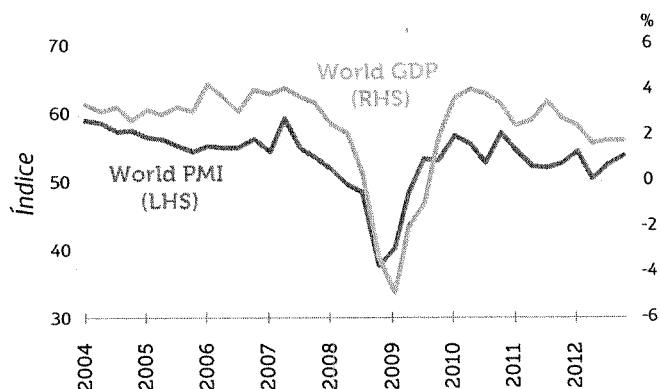


AMBI
ENTE

MACRO
ECONÓ
MICO



3.1 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL



Crescimento do PIB Mundial vs. PMI Global
Fonte: Bloomberg

O ano de 2012 ficou marcado por uma desaceleração da actividade económica a nível global e por uma contracção do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do sector privado nas principais economias desenvolvidas; o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China; e a incerteza associada à crise da dívida da **Zona Euro**. Este último factor foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por uma estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso expresso na diminuição significativa dos spreads dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha. Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do ESM.

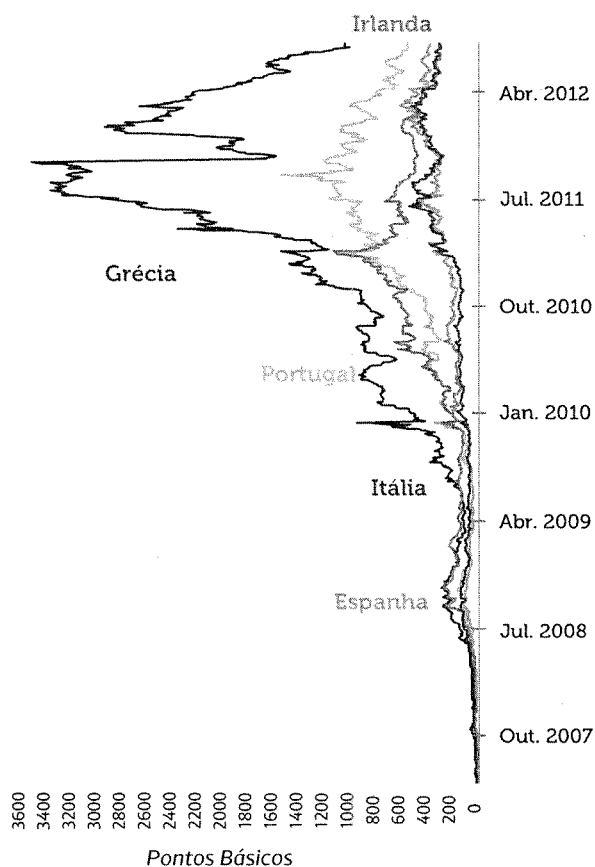
A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para

além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão. Após um último corte de 25 bps em Julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0.75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a Euribor a 3 meses caiu de 1.356% para 0.187% e o euro apreciou-se 1.8% face ao dólar, para EUR/USD 1.32.

Neste contexto, nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13.4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29.1% e 15.2%, respectivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2.9% e -4.7%, respectivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8.7% e 5.95%, respectivamente.

Reflectindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de USD 123.8 para USD 97/barril, recuperando a partir do Verão e fechando o ano em USD 111.9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.

A economia dos **Estados Unidos** experimentou um crescimento de 2.2% em 2012, o que significou uma ligeira aceleração face ao ano precedente, embora o comportamento da actividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. Após uma expansão muito robusta no último trimestre de 2011, a actividade registou um arrefecimento na primeira metade de 2012, seguida de um 3º trimestre com crescimento mais forte, terminando o ano em perda de velocidade. O consumo privado cresceu moderadamente, com uma melhoria tendencial do sentimento das famílias. O investimento produtivo revelou-se enfraquecido, reflectindo baixos níveis de confiança dos empresários e uma elevada incerteza em relação ao quadro orçamental. As exportações



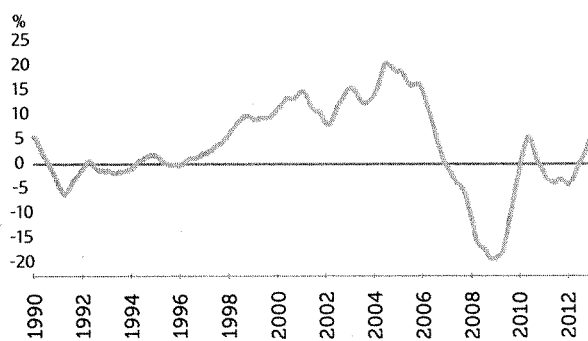
Spreads da Dívida Pública a 10 Anos vs. Alemanha
Fonte: Bloomberg





evidenciaram um andamento relativamente animado nos primeiros seis meses do ano, perdendo dinamismo na segunda metade do ano, em particular devido à crise da Zona Euro. Os efeitos não ocorreram apenas no comércio externo norte-americano, tendo as incertezas que perpassaram na região – envolvimento do sector privado no perdão da dívida grega, as eleições legislativas na Grécia, as eleições presidenciais francesas, a queda do governo holandês, a instabilidade no sistema financeiro espanhol e os rumores de um pedido de resgate deste país – contribuído seguramente para a apreciação do dólar durante o primeiro semestre e para a valorização dos *Treasuries* (vistos como activo de refúgio). A maior estabilização da Zona Euro, após o forte empenhamento do BCE na defesa do euro, retirou fulgor ao dólar e interrompeu os ganhos no mercado de taxa fixa, na segunda metade do ano.

O mercado habitacional, uma das actividades mais penalizadas com a grande recessão, que deteriorou fortemente a riqueza das famílias e o consumo privado, conheceu, em 2012, sinais de recuperação. Os preços das habitações, as vendas de habitações novas e existentes, os *housing starts* e a confiança dos empresários do sector (“*National Association of Home Builders*”) registaram uma trajectória ascensional, embora em patamares ainda relativamente recuados. O mercado de trabalho, por sua vez, igualmente atrasado na recuperação, registou também melhorias, embora sem o dinamismo necessário que permita uma descida rápida da taxa de desemprego. Do 1º para 2º semestre, a criação líquida de emprego aumentou em 14 mil postos de trabalho em termos médios mensais, para 160 mil por mês, permitindo uma redução da taxa de desemprego de 8.3% para 7.8% da população activa, entre o início e o final de 2012.



Índice de Preços da Habitação Case-Shiller (% y-o-y)
 Fonte: Reuters EcoWin Pro

A ausência de uma retoma firme da actividade e

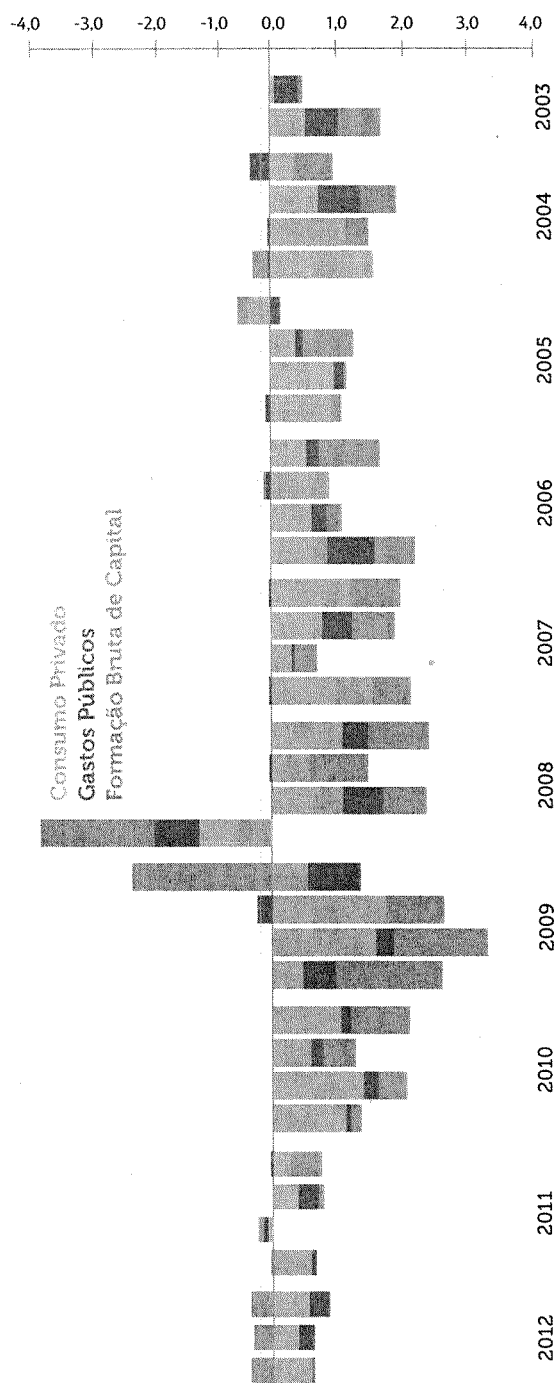
a persistente resistência à descida rápida da taxa de desemprego conduziu a autoridade monetária a aprofundar a política expansionista, num contexto de expectativas inflacionistas bem contidas e num ano em que as eleições presidenciais condicionaram a acção da política fiscal. A Reserva Federal decidiu, em Junho, prolongar até ao fim do ano a Operação *Twist*, de alongamento do prazo médio dos activos na posse do seu balanço, garantindo a manutenção da taxa *fed funds* no intervalo entre 0% e 0.25%, até final de 2014. Em Setembro, implementou um novo programa de *quantitative easing* (QE3) através da aquisição, por tempo indeterminado, de títulos do mercado habitacional, ao ritmo de USD 40 mil milhões por mês, ao mesmo tempo que prolongou de 2014 para, pelo menos, meados de 2015 a garantia de inalterabilidade da taxa *fed funds*. Por último, em Dezembro, com o fim da Operação *Twist*, reforçou o programa de aquisição de activos em USD 45 mil milhões de *Treasuries* de longo prazo e inicia uma nova filosofia na política monetária, condicionando a subida dos juros de referência a um limite máximo de 6.5% para a taxa de desemprego, ao mesmo tempo que permitiu um maior grau de liberdade para o andamento de preços (2.5%), abandonando, em consequência, a data de 2015.

O final de 2012 ficou igualmente assinalado pelo acréscimo da incerteza, traduzido num aumento da volatilidade dos mercados, acerca de um acordo sobre o denominado *fiscal cliff*. O consenso parcial alcançado entre republicanos e democratas, já nos primeiros momentos de 2013, fez evitar um efeito restritivo superior a USD 600 mil milhões (entre subida de impostos e cortes automáticos nas despesas) que seguramente provocaria uma nova recessão na economia norte-americana no 1º semestre de 2013.

Na **China**, o PIB chinês cresceu 7.8% em 2012, o acréscimo mais baixo dos últimos 13 anos, reflectindo

uma “normalização” gradual do crescimento chinês, depois de mais de uma década com crescimento da actividade, consistentemente a crescer em torno de 10%. O abrandamento tornou-se mais expressivo entre o final de 2011 e o início de 2012, reflexo da queda das exportações e dos stocks das empresas. Essa tendência inverteu-se na recta final do ano, tendo sido visíveis diversos sinais de estabilização do crescimento (e.g. subida da confiança empresarial a partir de Outubro, recuperação das exportações, subida da produção de electricidade, etc.), que resultaram das políticas monetárias e orçamentais expansionistas entretanto adoptadas. Neste contexto, foi relevante a intenção anunciada do Governo em acelerar a aprovação de novos projectos para infraestruturas por forma a dar seguimento à expansão da actividade. Tal constituiu um sinal relevante de que as autoridades do país não estavam dispostas a tolerar um abrandamento muito marcado do crescimento. Com a massa monetária sob controlo – com crescimento em torno do *target* de 14% do Banco Central, e sem pressões inflacionistas relevantes, havia espaço para um estímulo do Governo ao crescimento desta natureza. Garantiu-se assim que a economia chinesa seguisse uma trajectória de desaceleração controlada, o chamado *softlanding*, que levou a um abrandamento da expansão do PIB de 9.3% em 2011 para 7.8% em 2012.

No **Brasil**, apesar de um nítido incremento no grau de intervenções governamentais na esfera económica, com o intuito de acelerar o crescimento da actividade, as medidas adoptadas acabaram por ser direccionadas, num primeiro momento, para o impulso da procura interna, que já vinha registando um ritmo de expansão robusto. Esta estratégia acabou por limitar a taxa de expansão do PIB brasileiro, na sequência do fraco desempenho do investimento, que apresentou uma variação negativa em 2012. Assim sendo,



Contributos para a variação trimestral do PIB (p.p.)
 Fonte: Bloomberg

após a desaceleração do crescimento entre 2010 e 2011, os agentes económicos depararam-se com uma nova redução do ritmo de expansão em 2012 (0.9% de variação anual, após registo de 2.7% em 2011), o que levou o Governo a alterar o foco da sua política económica, passando a privilegiar medidas orientadas para a recuperação do investimento ao longo dos próximos anos.

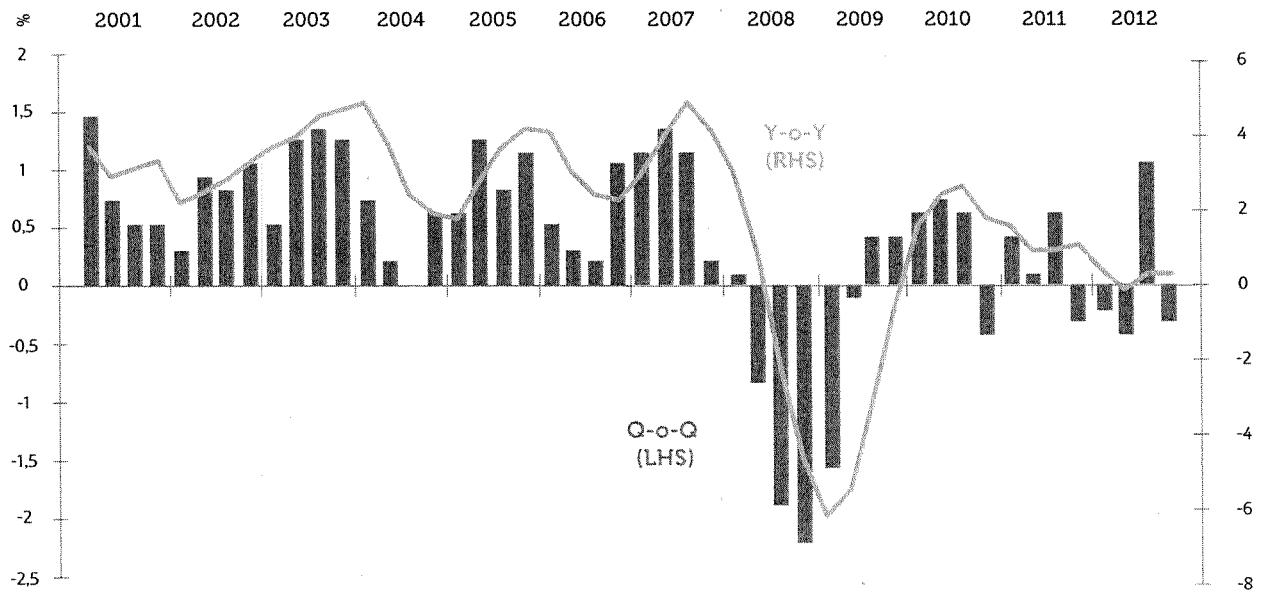
Contudo, a alteração de estratégia não veio a tempo de solucionar o desequilíbrio entre as taxas de expansão da procura e oferta agregadas. Em resultado, as pressões inflacionistas, que já estavam presentes em 2011, estenderam-se ao longo de 2012, fazendo com que a variação anual do índice de preços ao consumidor superasse a meta pelo terceiro ano consecutivo (inflação média anual de 5.4%, com uma variação homóloga de 5.8% no final do ano). Esta evolução foi acentuada por problemas climatéricos em importantes regiões produtoras de bens alimentares, que provocaram alta acentuada nos preços destes itens. A pressão inflacionista poderia ter sido mitigada por uma tendência de apreciação cambial, mas o Governo brasileiro optou por evitar um fortalecimento de sua moeda, uma vez que isto implicaria uma perda de competitividade por parte da indústria doméstica. O real registou, assim, uma depreciação no conjunto do ano, com a taxa de câmbio face ao dólar norte-americano a subir de BRL/USD 1.876 no final de 2011 para BRL/USD 2.044 no final de 2012.

Sem contar com uma dinâmica favorável de investimentos do sector privado, a Administração Federal avaliou que teria de assumir a liderança neste processo e intensificou as respectivas despesas de capital. Adicionalmente, concentrou as suas actuações na remoção de obstáculos para a expansão de capacidade produtiva. Contudo, a despesa corrente registou igualmente um crescimento elevado, o que também ajudou na

de 0.2% face ao ano anterior, condicionada pelo programa de austeridade implementado e pela performance anémica da procura externa. Embora o clima de incerteza tenha conduzido as empresas a focarem-se mais no controlo dos custos e as famílias a favorecerem a poupança, verificou-se, ainda assim, uma expansão da procura interna. Em linha com o programa de consolidação orçamental do Governo, o défice público caiu para 5.1% do PIB. Já a Dívida Pública situou-se em 85.8% do PIB, um rácio superior ao registado no ano anterior, o que conduziu à colocação do *rating* soberano em *outlook* negativo por parte da agência de notação financeira Standard & Poor's no final do ano, a última das três principais agências a revelar preocupação quanto ao crescimento da dívida e qualidade do *rating* AAA. Apesar do enfraquecimento da actividade, o mercado de trabalho mostrou uma enorme resiliência, com a taxa média de desemprego a

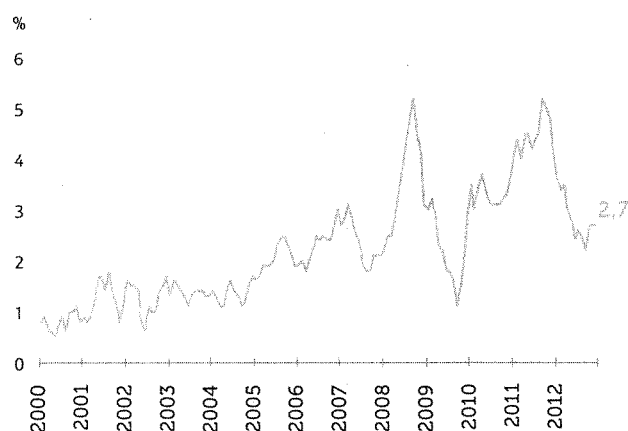
situar-se em 8% da população activa, um registo inferior ao registado no ano anterior.

O Banco de Inglaterra (BoE) manteve inalterada a taxa de juro de referência em 0.5% e interrompeu, em Novembro, o seu programa de *quantitative easing* (QE), revelando dúvidas quanto à eficácia que uma nova aquisição de títulos de dívida para o estímulo da economia real. Com a interrupção do programa, o BoE manterá, no seu balanço, o *stock* de GBP 375 mil milhões em títulos de dívida, financiados através da emissão de reservas do Banco Central. Apesar do aumento de liquidez, a taxa média de inflação foi de 2.8% para o conjunto do ano de 2012, um registo abaixo do verificado no ano anterior. Ainda que a inflação tenha ficado acima do target de 2% do BoE, o abrandamento dos preços face a 2011 permitiu uma melhoria dos salários reais das famílias, tendo contribuído para a recuperação



Crescimento do PIB (% q-o-q e y-o-y)
Fonte: Bloomberg

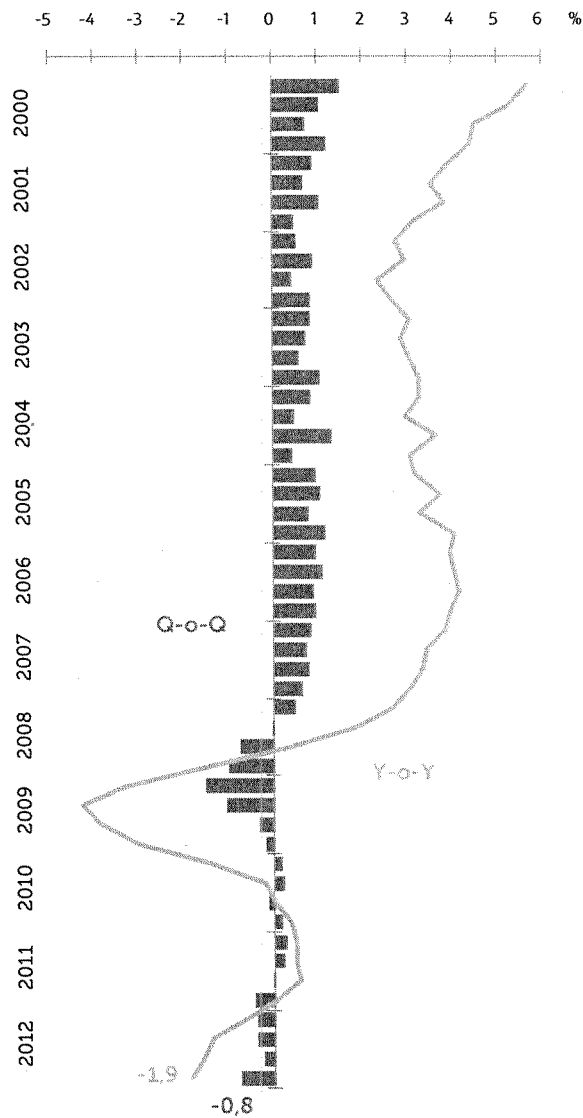
do consumo. No mercado obrigacionista, a média das *yields* dos títulos de dívida soberanos a 10 anos (*Gilts*) foi de 1.868%, tendo-se assistido a uma forte queda da taxa no 2º trimestre, de um máximo de 2.445% até um mínimo de 1.439%, com a forte procura por activos de refúgio num período de deterioração do *outlook* para a Zona Euro e elevado clima de incerteza. O mercado cambial apresentou uma tendência semelhante, com um forte avanço da libra esterlina no final do 1º trimestre e meses seguintes, de EUR/GBP 0.848 para EUR/GBP 0.777, seguida de um moderado recuo para valores próximos da taxa média de EUR/GBP 0.811.



Taxa de Inflação Homóloga (%)

Fonte: Bloomberg

A economia de Espanha prosseguiu, ao longo de 2012, a trajectória de contracção da actividade iniciada no final de 2011, tendo o PIB sofrido uma queda anual de 1.4%. O ritmo de quebra da actividade intensificou-se na parte final do ano, com o último trimestre de 2012 a registar uma contracção do PIB de 0.8%. Esta evolução reflecte o enfraquecimento da procura interna, e em particular a deterioração das condições do mercado de trabalho, a trajectória de *deleveraging* do sector privado (empresas e famílias), o esforço de consolidação orçamental e as condições restritivas de concessão de crédito. O consumo privado foi, assim, particularmente penalizado pelo agravamento do desemprego (que ascendeu a 26% da população activa no final do ano) e pela redução do rendimento disponível das famílias, em resultado da descida das remunerações e do aumento dos impostos sobre o rendimento. A contracção do investimento, em especial do investimento em equipamento, reflectiu a degradação do sentimento empresarial, o elevado endividamento das empresas e a restritividade das condições de acesso ao crédito. O ajustamento do sector da habitação prosseguiu ao longo do ano de 2012, tendo-se acentuado a descida dos respectivos preços, para 9.8% no conjunto do ano, e 26.5% desde o início de 2008. A estes factores



Crescimento do PIB (% q-o-q e y-o-y)

Fonte: Bloomberg

acresce o desempenho menos favorável da procura externa, dada a contracção da actividade na Zona Euro, no contexto da crise das dívidas soberanas. Apesar disso, a contracção da procura interna e das importações levou à continuação da correcção do desequilíbrio externo, tendo o défice corrente diminuído de 3.7% do PIB em 2011 para cerca de 1.9% do PIB em 2012.

No plano das contas públicas, o Governo apresentou, em Julho, um conjunto de medidas de consolidação orçamental, de que se destaca a elevação, no início de Setembro, das taxas de IVA (passando a taxa geral de 18% para 21% e a reduzida de 8 para 10%), mas também a significativa redução da despesa pública, de que se destaca o não pagamento do subsídio de Natal no sector público. O défice orçamental desceu, assim de 9.4% para cerca de 6.7% do PIB (sem contemplar o impacto da ajuda ao sistema financeiro), ainda assim acima da meta de 6.3%. Para além do esforço de consolidação orçamental, o Governo tem vindo a implementar um programa de reformas estruturais que inclui a reforma do mercado de trabalho, visando um aumento da respectiva flexibilidade.

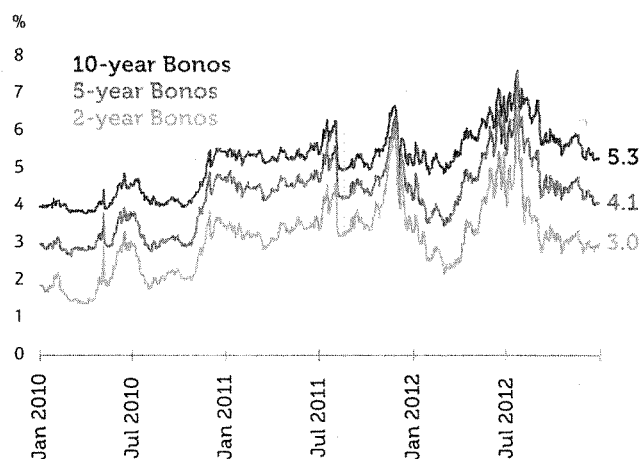
A elevação das taxas de IVA no mês de Setembro, bem como o aumento do co-pagamento de medicamentos, o aumento dos preços dos combustíveis, da electricidade e do gás conduziram a um agravamento do nível dos preços, sobretudo na parte final do ano, tendo a taxa de inflação média anual sido de 2.4%, ainda assim abaixo do registado em 2011 (3.1%).

As dificuldades de alguns bancos espanhóis, sobretudo relacionadas com a elevada exposição a activos do mercado imobiliário, levaram o Governo a solicitar assistência financeira externa, no sentido da recapitalização de instituições financeiras pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF). O Memorando de Entendimento, assinado a 23 de

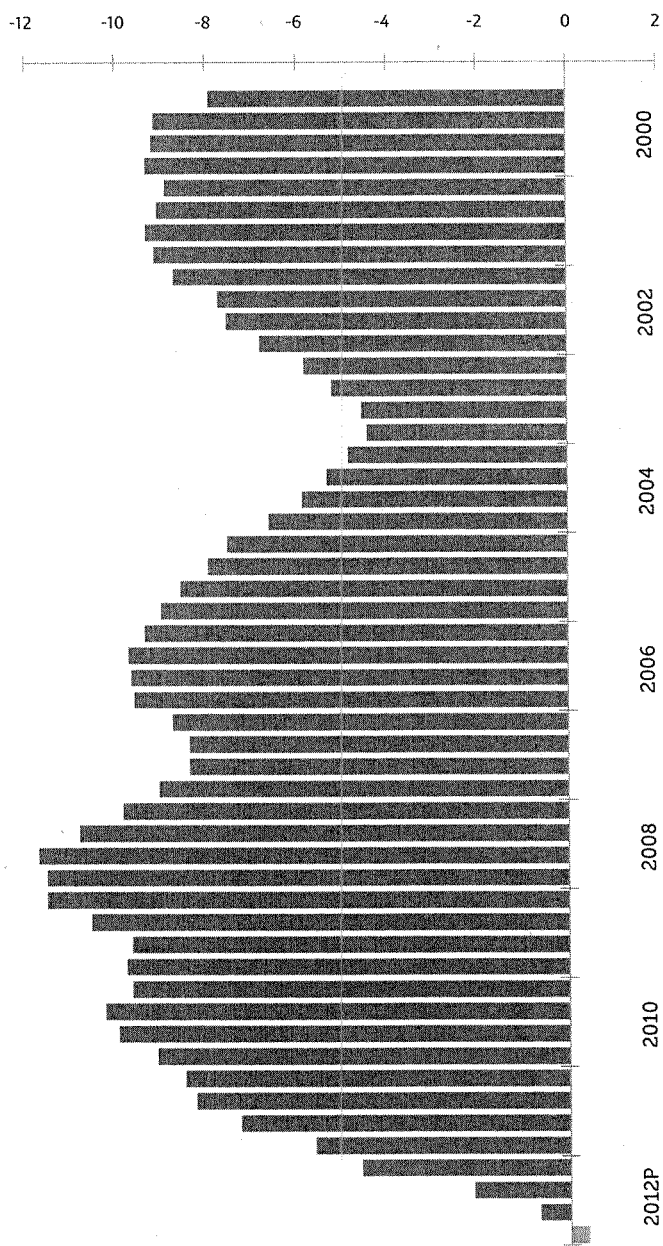
Julho, previa a disponibilização de um montante até EUR 100 mil milhões para a reestruturação e recapitalização dos bancos, do qual apenas um montante de cerca de EUR 40 mil milhões foi utilizado. Este programa teve um efeito favorável na estabilização do sistema financeiro espanhol como um todo, para o qual contribuiu também de forma significativa a apresentação, pelo Banco Central Europeu, em Setembro, do programa de aquisição de títulos de dívida pública (OMT – *Outright Monetary Transactions*), que conduziu a uma diminuição das tensões e da volatilidade nos mercados financeiros, invertendo a trajetória de deterioração observada até ao Verão. A *yield* dos Bonos a 10 anos em mercado secundário encerrou o ano ao nível de 5.27% (correspondente a um *spread* face à Alemanha de 395 pontos base), elevando-se ainda assim face aos valores do final de 2011 (5.09% e 326 pontos base, respectivamente). Note-se, no entanto, que no final de Julho aquela taxa atingiu um máximo de 7.62%, a que correspondia um diferencial de 639 pontos base relativamente ao título de dívida alemã da mesma maturidade.

As agências de *rating* reviram em baixa, ao longo do ano de 2012, a notação financeira atribuída à dívida do Reino de Espanha. Assim, a agência Standard & Poor's fê-lo em três movimentos, reduzindo-a em seis níveis (de AA- para BBB-), e as agências Moody's e Fitch em dois movimentos, revendo-a em baixa em cinco níveis (de A1 para Baa3 e de AA- para BBB, respectivamente).

Em **Portugal**, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no sector privado financeiro e não financeiro, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da actividade na Zona Euro, contribuíram para uma contracção real do PIB de



Yields dos Bonos a 2, 5 e 10 anos (%)
Fonte: Bloomberg



Saldo Conjunto das Balanças Corrente e de Capital (% PIB)
 Fonte: Bloomberg

3.2%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população activa. As despesas das famílias caíram 5.6%, reflectindo a forte queda do rendimento disponível (3.6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível. Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspectivas de evolução da actividade, os agentes económicos retraíram as respectivas despesas e aumentaram as respectivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução. O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2.8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indirectos.

O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 13.7% (13.8% no ano anterior), comum a todos os sectores institucionais. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspectivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução. Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho favorável, com um crescimento superior a 3% em termos reais.

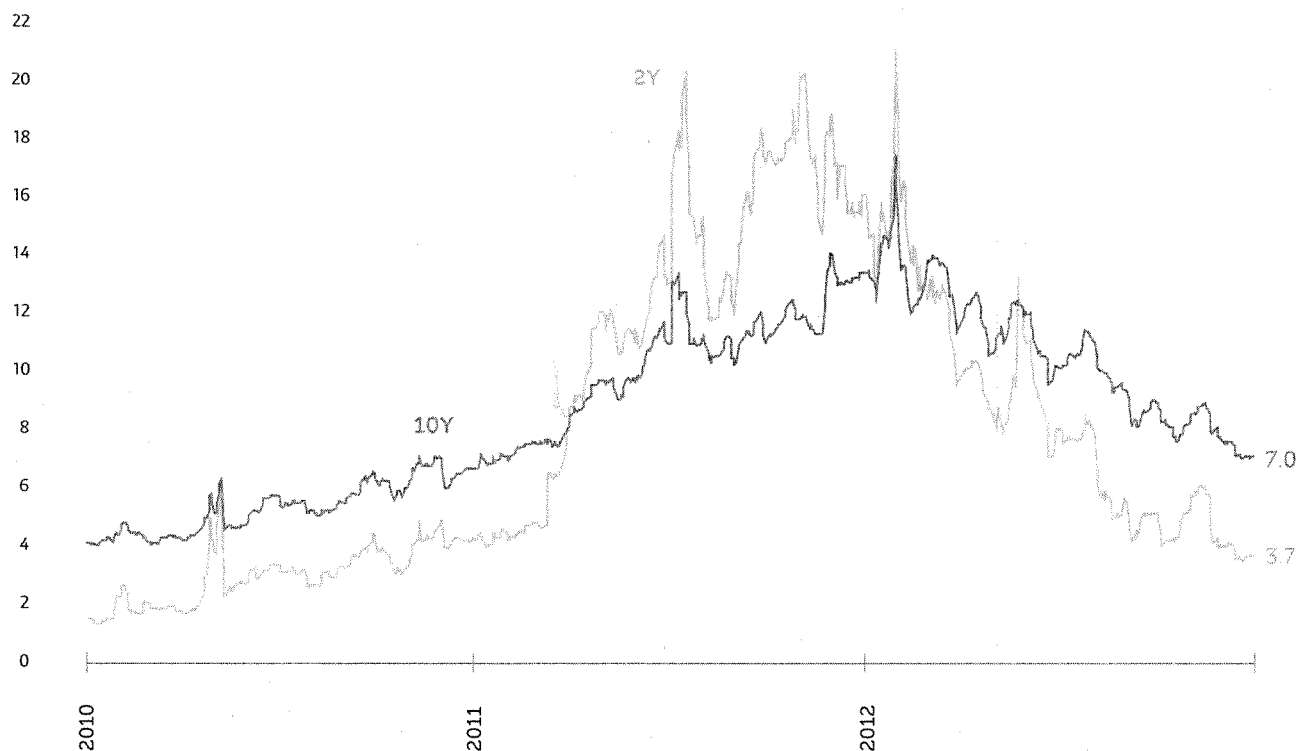
As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (6.9%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de 5.6% do PIB em 2011 para um valor excedentário em 2012 (0.4% do

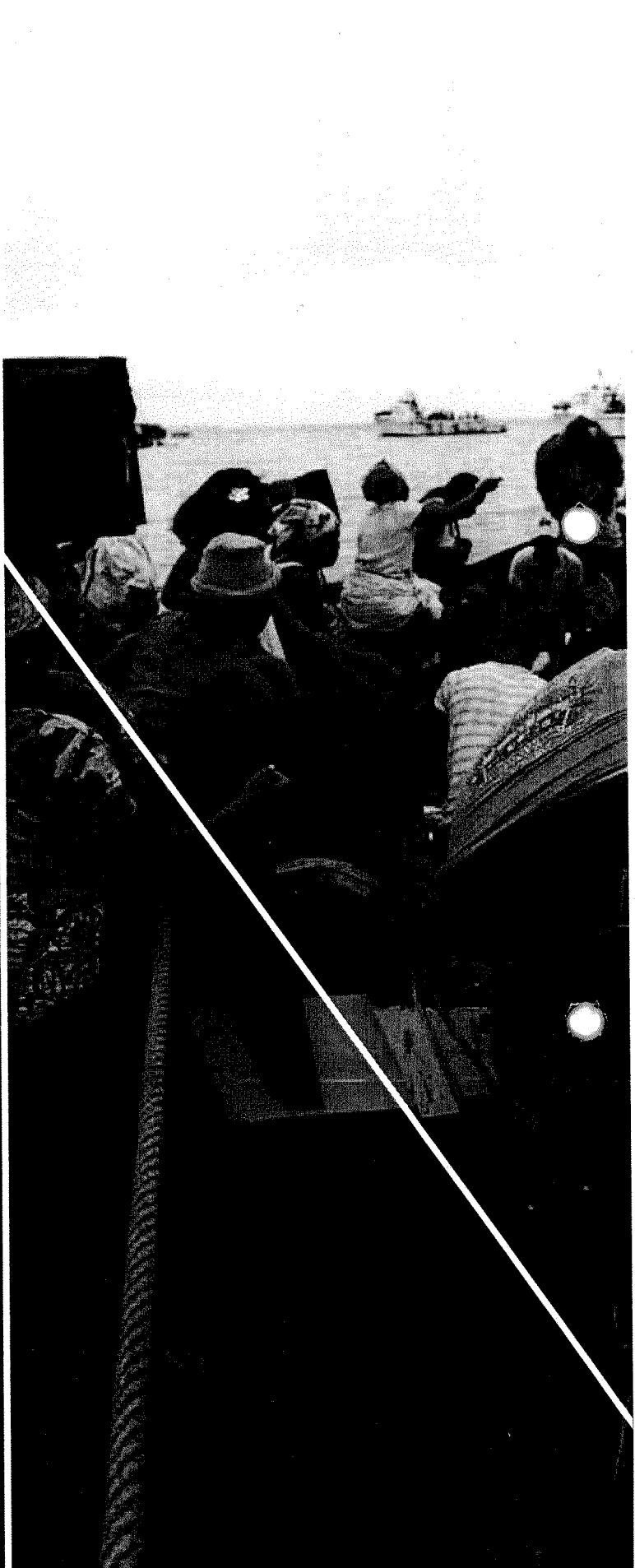
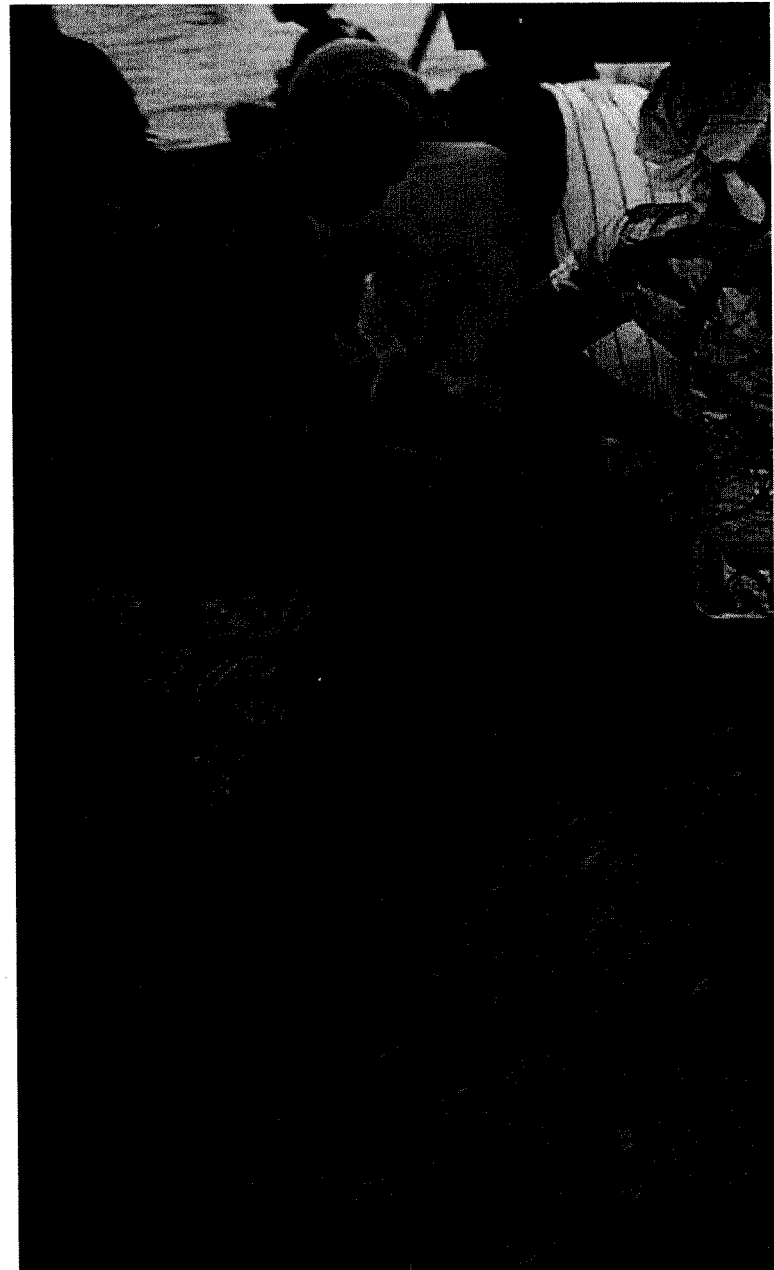
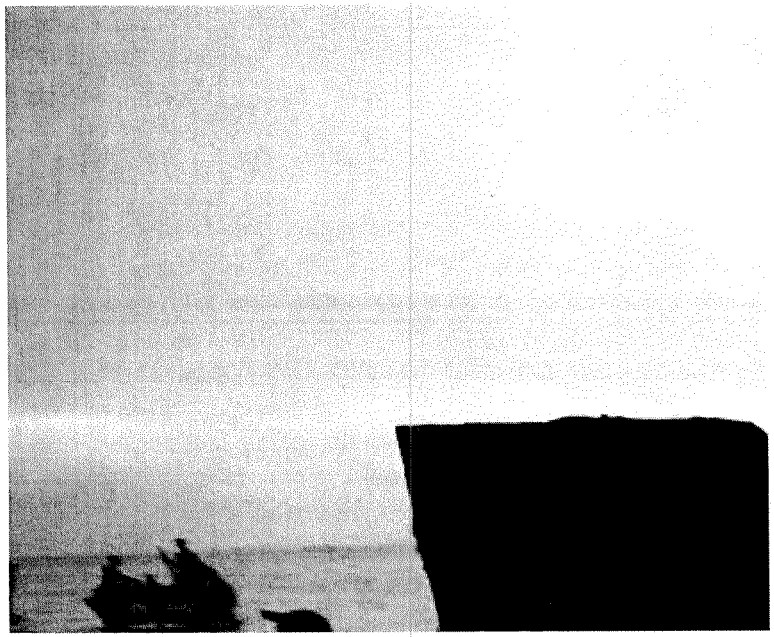
PIB). Para esta redução das necessidades externas líquidas de financiamento contribuíram todos os sectores, com as famílias e o sector financeiro a aumentarem a respectiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento. O défice público atingiu um valor acima da meta (revista) de 5% do PIB em 2012 e a dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 123% do PIB, mais 15 p.p. do que em 2011.

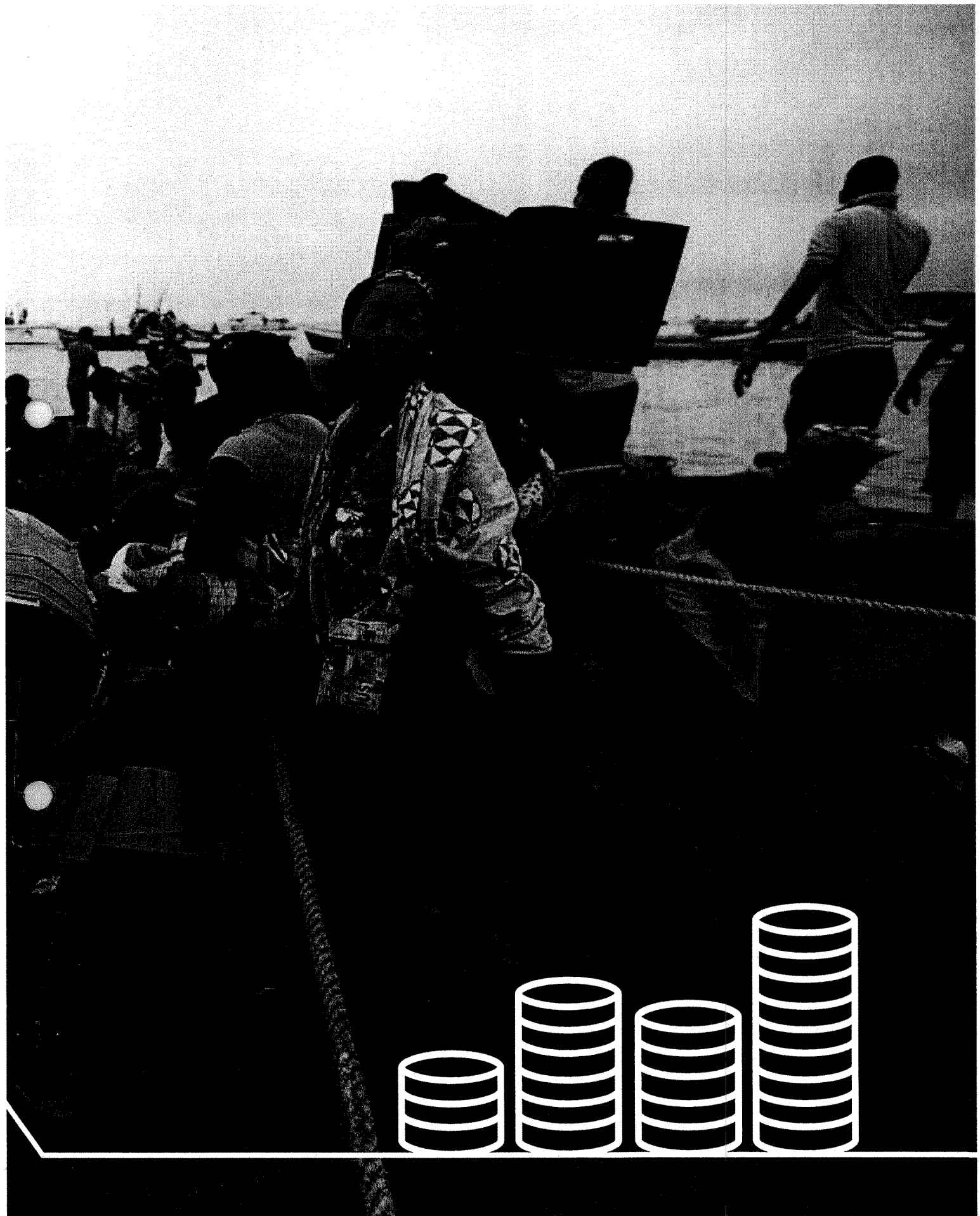
As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a acção estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das

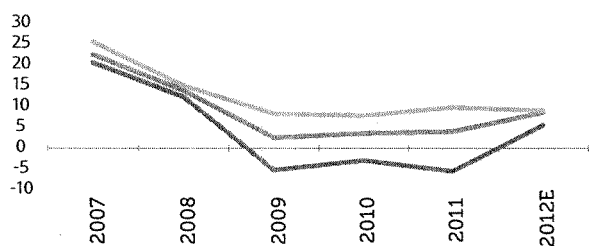
condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos. A rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17.4% no final de Janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa reflectiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de EUR 5.5 mil milhões, acima das expectativas.



Yields das OTs a 2 e 10 anos (%)
Fonte: Bloomberg







PIB Petrolífero

PIB Real

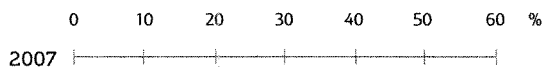
PIB Não Petrolífero

Taxa de Crescimento do PIB Real, 2007-2012E (%)

Fontes: FMI, Ministério do Planeamento

3.2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA NACIONAL

Em 2012, a economia de **Angola** continuou a crescer a um ritmo considerável, de aproximadamente 8.4%, muito suportada pelo crescimento do sector petrolífero (crescimento entre 5% e 5.5%) mas também por um cada vez melhor desempenho dos sectores não petrolíferos (aproximadamente 9%). Em termos sectoriais destacam-se os sectores da energia e o agrícola, que registaram uma aceleração de 23.9% e 13.9% (a preços constantes), respectivamente, que continuaram a ser fortemente beneficiados pela política de investimentos públicos, mantendo-se o desafio da diversificação da economia e, para tal, a necessidade de se manter a aposta na requalificação de infraestruturas, na promoção da estabilidade dos preços e na criação de condições favoráveis ao investimento privado.



Estrutura Percentual do PIB, 2007, 2011

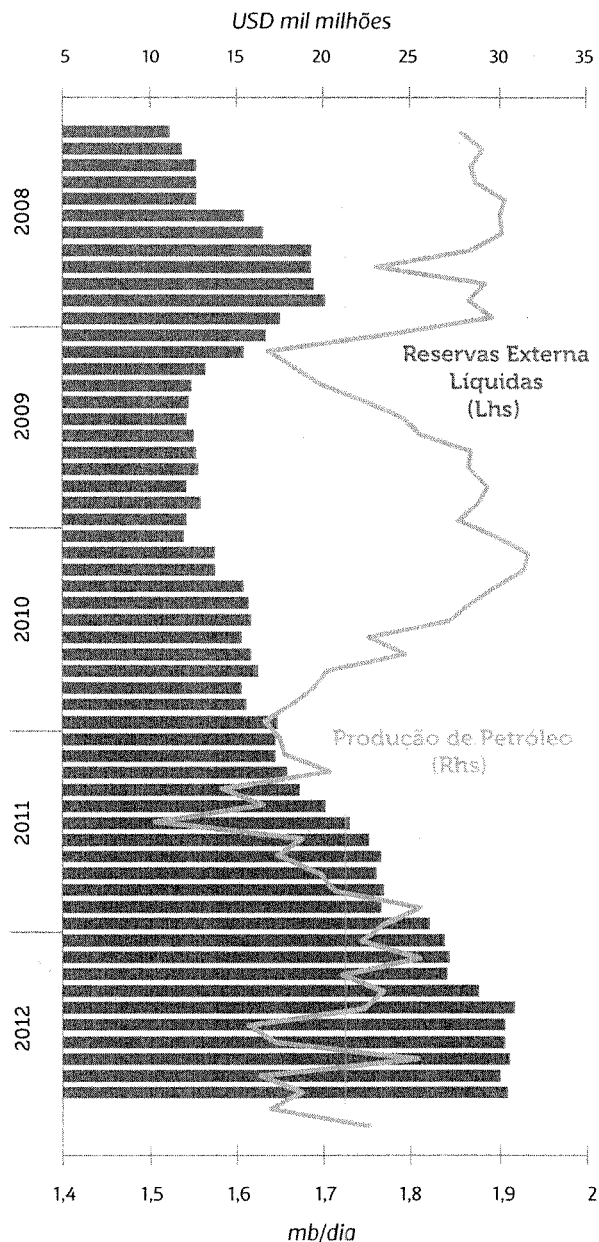
Fonte: Ministério do Planeamento

A estrutura sectorial do PIB evidência uma evolução no sentido da diversificação sectorial, com uma redução do sector petrolífero que, em 2007, representava 56% do PIB angolano, que compara com o peso de 47% em 2011. Destaca-se o crescimento dos sectores do comércio, da construção e da agricultura e pescas.

O Governo angolano continua a desenvolver esforços no sentido de promover a recuperação da produção nacional, a diminuição dos custos de funcionamento das actividades privadas (em particular, uma melhoria do ambiente para o respectivo investimento) e a melhoria das condições sociais da população. Para tal, tem procedido a investimentos nas redes de distribuição da energia e da água, na melhoria das redes de comunicação e na expansão das actividades industriais ligadas, sobretudo, à produção de bens essenciais de consumo.

De acordo com um estudo realizado pelo Banco Mundial intitulado “Africa Infrastructure Country Diagnostic”, para fazer face aos desafios infraestruturais de Angola, estima-se que a despesa associada possa elevar-se a USD 2.1 mil milhões por ano durante a próxima década, sendo que 70% desse valor servirá para a concretização de despesas de capital, com os restantes 30% a corresponderem a gastos operacionais e de manutenção. Quase um terço das necessidades de despesa totais está relacionado com o sector energético, seguido pelos sectores do abastecimento de água e saneamento. O esforço anual que Angola precisa de fazer para colmatar as necessidades infraestruturais é significativo, equivalente a 7% do PIB, mas claramente abaixo do que se verifica com os seus congéneres da África Subsariana (em média, 14.5% do PIB).

Neste contexto, o Governo está empenhado em implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, que se traduzirá na implementação de 390 projectos até 2017. A maior parte dos projectos terá financiamento público, podendo elevar-se a USD 50.7 mil milhões, abrangendo investimento nos sectores energético (67.3%), abastecimento de água (11.2%) e reconstrução e construção de estradas (7.8%). Os sectores sociais representam 4.4% do investimento total e as áreas de defesa e segurança interna 1.6%. No âmbito do PND, caberá ao sector privado um investimento de USD 10.1 mil milhões de dólares, com 66% orientados para o sector do petróleo e gás, 17.5% para o sector geológico, minas e indústria e 15.8% para o sector alimentar e agroindustrial. Durante a execução do PND, as despesas de investimento deverão representar, em média, 27.7% da despesa pública total e cerca de 10% do PIB. Destaque ainda para a criação do programa Angola Investe, que contará com o apoio financeiro de 22 instituições financeiras, no sentido de promover o tecido



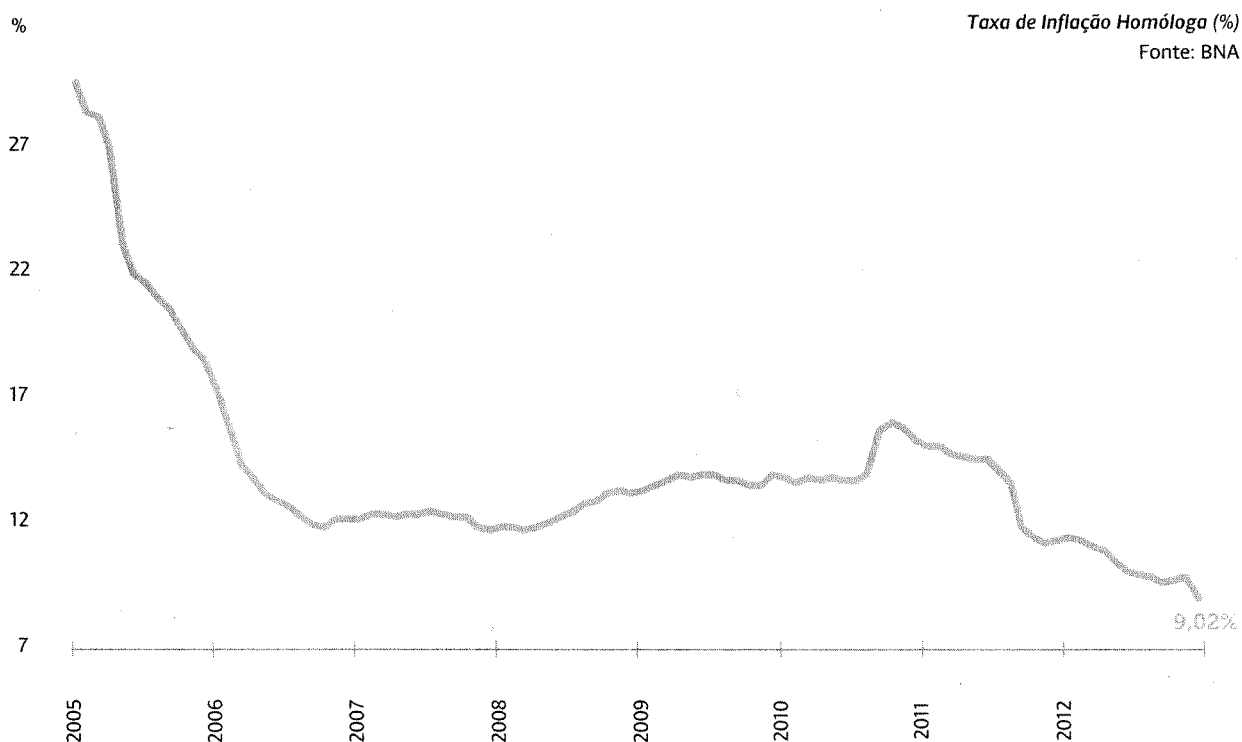
Produção de Petróleo (mb/d) e Reservas Externas (USD mil milhões)
Fontes: BNA, OPEP

empresarial, nomeadamente, de micro, pequenas e médias empresas.

No final de 2012, a produção de petróleo atingiu 1.75 mb/dia, ligeiramente abaixo da meta definida pelas autoridades. Assim, no conjunto do ano, a produção média de petróleo foi de 1.71 mb/dia, um aumento de 2.5% face ao registado no ano anterior. Com base nos investimentos realizados nos últimos anos (e consequentes descobertas concretizadas), estima-se que o potencial de produção do país poderá aumentar de 20 para 50 anos, com o ritmo de produção a recuperar para 1.9 milhões de barris diários. Paralelamente, em 2013, prevê-se que a Sonangol venha a realizar uma segunda atribuição de licenças de exploração petrolífera no pré-sal, desta vez em blocos *onshore*, dez blocos na Bacia do Soyo e cinco na Bacia do Kwanza. Relembre-se que o último concurso de blocos no pré-sal (*offshore*) foi

realizado em Janeiro de 2011. Por último e, ainda no final de 2012, a Sonangol iniciou a construção da refinaria do Lobito, que terá uma capacidade de processamento de 200 mil barris de petróleo por dia. Envolvendo um investimento de, aproximadamente, USD 8 mil milhões, a refinaria processará petróleo extraído em Angola, produzindo gasolina sem chumbo, gasóleo, combustível para a aviação, petróleo iluminante, LPG (gás de petróleo liquefeito) e enxofre.

Em 2012, o Banco Nacional de Angola (BNA) reduziu a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez de 12% para 11.5%, a taxa básica de juro de 10.5% para 10.25% e a taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez de 2% para 1.5%. A política monetária seguida pelas autoridades angolanas foi suportada por uma evolução benigna do ritmo



de crescimento dos preços, com a taxa de inflação homóloga a situar-se em 9% no final do ano.

Angola encerrou o ano de 2012 com um excedente orçamental de USD 8.8 mil milhões, equivalente a 7.7% do PIB. Este desempenho corresponde a um resultado claramente superior ao inicialmente inscrito no Orçamento do Estado, em que se previa um saldo global de USD 2.7 mil milhões (2.4% do PIB). Face a 2011, ano em que o saldo orçamental se situou em USD 10.7 mil milhões (10.2% do PIB), constatou-se um recuo das receitas totais de 2.7% e um crescimento das despesas totais de 1.2%. Do lado da receita, destaque para a evolução dos impostos petrolíferos e não petrolíferos, com variações de -9% e +31.6%, respectivamente. Do lado da despesa, as despesas de capital evoluíram a um ritmo claramente superior às despesas correntes (19.4% vs. 4.2%), reflectindo os esforços governamentais de renovação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento de diversificação da economia. Em termos funcionais, a despesa manteve-se concentrada no sector social e na Administração do Estado, registando-se uma subida no peso da despesa com Defesa e Segurança.

Em 2009, as autoridades angolanas firmaram então um acordo com o FMI, *Stand-By Arrangement*, no sentido de este apoiar o financiamento da economia e de se corrigirem os desequilíbrios que se vinham a fazer sentir ao nível da balança de pagamentos (sobretudo por via da quebra de receita das exportações de petróleo). O financiamento disponibilizado através deste acordo - num montante global de USD 1.4 mil milhões - permitiu também fazer face a necessidades de investimento de projectos estruturantes que estavam planeados e que visavam relançar e desenvolver vários sectores não-petrolíferos. Incluem-se aqui investimentos num conjunto diversificado de infraestruturas de grande dimensão em áreas como as estradas,

os caminhos-de-ferro e a habitação e, por outro lado, projectos com vista à recuperação da produção nacional, menos alicerçada em consumos intermédios externos.

As reservas externas líquidas registaram um crescimento superior a 17% no ano de 2012, elevando-se a USD 30.6 mil milhões, ultrapassando o valor da dívida pública externa e correspondendo a 7.3 meses de importações. Este aumento esteve intimamente ligado à recuperação do sector exportador, mais concretamente às exportações de petróleo, à entrada de fundos associados ao acordo com FMI e à estabilidade do Kwanza. Para as autoridades angolanas, a subida das reservas externas permite alguma margem de segurança na manutenção da estabilidade cambial. Recorde-se que, em 2009, perante a quebra das reservas atrás referida, as autoridades viram-se obrigadas a aumentar o rácio de reservas obrigatórias exigidas às instituições financeiras e a abandonar o peg do kwanza face ao dólar. Com a recuperação das reservas entretanto observada, ao longo de 2012, a divisa angolana recuperou a estabilidade face ao dólar norte-americano, em torno de USD/AOA 95-96. Já relativamente ao euro, o kwanza acompanhou a evolução que o dólar registou face à moeda da Zona Euro, tendo por isso registado uma desvalorização de quase 3%.

Com a conclusão do *Stand-By Arrangement*, o FMI continuou a proceder à monitorização da economia angolana, reconhecendo, uma vez mais, o bom desempenho e os progressos realizados. Em 2012, o balanço do FMI foi globalmente positivo, evidenciando a recuperação das reservas externas líquidas para níveis equilibrados, a redução da taxa de inflação, a estabilização das taxas de juro e a obtenção de um cenário de estabilidade cambial. Paralelamente, o FMI destacou o progresso significativo ao nível da transparência das contas públicas.

Concretizando directrizes antigas do FMI, as autoridades angolanas apresentaram o novo Fundo Soberano de Angola (FDSEA), com um capital inicial de USD 5 mil milhões. A dotação deste novo fundo é concretizada em função da produção petrolífera e servirá sobretudo para investir em infraestruturas no país, com o objectivo de promover o sector hoteleiro, o sector agrícola, o fornecimento de água, o fornecimento eléctrico e as vias de comunicação, a fim de criar condições para a atracção de investimento estrangeiro.

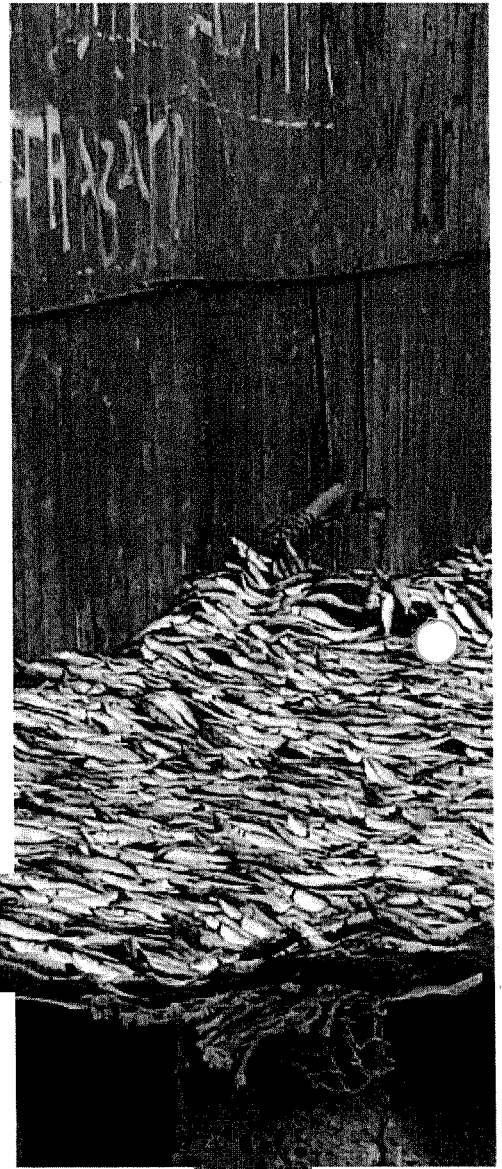
Reflectindo a melhoria da percepção das condições financeiras associadas à economia angolana ao longo dos últimos anos, a Standard & Poors atribuiu a notação de *rating* a Angola, pela 1ª vez, em Maio de 2010, com o nível de B+. Em Julho de 2011, a Standard & Poors elevou o nível do país para BB-, resultado da melhoria das contas públicas e externas, com um *Outlook* estável, *rating* que actualmente se mantém. Em 2012, a estabilidade financeira evidenciada por Angola permitiu a manutenção dos atuais níveis de notação de risco.

	S&P	Fitch
Outlook	Stable	Positive
Foreign Currency LT debt	BB-	BB-
Local Currency LT debt	BB-	BB-

Angola possui um *rating* superior a vários países africanos, como o Benim (B), Cabo Verde (B+), Moçambique (B+) e o Gana (B), e ao mesmo nível da Nigéria.

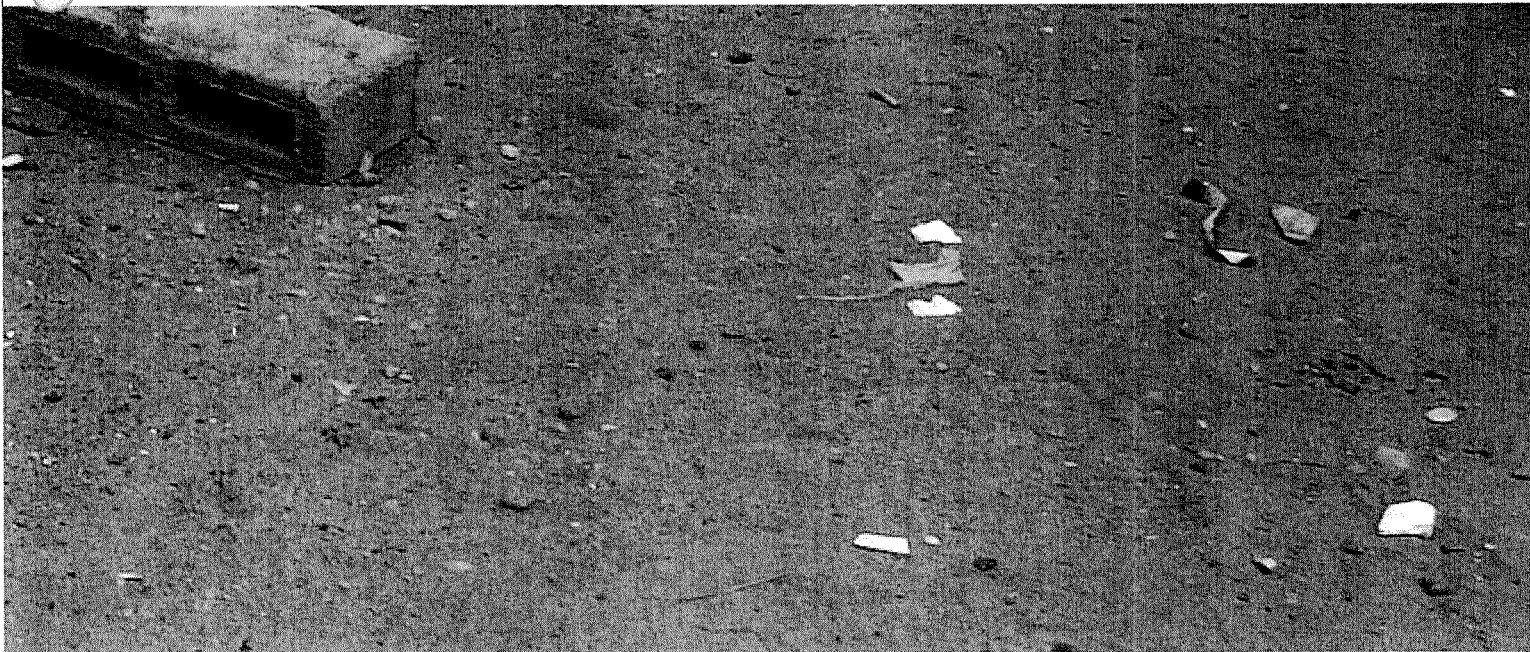
Nas eleições gerais realizadas a 31 de Agosto, o partido mais votado foi o MPLA, que governa o país desde a independência, em 1975, tendo obtido 71.84% dos votos, a que correspondem 175 deputados eleitos. Como segundo partido mais votado ficou a UNITA, que somou 18.66% dos votos, correspondendo a 32 deputados. O partido CASA-CE obteve 6% e ficou com oito deputados, enquanto o PRS recebeu 1.7% dos votos (três deputados).







MODELO
DE GOVER
NAÇÃO
E FISCAL
LIZAÇÃO



O BESA incorpora no seu modelo de Governação, Fiscalização e Organização as melhores práticas nacionais e internacionais, incluindo as emanadas pela autoridade de supervisão em Angola bem como as demais que lhe são aplicáveis por via do Grupo onde se insere.

Assim, o BESA, como entidade de direito angolano, está obrigado ao cumprimento do disposto na respectiva Lei e demais Normativos de Supervisão sobre os Princípios de Governação. Adicionalmente, o BESA, como entidade maioritariamente detida pelo Grupo BES, incorpora no seu modelo de Governação as melhores práticas internacionais nesta matéria.

Um estudo independente efectuado em 2010 classificava o Governo Cooperativo do BESA em 5,1, quando comparado com o “benchmark” de referência, o “Dow Jones Sustainability Index (DJSI)” cujo máximo de classificação é de 6. O mesmo estudo indica que a média do sector bancário, quando comparado com o mesmo “benchmark”, é de 4,14.

Uma vez que a recomposição do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, referidas no capítulo 1 acima, decorrentes da Assembleia Geral de 6 de Novembro de 2012 só teve efectividade, por motivos de cumprimento de formalismos legais, a partir de Janeiro de 2013, mantém-se em 2012 o Modelo de Governação e Fiscalização que vinha sendo seguido pelos anteriores Órgãos Sociais.

Numa perspectiva de reforço e compromisso com as melhores práticas de Governo das Sociedades, a Assembleia Geral de Accionistas confia a condução do Banco ao Conselho de Administração, mantendo a gestão corrente na Comissão Executiva, e atribui a função de fiscalização externa da actividade a um Conselho Fiscal e ao Auditor

Externo. Adicionalmente, a actividade do BESA é supervisionada pelo Banco Nacional de Angola (BNA ou Banco Central), dentro das competências atribuídas a esta entidade.

ÓRGÃOS DE GOVERNAÇÃO

- *Assembleia Geral*

A Assembleia Geral de Accionistas é o órgão supremo de gestão do Banco e reúne anualmente ou numa base extraordinária. A Assembleia Geral do Banco inclui todos os accionistas (ou os seus representantes). Este órgão tem por principais competências, entre outras, preceder à apreciação e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas de cada exercício bem como sobre a proposta de distribuição de resultados e proceder à eleição dos Órgãos Sociais.

- *Conselho de Administração*

A Gestão do Banco é assegurada por um Conselho de Administração, cuja composição, nos termos estatutários, pode ir de sete a onze membros, três ou cinco dos quais, respectivamente, são Administradores Executivos, e têm a responsabilidade global pelas actividades do Banco. O Conselho de Administração reúne numa base trimestral.

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do BESA numa Comissão Executiva, que actualmente é composta por quatro membros. O quinto voto está interinamente delegado ao Presidente da Comissão Executiva.

O Presidente, Vice-Presidente e outros membros do Conselho de Administração, Vogais, são nomeados pela Assembleia Geral de Accionistas e deverão manter-se até que o seu mandato termine, de acordo com os procedimentos instituídos pela legislação local e pelos estatutos do Banco.

- *Comissão Executiva*

A Comissão Executiva é responsável, conforme previsto nos estatutos do Banco, pela implementação da estratégia definida em todos os domínios bem como pela gestão corrente das actividades e operações do Banco. Cabe ainda à Comissão Executiva a definição das unidades de estrutura do Banco, bem como a definição dos níveis de controlo que considere adequados tendo em conta os riscos inerentes à actividade bancária e, em particular, as exigências e riscos inerentes ao mercado angolano.

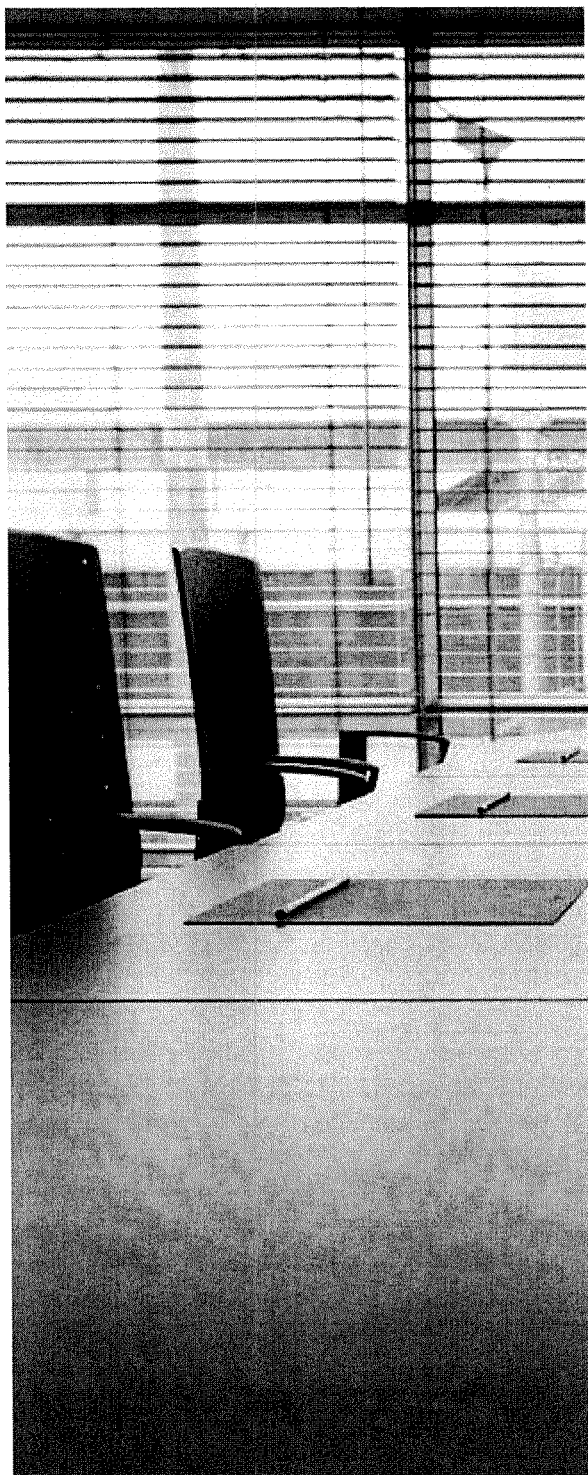
O Vice-Presidente do Conselho de Administração preside também à Comissão Executiva, e é responsável por assegurar a gestão diária das actividades do Banco.

Estas responsabilidades podem, em parte ou num todo, ser delegadas nos responsáveis de cada uma das unidades de estrutura do Banco que reportam ao respectivo Administrador Executivo e são responsáveis pela precisão da informação incluída nos relatórios do Banco.

Internamente, o BESA estrutura as suas actividades através de 21 Direcções e Gabinetes consultivos, de controlo e apoio à Gestão, que actuam sob delegação da Comissão Executiva e reportam ao respectivo Administrador Executivo do Pelouro. A estrutura organizativa do BESA foi definida em conformidade (i) com a adequabilidade às linhas estratégias de actuação do Banco, (ii) com a Lei e Normativo angolano, e (iii) com as políticas sobre esta matéria do Grupo onde se insere.

A recomposição dos Órgãos Sociais bem como a entrada em funções da nova Comissão Executiva terá estes princípios presentes, continuando a assegurar uma adequada segregação de funções de decisão, execução e controlo no modelo de Governação que vier a implementar.

Até 31 de Dezembro de 2012, os responsáveis ou, na sua ausência ou impossibilidade, as segundas linhas



das Direcções e Gabinetes reúnem formalmente uma vez por semana entre si onde são discutidas as questões da actividade corrente do Banco. As actas destas reuniões são formalmente apresentadas e discutidas com a Comissão Executiva que reúne todas as quartas-feiras com os responsáveis das Direcções e Gabinetes. Nesta reunião semanal (i) são discutidas e aprovadas, ou não, as questões decorrentes das reuniões de Direcção, e (ii) são apresentadas as orientações estratégicas e operacionais do Banco. Para além deste sistema institucional, os Administradores Executivos reúnem com as Direcções com a periodicidade que as actividades diárias do Banco ou outras quaisquer questões extraordinárias requirem. Adicionalmente, com uma periodicidade mensal, efectua-se a reunião de objectivos, estando presentes, para além dos Administradores Executivos e dos responsáveis pelas Direcções e Gabinetes, as chefias da rede comercial (Gerentes e Sub-Gerentes) e demais colaboradores do Banco. O objectivo principal destas reuniões é a apresentação formal dos objectivos comerciais para cada mês, bem como o controlo da respectiva execução. São ainda incluídos na agenda dois outros pontos sobre assuntos que se revelem pertinentes nas circunstâncias. É também nestas reuniões mensais que os colaboradores têm oportunidade adicional de discutir ou esclarecer com a Comissão Executiva as respectivas questões sobre o funcionamento do Banco.

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLO EXTERNO DA GOVERNAÇÃO

- *Conselho Fiscal*

O Conselho Fiscal é constituído pelo Presidente, um Vogal e um Vogal Suplente (que será um representante do Auditor Externo), e tem a responsabilidade global pela fiscalização do

cumprimento dos estatutos e da legislação aplicável ao desenvolvimento das actividades do Banco e pela verificação da regularidade da escrituração contabilística e da conformidade respectiva da documentação suporte.

- *Auditor Externo*

De acordo com a Lei Angolana o auditor externo tem como principais responsabilidades (i) expressar uma opinião profissional e independente sobre as contas de cada exercício preparadas em conformidade com o normativo local, (ii) emitir relatório decorrente da avaliação da qualidade e adequação dos sistemas de controlo interno, de processamento de dados e de gestão dos riscos, demonstrando as deficiências identificadas, (iii) emitir relatório sobre o cumprimento das disposições legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexo relevantes nas demonstrações financeiras, e (iv) outros que venham a ser solicitados pelo BNA.

- *Banco Central*

O BNA é a entidade reguladora e supervisora da actividade financeira bancária e da não bancária ligada à moeda e crédito em Angola. Compete ainda ao BNA autorizar a constituição de instituições de crédito e sociedades financeiras, salvo nos casos em que o capital subscrito por accionistas não residentes seja superior a 20% do capital social, situação em que a autorização compete ao Conselho de Ministros. Adicionalmente, o BNA acompanha a actividade das entidades autorizadas a operar no mercado financeiro angolano, vigia o cumprimento das regras que regem essa actividade, emite recomendações para que sejam sanadas as irregularidades detectadas, sanciona as infracções praticadas e toma providências extraordinárias de saneamento.

CONTROLO INTERNO DA GOVERNAÇÃO

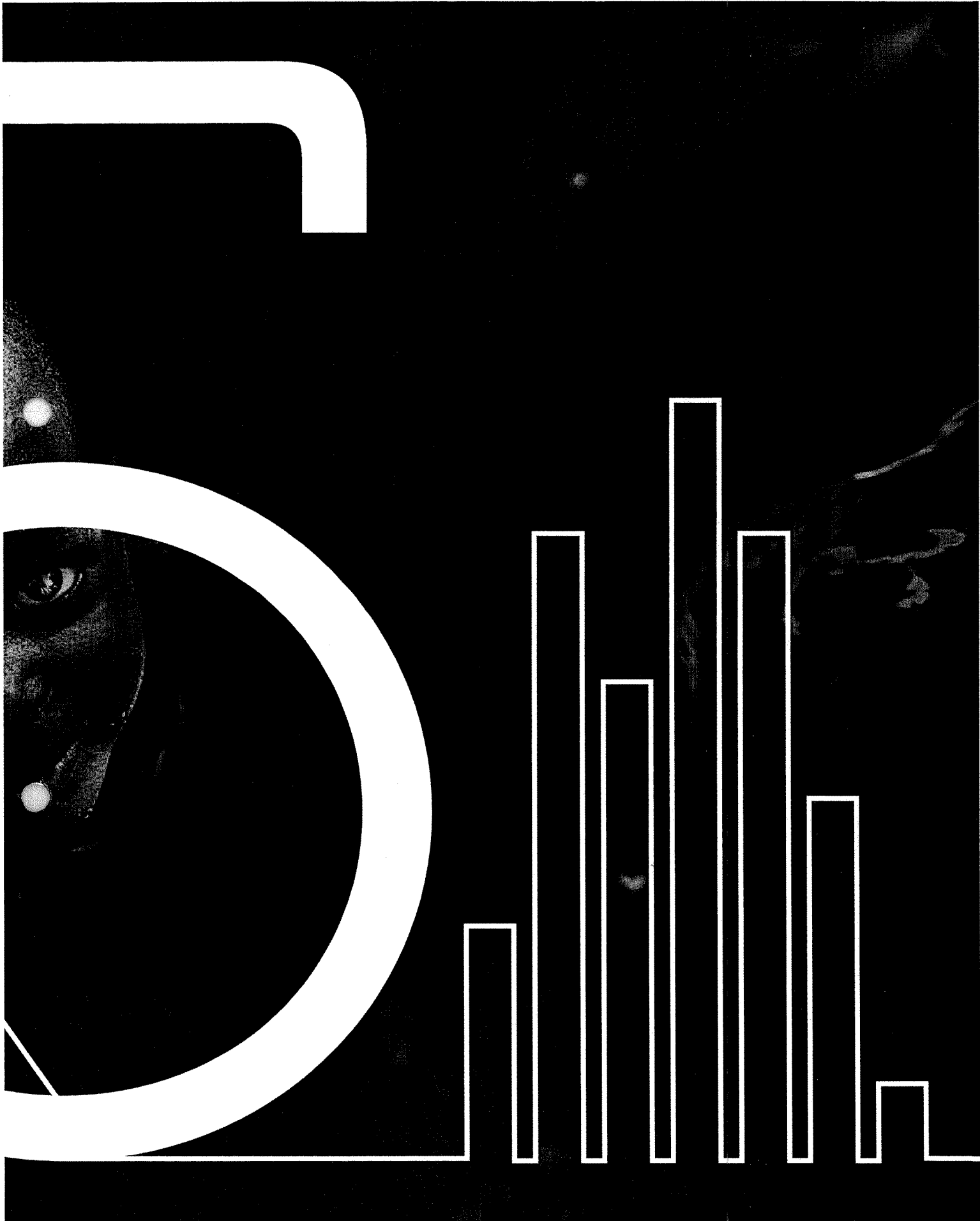
Adicionalmente, o BESA incorpora na sua estrutura as seguintes funções de controlo e fiscalização interna:

- “*Compliance*”
- Auditoria Interna
- Risco

As três unidades de controlo e fiscalização interna do BESA, o “*Compliance*”, a Auditoria Interna e o Risco, emitem, com referência a 31 de Maio de cada ano, os respectivos relatórios de actividade dirigidos aos Órgãos de Administração e Fiscalização do Banco. O conteúdo destes relatórios é depois incorporado no Relatório de Controlo Interno emitido pelo Conselho de Administração com a finalidade de dar cumprimento às obrigações regulamentares do Grupo onde o BESA se insere.

O Relatório de Controlo Interno constitui a opinião afirmativa do Órgão de Administração do Banco sobre a qualidade do respectivo Sistema de Controlo Interno e a sua emissão é acompanhado por um Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes sobre o respectivo conteúdo.

RECONHE
CIMENTO
INTERNACIONAL



Pela sua actividade, o BESA tem vindo a ser distinguido por prestigiadas instituições internacionais, tanto pela “*performance*” financeira como pelo papel desempenhado no apoio e promoção do desenvolvimento sustentável e pelas actividades que impulsionam o envolvimento com a comunidade.

DATA	DESCRIÇÃO DO PRÉMIO	ENTIDADE QUE ATRIBUIU
2008	Private Bank of the year Subsaharian Africa	WORLD FINANCE
2008	Best Bank Award	GLOBAL FINANCE
2008	Best Bank in Angola	EMEA FINANCE
2009	Best Bank Award	GLOBAL FINANCE
2009	Best Bank in Angola	WORLD FINANCE
2009	Best Foreign Exchange	GLOBAL FINANCE
2009	Best Sustainability Bank	EMEA FINANCE
2009	Best Capital Markets	EMEA FINANCE
2010	Best Banking Group Angola	WORLD FINANCE
2010	Best Banking Group in Subsaharian Africa	WORLD FINANCE
2010	Best Bank Award	GLOBAL FINANCE
2010	Best Trade Finance Provider	GLOBAL FINANCE
2010	Best Bank in Angola	EMEA FINANCE
2011	Best Emerging Market Bank	GLOBAL FINANCE
2011	Best Trade Finance Bank	GLOBAL FINANCE
2011	Best Foreign Exchange Provider	GLOBAL FINANCE
2011	Best Commercial Bank Angola	WORLD FINANCE
2012	Best Bank Award	GLOBAL FINANCE
2012	Best Trade Finance Bank	GLOBAL FINANCE
2012	Best Foreign Exchange Provider	GLOBAL FINANCE
2012	Best Commercial Bank Angola	WORLD FINANCE



 **BANCO
ESPIRITO SANTO
ANGOLA**

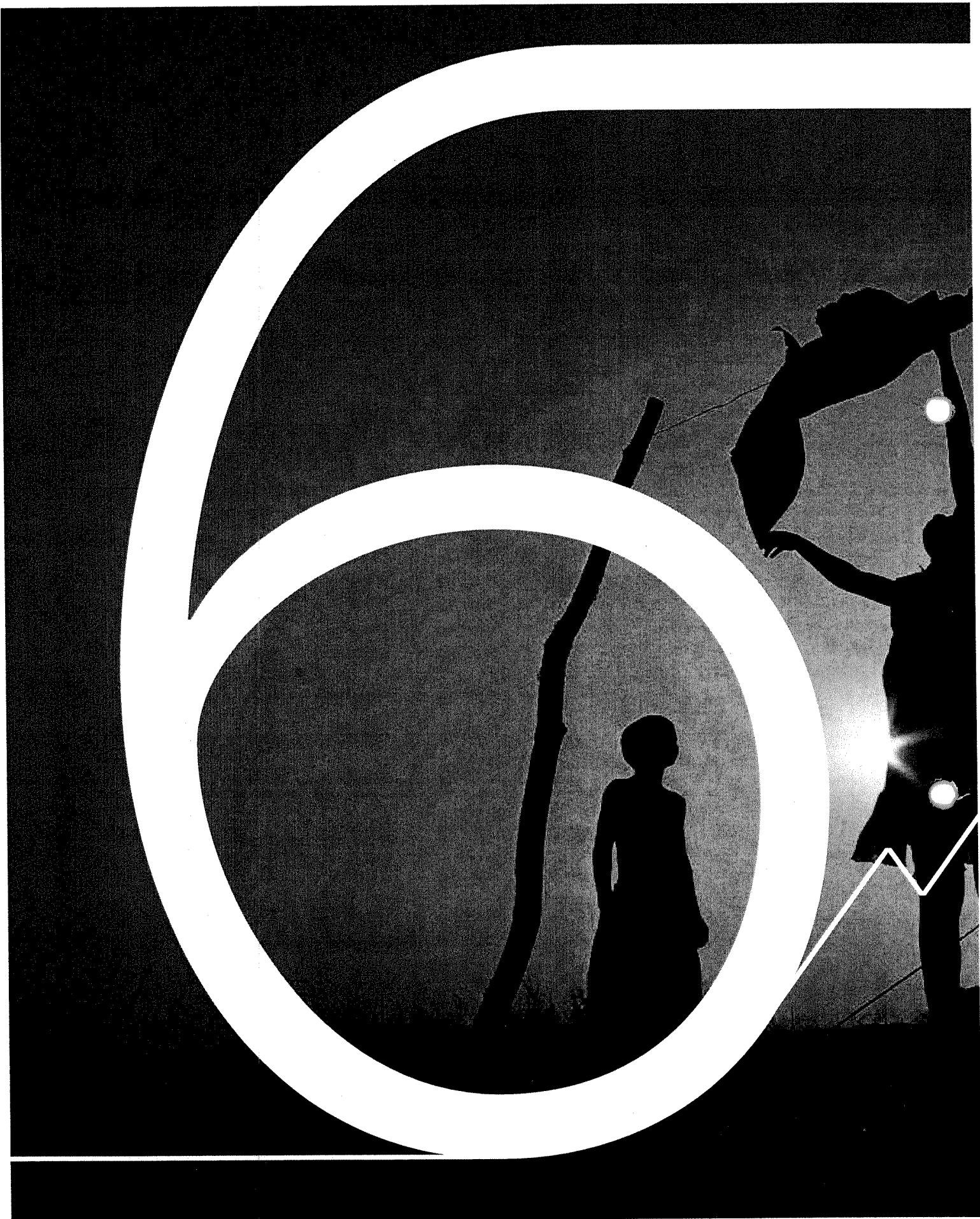
**BANCO OFICIAL DO
PLANETA
TERRA** UNESCO


Para além dos prémios acima referidos, o BESA é ainda o Banco Oficial do Planeta Terra.

Distinção atribuída pela UNESCO, válida por dez anos, no seguimento da cooperação do Banco com esta entidade traduzida no seu papel activo na promoção do desenvolvimento sustentável, apoiando diversas iniciativas relacionadas com a sua dinamização económica, a valorização da cultura, o apoio à educação e a protecção do ambiente.

O BESA é um dos parceiros principais na implementação de acções de divulgação e promoção de mensagens sobre a sustentabilidade da UNESCO, através do Instituto do Planeta Terra, uma instituição que dará continuidade ao trabalho iniciado pelo Comité Internacional do Planeta Terra.

O Instituto Planeta Terra da UNESCO trabalhará em parceria com os comités nacionais do Planeta Terra em mais de 80 países e com Parceiros Internacionais para uma maior abrangência na busca de informações sobre o estado do nosso planeta e de soluções que conduzam ao desenvolvimento sustentável.

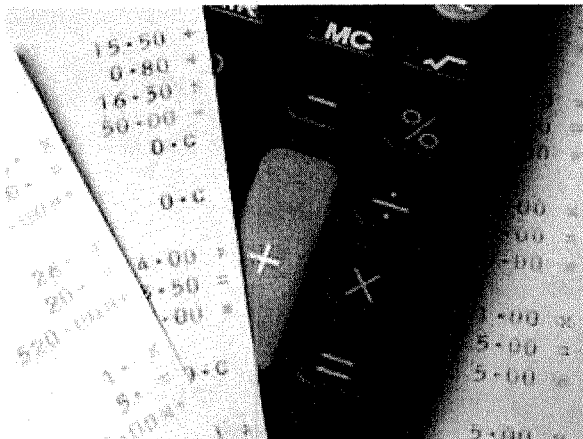




LINHAS
ESTRA
TÉGICAS
DE ACTUA
ÇÃO DO
BESA

6.1 ALTERAÇÃO DA ESTRATÉGIA

Como resultado da crescente maturidade do mercado, das previsões macroeconómicas e de outros factores exógenos (oportunidades de negócio de valor acrescentado mutuo), o ano de 2012 foi marcado pela preparação da alteração do posicionamento estratégico do BESA no mercado angolano, cujo “*driver*” principal é a mudança para um modelo de negócio de banca aspiracional, assente (i) num reforço significativo em termos quantitativos e geográficos dos canais tradicionais (aumento para cerca do dobro da rede de Agências) e na expressiva aposta no desenvolvimento de canais remotos directos, desenvolvendo de forma robusta as funcionalidades dos que já dispõe e introduzindo outros, actualmente já existentes no mercado angolano de uma forma incipiente, (ii) no aumento significativo dos clientes alvo, tanto a nível dos particulares afluentes como das empresas, salientando as pequenas e médias empresas, e (iii) numa forte aposta em acções concertadas de marketing e comunicação. A actividade do BESA em 2012 foi condicionada pelo desenvolvimento e início de implementação destas alterações estratégicas, sem descurar os pilares fundamentais de aposta na solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente.



6.2 EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

O BESA continua a afirmar-se no mercado Angolano, de forma sustentada, como um banco universal de referência. A dinâmica de crescimento registada em 2012, quando comparada com as series históricas desde a data de abertura do Banco, registou uma ligeira desaceleração, explicada essencialmente (a) pelo impacto da alteração e início de implementação da estratégia revista, e (b) pela combinação (i) do aumento de activos não remunerados, (ii) da contracção das margens, e (iii) da alavancagem do balanço. Há ainda a salientar a manutenção da política monetária restritiva seguida pelo Governo da República e executada pelo BNA.

Ainda assim, a actividade do BESA durante o exercício de 2012 ficou marcada (a) pela consolidação dos produtos lançados em anos recentes, tais como (i) uma colecção de cartões de crédito ("*BESA Collection*"), (ii) produtos de captação de poupança (BESA Prémio e BESA Net crescer), e (iii) o lançamento de um Fundo de Pensões aberto e de contribuição definida (BESA Opções Reforma), e (b) pelo lançamento de novos produtos tais como (i) início de comercialização de *Leasing* financeiro e o lançamento de um novo Fundo e Investimento Imobiliário fechado, com a duração de 5 anos, actualmente com as quotas disponíveis para venda (O BESA Valorização). Destaque ainda para a consolidação da área de cartões e canais remotos directos, nomeadamente a operacionalidade do "*Internet banking*" (BESAnet) na componente de consulta e transaccionalidade ser já uma realidade e inclui a disponibilização aos clientes de um serviço 24horas/7 dias.

A *performance* do BESA resultou de uma estratégia de médio e longo prazo consistentemente aplicada

e revista durante 2012, mas que aposta, em todos os segmentos em que o Banco actua, na solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente. Assim, desde a sua fundação, o BESA tem sido reconhecido através de várias distinções atribuídas por prestigiadas instituições internacionais (ver Capítulo 5) e pelo apoio a iniciativas culturais e do saber.

Desde a sua constituição (há mais de uma década). O Banco tem vindo a desenvolver um leque atractivo de produtos e serviços, tendo-se diferenciado da concorrência desde o início da sua actividade pelas suas acções inovadoras e pelo seu posicionamento no mercado Angolano, sem perder de vista sua Missão. Adicionalmente, o Banco tem vindo permanentemente a diversificar o tipo de produtos que oferece aos seus clientes.

Sendo um Banco de cariz universal, a actividade do BESA assenta na prestação de um serviço global aos clientes particulares e empresas. Para além da sua estrutura física comercial, o BESA disponibiliza aos seus clientes particulares, empresas e institucionais, o serviço de "*Internet banking*", o BESAnet, na vertente de consultas e transaccionalidade e o BESADirecto, um serviço de atendimento telefónico que funciona 24 horas/365 dias por ano.

6.3 BASE DE ACTUAÇÃO COMERCIAL

6.3.1 BASE DE CLIENTES

A base de Clientes, em quantidade e decomposta pelos principais segmentos, em finais de 2012 e 2011, analisa-se como segue:

	2012	2011	Variação	
			Valor	%
Particulares				
Private	1.129	1.117	12	1%
Afluentes	43.228	38.177	5.051	13%
Empresas				
Grandes Empresas e Institucionais	335	299	36	12%
Segmento Médio e Negócios	6.266	5.504	762	14%
Total	50.958	45.097	5.861	13%

No que respeita a banca de particulares, o BESA centrou, até à data do Balanço, a sua actividade nos clientes “private” e afluentes. Estando permanentemente atento as necessidades destes clientes, o Banco promoveu continuamente o desenvolvimento de novos produtos e disponibiliza Agências modernas e eficientes com uma adequada cobertura geográfica. A estrutura comercial de retalho do BESA aumentou ligeiramente a sua dimensão face ao existente em 31 de Dezembro de 2011, por via do encerramento da maioria dos postos de atendimento vs aumento do número de Agências, sendo agora composta por 39 unidades, 25 das quais em Luanda, mantendo-se o objectivo do Banco estar presente em todas as capitais de província no curto prazo. A nova estratégia permitirá ao Banco alargar a sua base de clientes para os afluentes e pequenas e médias empresas e prevê uma duplicação de Agências a abrirem durante 2013,

É convicção da Gestão que esta substituição dos

postos de atendimento por Agências (i) serve melhor o novo objectivo estratégico do Banco bem como a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, e (ii) se enquadra na elevada qualidade dos canais que se colocarão a disposição dos Clientes.

Para além das Agências, o Banco conta, desde meados de 2008, com um Centro "Private" em Luanda.

A expansão da cobertura geográfica prevista, à semelhança com a prática seguida desde o início da actividade do Banco será integralmente financiado por capitais próprios.

Relativamente à banca de empresas, a actividade esteve até à data de Balanço essencialmente direccionada para (i) o estabelecimento de parcerias comerciais de valor acrescentado mútuo com as grandes empresas a operar em Angola, através do financiamento de projectos de investimento e/ou de necessidades de tesouraria e da prestação de apoio técnico e jurídico a essas mesmas empresas, e (ii) o apoio às empresas e empresários estrangeiros (nomeadamente portugueses, brasileiros, espanhóis, e alemães) que planearam a expansão da sua actividade para Angola. Paralelamente, é de salientar a actuação do Banco e do Grupo a que pertence no apoio às exportações para Angola, através de uma equipa multidisciplinar especializada.

Dentro do âmbito da diversificação de produtos e serviços que o Banco oferece aos seus clientes, o BESA conta ainda, para além da estrutura de retalho, com um Centro de empresas, com o Gabinete de Banca de Investimento, com uma Sala de Mercados e com duas fábricas de produtos, a BESA ACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento e a BESA ACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões.

À data do Balanço, o Centro de empresas do BESA conta com 2 Direcções vocacionadas para os clientes "Corporate", uma das quais integra 5 Núcleos, todos localizados em Luanda, estando previsto para 2013 a abertura de mais Núcleos de forma melhorar significativamente a abrangência da actividade destas unidades, indo de encontro às necessidades dos seus clientes tanto a nível geográfico como financeiro.

A actividade de banca de investimento no BESA é desenvolvida através do Gabinete de Banca de Investimento (GBI), criado em 2006, em parceria com o Banco Espírito Santo de Investimento (BESI), entidade especializada do Grupo BES e líder em Portugal, nesta área de negócio e com vasta experiência e reconhecimento internacional.

Em Angola, a actividade do GBI tem sido orientada para o apoio complementar à área de Empresas do BESA, proporcionando uma oferta integrada de serviços financeiros especializados, nomeadamente, a organização de financiamentos estruturados de médio e longo prazo, para o sector público - no âmbito do programa de investimento em infra-estruturas e de reconstrução nacional - e para entidades e projectos privados, com destaque para os sectores imobiliário, serviços financeiros, indústria extractiva e transformadora, materiais de construção, energia, transportes, bebidas e agro-alimentar.

O GBI tem desenvolvido também a prestação de serviços de assessoria financeira (*advisory*) a transacções de aquisição e alienação de empresas e participações sociais no mercado local, o apoio a operações de reestruturação empresarial e de assessoria em estrutura de capitais e o acompanhamento de investidores internacionais, em Angola, enquadrando-os com a realidade local e aconselhando-os sobre as melhores soluções financeiras para o desenvolvimento dos seus

projectos de investimento.

Esta área de negócio está dotada de todas as infra-estruturas necessárias a possível futura autonomização, podendo dar origem, assim que o mercado local apresente as condições necessárias, ao arranque do primeiro banco de investimento de direito angolano.

Na área de gestão de activos, o BESA é accionista maioritário de duas subsidiárias, sendo uma a primeira sociedade gestora de fundos em actividade em Angola. Esta Sociedade gere dois Fundos de Investimento Imobiliário fechados, um dos quais, o BESA Valorização foi constituído em Agosto de 2012. O segundo, chamado BESA Património, foi lançado e comercializado em 2008. A segunda subsidiária é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões, que gere um Fundo de Pensões aberto de contribuição definida e que permite planos colectivos e/ou individuais, o BESA Opções Reforma. Adicionalmente, e sempre dentro do espírito inovador que também tem caracterizado o BESA no mercado Angolano, o Banco começou recentemente a comercializar *Leasing* financeiro e está dependente das respectivas autoridades para arrancar com mais duas subsidiárias de crédito especializado como sejam o "*leasing*" e o "*factoring*".

No final de 2012 o BESA tinha 679 colaboradores, mais 21% (117 colaboradores) que no exercício anterior.

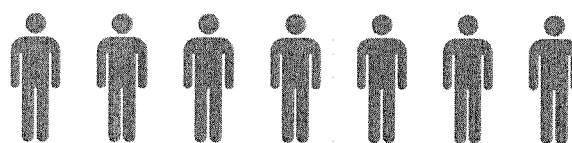
Desde o início da sua actividade, o BESA tem vindo consistentemente a conquistar quota de mercado ao nível do Total de activos sob gestão bem como ao nível dos Recursos captados e do Crédito.

A preservação da boa imagem que o BESA conseguiu transmitir aos seus clientes em particular, e ao mercado em geral, foram factores fundamentais para o crescimento do Banco, com consequente reflexo na *performance* obtida.

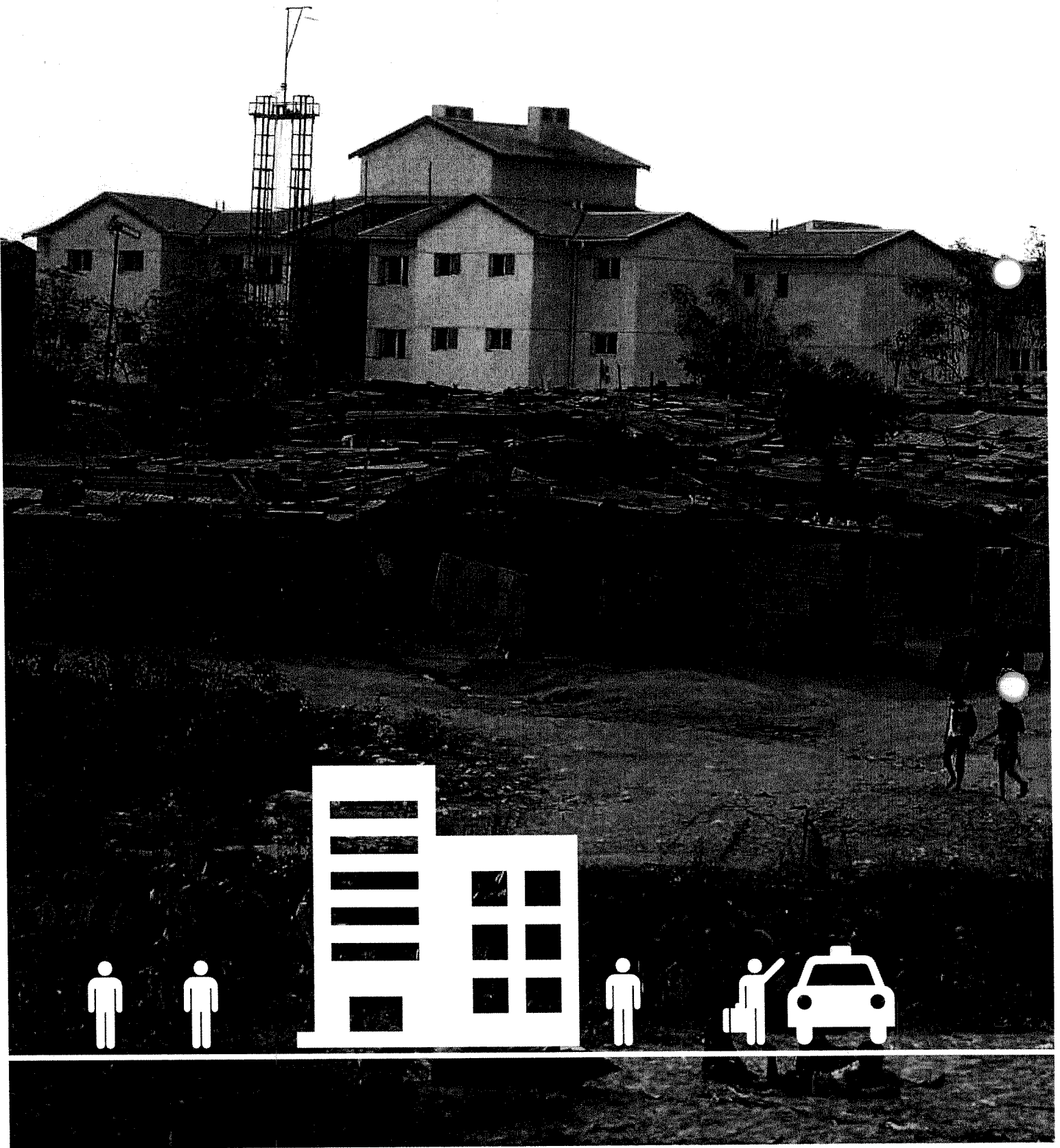
6.3.2 RECURSOS HUMANOS

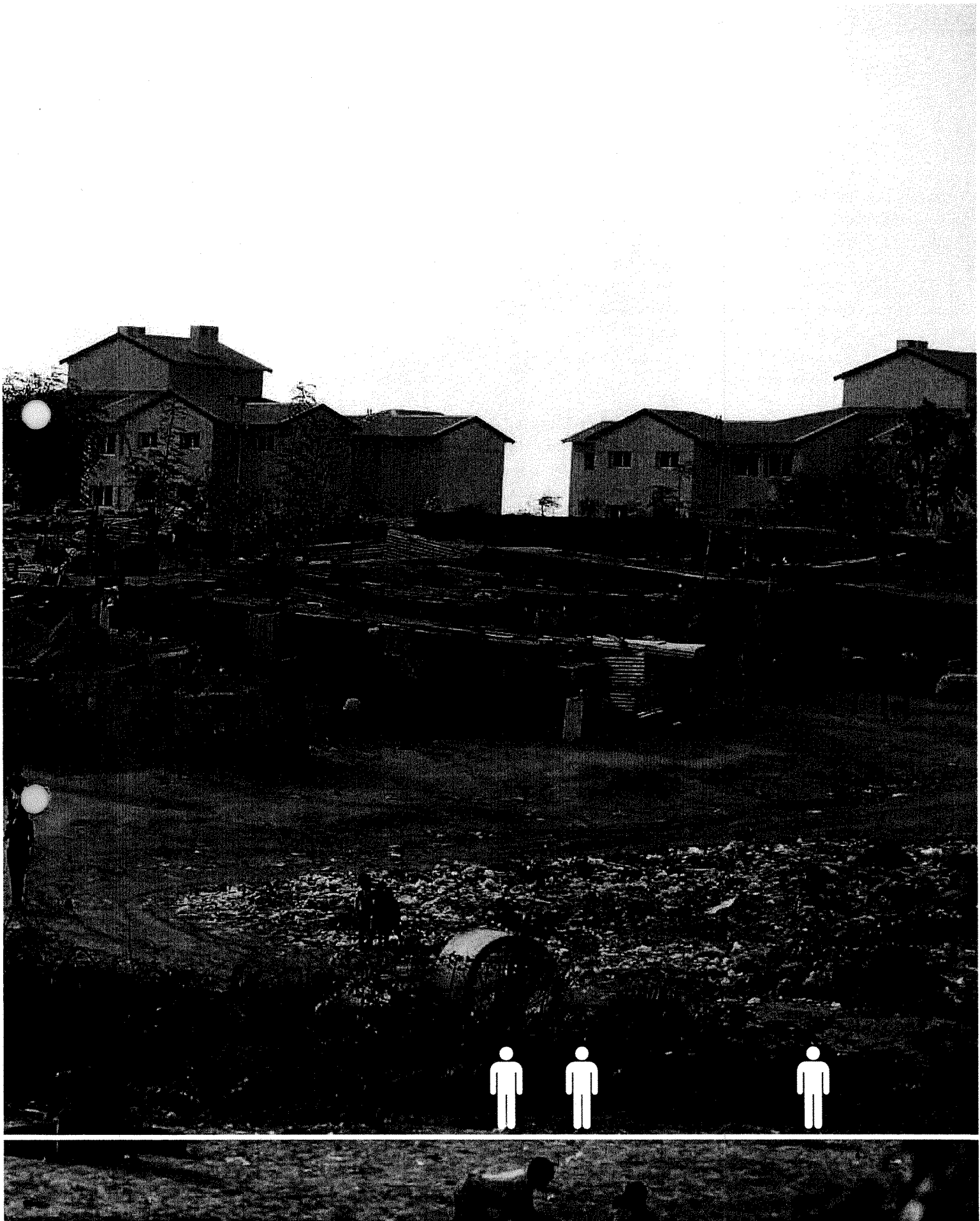
No seguimento da estratégia de uma maior e melhor cobertura geográfica, a expansão do BESA durante o ano de 2012 levou a um incremento do investimento em capital humano de mais 117 colaboradores, passando o quadro de pessoal a contar com 679 pessoas (562 em finais de 2011). Este incremento registou-se via reorganização das unidades comerciais e resultou das acções de preparação da duplicação da rede de Agências prevista para 2013.

A Distribuição dos colaboradores por área funcional em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:



Unidade de Estrutura	Responsável	Categoria	Administração	Unidade de Controlo e Fiscalização	Unidades Comerciais	Unidades Centrais de Suporte	Unidades Centrais Operativas	Total
Comissão Executiva	Alvaro Sobrinho	Presidente	4			4		8
Direcção de Auditoria Interna	Luis Farófia	Director Coordenador		4				4
Direcção de Compliance	Henrique Resina	"Chief Compliance Officer"		7				7
Departamento de Risco e Controlo de Crédito	João Moita	"Group Chief Risk Officer"		13				13
Direcção Comercial Rede	Ligia Madaleno	Assessora da Administração			341	20	7	368
Direcção Comercial Empresas Premium	Carlos Colaço	Director Coordenador			4			4
Direcção Comercial Empresas	João Paulo Amaral	Assessor da Administração			32			32
Direcção Financeira e de Mercados	Daniel Katata	Director			6			6
Gabinete de Banca de Investimento	Jorge Ramos	Director Coordenador			6			6
Direcção de Informática	Aires Trindade	Director Coordenador						-
	Victor Aguilar	Director Coordenador				29		29
Direcção de Organização	Fernando Cabral	Director Adjunto				7		7
Direcção de Marketing e Comunicação	Leonor Sá Machado	Assessora da Administração				12		12
Direcção de Cartões e Canais Directos	Nuno Sampaio Nunes	Director Coordenador			5	16		21
Direcção de Manut. Transportes e Importação	Paulo Alexandre Ho	Subdirector				30		30
Direcção de Commodities	Ricardo Machado	Assessora da Administração				2		2
Direcção Património	Nuno Coutinho	Director Coordenador				8		8
Direcção Controlo Custos	Luis Farófia	Director Coordenador				3		3
Direcção de Contabilidade e Contr. Orçamental	Luis Silva	Director Coordenador				6		6
Direcção Jurídica	António Monteiro	Assessor da Administração				6		6
Direcção de Recursos Humanos	Senda Ramos	Directora Coordenadora				27		27
Direcção de Segurança	António Pereira	Director				12		12
Direcção de Operações	Katila Santos	Directora Coordenadora					49	49
Leasing	João Paulo Amaral	Assessor da Administração			7	1		8
Tranquilidade	Anabela Almeida	Directora			1			1
Outros							10	10
INDIVIDUAL								
Total 31 de Dezembro de 2012			4	24	402	183	66	679
Total 31 de Dezembro de 2011			4	20	313	159	66	562
Variação absoluta 2012 vs 2011			0	4	89	24	0	117
Variação percentual 2012 vs 2011			0%	20%	28%	15%	0%	21%
BESAACTIVE - SGFI SA						1	2	3
BESAACTIVE - SGFP SA							1	1
CONSOLIDADO								
Total 31 de Dezembro de 2012			4	24	403	186	66	683
Total 31 de Dezembro de 2011			4	20	316	161	66	567
Variação absoluta 2012 vs 2011			0	4	87	25	0	116
Variação percentual 2012 vs 2011			0%	20%	28%	16%	0%	20%





A exemplo de anos anteriores, o BESA privilegiou o acesso ao primeiro emprego, complementando as competências com a componente de formação interna e externa, de forma a uniformizar, a curto e médio prazo, o nível de atendimento e identificar as principais áreas de actuação, de modo a obter os melhores níveis de qualidade e satisfação dos Clientes, indo assim de encontro às exigências de um mercado cada vez mais concorrencial.

- **O Balcão Escola (BE)**

O BE foi concebido para desenvolver Competências Comerciais, Comportamentais, Operativas e de Gestão, potenciando os desempenhos que, simultaneamente, satisfaçam as expectativas dos Clientes e garantam o cumprimento das orientações comerciais, definidas internamente.

Os “clientes” do BE são (i) todos os novos colaboradores do BESA, com especial ênfase para a área Comercial e Direcções Centrais, (ii) colaboradores em situação de requalificação, com experiência bancária ou que necessitem de realizar “upgrades” de competências em áreas específicas, e (iii) colaboradores em situação de mudança de função na rede comercial.

Com a implementação do BE, o acolhimento/integração de novos colaboradores no BESA obedece ao seguinte processo:

- Formação presencial em sala de 12 dias: que inclui (i) seminário Acolhimento e Integração e Negócio bancário, (ii) área Comportamental e técnica bancária (Contas e Depósitos, Meios de Pagamento e Crédito), (iii) Curso de atendimento, Comunicação e Vendas, (iv) Sistema Informático, e (v) Certificação obtida mediante aproveitamento de pelo menos 50%.

- Formação “on job” de 22 dias: que consiste da segunda fase do processo de formação para a área comercial e que inclui avaliação comercial, comportamental e operativa e que termina com a integração do colaborador na estrutura do Banco.

O “workflow” é > Balcão Escola > Treino > Certificação > Balcão Destino

- **Os Meios de Formação – O Centro de formação**

No âmbito da sua estratégia para o desenvolvimento do capital intelectual, o BESA inaugurou no início de 2012 o seu primeiro Centro de formação, localizado na Rua Eduardo Mondlane nº 104, em Luanda.

Através da adopção e implementação de programas de formação eficientes, o Centro procura incrementar a rentabilidade, produtividade, qualidade de serviço e o índice motivacional dos colaboradores.

O Centro dispõe de 4 salas, 2 auditórios, 1 balcão escola com 2 postos de trabalho (caixa e atendimento privado) para além de uma ATM. Ao simular o ambiente real de uma agência, a formação e adaptação/integração dos novos colaboradores torna-se mais produtiva, englobando diversas fases, nomeadamente, um período de formação presencial, autoscopias/“role plays” e formação on Job nos balcões.

O Centro de Formação visa desenvolver competências transversais geradoras de uma verdadeira cultura BESA desde capacidades comerciais, comportamentais, operativas e de gestão, potenciando o desempenho e *know-how* dos colaboradores. Assim, é a finalidade do Centro garantir o melhor acompanhamento, desenvolvimento e integração dos novos

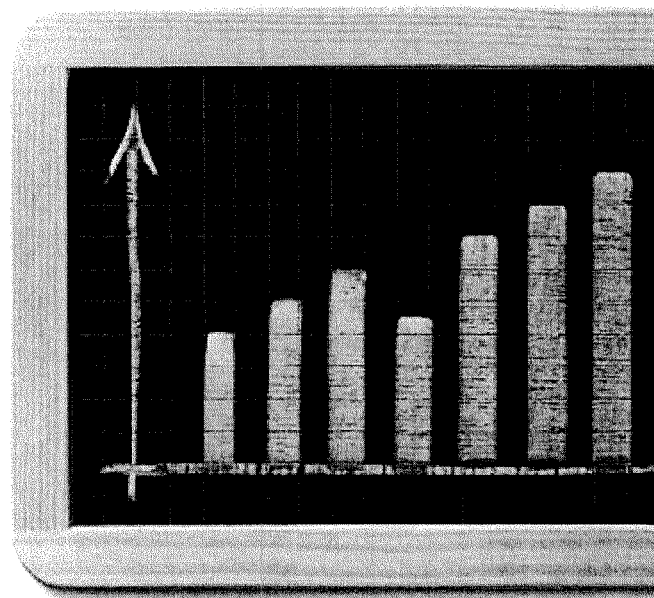
colaboradores, bem como, a reciclagem de conhecimentos e aplicação de planos de gestão de carreiras para a optimização dos quadros do banco.

Com a abertura do Centro de Formação do BESA o processo formativo foi contínuo nas diversas áreas, conforme espelha a tabela abaixo.

Formação BESA Ano 2012

	Local	N. Colab.	Dias	Horas	Volume de Horas
Área Comercial e Comportamental	Centro de Formação	499	229	1.702	849.298
Área Técnica	Centro de Formação	253	152	1.186	300.058
Área Informática	Centro de Formação	7	12	20	140
Línguas Estrangeiras	Centro de Formação	68	448	754	51.272
Pós Graduações	Centro de Formação	3	33	165	495
Balcão Escola	Centro de Formação	153	338	2.064	315.792
Total		983	1.212	5.891	1.517.055

A formação teve um carácter transversal, desde o quadro directivo a administrativos, com excepção do Balcão Escola que é um projecto específico de formação para novos colaboradores.



- **Reconhecimento dos Colaboradores**

O reconhecimento do mérito por colaborador foi, mais uma vez, no ano de 2012, uma das grandes preocupações do Banco, havendo a preocupação em premiar os que mais se distinguiram durante o ano, tendo para tal implementado um processo de avaliação contínua de “*performance*”.

A evolução da distribuição dos colaboradores por faixa etária, nível de escolaridade, sexo e nacionalidade analisam-se como segue:

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Distribuição de Colaboradores por Grupo Etário				
Menos que 25 anos	99	63	99	63
Entre 25 e 30 anos	253	229	256	231
Entre 30 e 40 anos	249	209	252	212
Entre 40 e 50 anos	63	50	61	50
Mais de 50 anos	15	11	15	11
TOTAL	679	562	683	567
Distribuição de Colaboradores por Formação Académica				
Outros	449	355	454	356
Licenciatura	213	196	212	200
Pós-Graduação	12	9	12	9
Mestrado	5	2	5	2
TOTAL	679	562	683	567
Distribuição de Colaboradores por Sexo				
Homens	361	297	364	299
Mulheres	318	265	319	268
TOTAL	679	562	683	567
Distribuição de Colaboradores por Nacionalidade				
Angolanos	623	520	625	522
Portugueses	45	36	47	39
Outras nacionalidades	11	6	11	6
TOTAL	679	562	683	567

6.3.3 INSTALAÇÕES

A estrutura da área das instalações e património do Banco integra a gestão de instalações e assegura (i) a execução da política de expansão geográfica do Banco.

A conservação e manutenção de todas as instalações e infra-estruturas do BESA em condições óptimas de disponibilidade e funcionalidade, permitindo a sua utilização em conformidade com os fins para as quais foram projectadas, com especial ênfase para as condições de segurança de serviço e a salubridade de cada local físico, como seja, entre outros, a qualidade de ar interior durante o período da sua utilização, é uma das grandes preocupações da Gestão.

- **Nova Sede**

O Presidente do Conselho de Administração do BESA inaugurou em finais de 2012 a nova Sede em Luanda. O novo edifício, previsto entrar em funcionamento no decurso de 2013, irá concentrar os serviços centrais do Banco e permitirá uma melhor optimização de recursos através da interligação de todas as áreas operacionais, incluindo as subsidiárias. A nova Sede do Banco é um edifício inteligente, equipado com as melhores soluções de eficiência energética, sistemas integrados de gestão de edifícios e plataformas tecnológicas, que irão permitir potenciar as sinergias operacionais da instituição e oferecer um espaço único, com os mais modernos recursos da construção sustentável.

Esta nova Sede marca mais um passo na evolução do Banco e no seu compromisso com o nível de excelência de serviços para os seus clientes e torna-se também um símbolo da solidez do percurso de sucesso dos primeiros dez anos de operação do BESA, comprovando o seu compromisso com a

excelência e a inovação, que têm sido os principais factores diferenciadores do posicionamento desta instituição bancária, no mercado angolano.

A nova Sede do BESA é a maior torre de Luanda, com uma altura de 111 metros acima do solo e com um total de área coberta de 41.684,90 m². O edifício tem 25 pisos à superfície do solo e cinco pisos subterrâneos. Concebido para ser um edifício ultra moderno e dotado das mais avançadas soluções tecnológicas e arquitectónicas, a nova Sede do BESA integra também características únicas, e espaços complementares, que permitirão aos seus utilizadores sentirem este edifício como a sua segunda casa.

No Piso 0 ficará instalada a Agência modelo do Banco Espírito Santo Angola, o piso SL acolhe o espaço cultural e no piso 1 irá situar-se o Grande Auditório e cafeteria de apoio.

Para além dos espaços de escritórios, que ocuparão a maior parte da área do edifício, irá funcionar um restaurante e também o refeitório para os colaboradores do banco.

A nova Sede do BESA terá também uma área dedicada à saúde e bem-estar dos utilizadores do edifício, que aqui terão à sua disposição um ginásio e um centro de medicina no trabalho.

Nos pisos superiores irá funcionar o restaurante da Administração do Banco, espaço onde os quadros da instituição poderão receber convidados institucionais e clientes para almoços de trabalho, num ambiente mais sofisticado e reservado. Nos últimos pisos funcionará a área destinada à Administração do banco. Neste espaço ficará também inserida uma zona de

habitação, enquanto no piso da cobertura terá capacidade para operar um heliporto.

A nova Sede do BESA integra estruturas modernas, nomeadamente um novo Centro de Formação, que vem dar continuidade à aposta do BESA na qualidade dos seus recursos humanos, proporcionando planos de formação específicos para integração de novos colaboradores, reciclagem e outras competências de literacia financeira e não financeira, essenciais para a capacitação e gestão de carreira dos quadros do Banco.

O Grande Auditório, chamado Auditório Álvaro Sobrinho, com capacidade para mais de 200 pessoas, está equipado com sistemas de tecnologia de ponta, permitindo as melhores condições para a realização de apresentações, conferências, seminários, “workshops” e eventos culturais.

Este novo edifício, tem um Centro Cultural - BESAarte, que permitirá ao Banco dar continuidade às suas acções de responsabilidade social, apoiando o surgimento de novos artistas e promovendo a partilha de experiências internacionais. Este é um espaço ultra moderno e completamente capacitado para a promoção da cultura e da arte em Angola, que irá trazer uma nova dimensão à actividade do Banco, no seu compromisso com a divulgação do património cultural de Angola. Este será o maior e melhor equipado espaço de exposições da África Sub-Sahariana, com condições ao nível dos melhores espaços culturais a nível internacional. O Banco pretende que este se torne um local de referência, para colocar Angola no mapa das melhores galerias de arte, a nível internacional.

O edifício da nova Sede do BESA insere-se num lote de posição dominante sobre a Avenida do 1º Congresso e sobre a própria cidade de Luanda. Tirando partido da sua localização e escala, o edifício é inevitavelmente uma referência visual no “skyline” da cidade. Esta avenida caracteriza-se pelo confronto de escalas e tipologias arquitectónicas de tempos e estilos diferentes. Essa diversidade é bastante característica e importante no desenho de uma cidade cosmopolita.

O perfil do edifício apresenta uma entrada que interage com a avenida através da criação de uma grande praça coberta, que irá caracterizar e proteger as várias entradas do edifício, gerando um sofisticado diálogo entre a volumetria e a contemporaneidade.

As linhas horizontais das lajes da fachada são expandidas para fora, para criarem zonas de sombra, que permitem uma gestão mais eficiente e sustentada dos recursos energéticos. As ligeiras alterações no desenho, de piso para piso, conferem uma volumetria dinâmica, que traduz a imagem institucional e contemporânea do BESA.

A sustentabilidade do edifício integra três vectores fundamentais para a optimização dos recursos energéticos, particularmente focados nos sistemas de climatização, ventilação e iluminação, que são os três sistemas mais consumidores de energia sobre os quais é possível intervir. Nas áreas públicas onde os elementos de decoração assumem especial relevância - escadas, hall de elevadores e átrios de entrada - foram utilizados aparelhos de iluminação fluorescentes e LED. Os comandos de iluminação serão automáticos, por forma, a optimizar os consumos energéticos. Assim, nos locais de maior movimento e utilização, serão associados comandos horários, com comandos por detecção de movimentos e detecção de luz natural.

Do ponto de vista dos sistemas de tratamento ambiental, foram implementadas soluções inovadoras que permitem a obtenção da optimização de recursos.



• **Rede de Agências**

À data de 31 de Dezembro de 2012, a rede bancária BESA, num total de 39, das quais 14 Agências estão distribuídas por sete províncias da República de Angola, nomeadamente, Benguela, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Lobito e Zaire.

As restantes Agências e postos de atendimento estão localizados em Luanda.

Em 31 de Dezembro de 2012, geograficamente, a distribuição da rede de retalho do BESA é como segue:

Luanda

Agência Sede
 Agência Maianga
 Agência Valódia
 Agência Palanca
 Posto Fayol
 Agência Rainha Ginga
 Agência Porto Pesqueiro
 Agência Alfândega de Luanda
 Agência Belas Shopping
 Agência Luanda Sul
 Agência Centro Logístico Talatona (iii)
 Agência N'Krumah
 Agência N'Dunduma
 Agência Vila Alice
 Agência Ekumbi
 Agência Viana Industrial (ii)
 Agência Viana Vila (i)
 Agência Torre
 Agência Bairro Operário (i)
 Agência KN10 (ii)
 Agência Marginal (ii)
 Agência Bairro Popular (iii)
 Agência Ho Chi Min (iii)
 Posto Mangais (iii)
 Agência Almeida Garret (iii)

Províncias

Agência Benguela (Benguela)
 Agência Alfândega do Lobito (Benguela)
 Agência Lobito Shoprite (Benguela)
 Agência Soyo (Zaire)
 Agência Alfândega do Soyo (Zaire)
 Agência Base do Kwanda (Zaire)
 Posto Base do Kwanda (Zaire)
 Agência Ondjiva (Cunene) (i)
 Agência Alfândega de Santa Clara (Cunene)
 Agência Lubango (Huíla)
 Agência Lubango Shoprite (Huíla) (ii)
 Agência Cabinda (Cabinda)
 Agência Ekuikui (Huambo)
 Posto Sefa (Huambo) (iii)

Total Luanda 25

Total Províncias 14

Total de Agências e Postos 39

(i) Aberto em 2010

(ii) Aberto em 2011

(iii) Aberto em 2012

6.3.4 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- **Consolidação do Sistema “Core” em Angola**

Desde 25 de Maio de 2009 que o sistema “core” do Banco está localizado em Angola sendo totalmente administrado e mantido pela equipa interna do Banco. Desde essa data, os anos seguintes foram dedicados à consolidação e melhoria do sistema “core” do Banco e transferência para Angola dos ambientes de apoio à produção.

A solução “core” do Banco, é multi-plataforma e multi-componentes, dispersas por várias máquinas. O seu domínio obriga portanto a um conhecimento pormenorizado dos componentes e da forma como interagem.

Hoje, o conhecimento que a equipa técnica do Banco possui sobre o sistema, garante a operação harmoniosa do mesmo e uma percentagem elevada de resolução interna das necessidades de suporte à produção. É notória também a qualidade do “troubleshooting” e informação enviada para diagnóstico do fornecedor da aplicação quando a situação assim o exige.

Actualmente as equipas de IT do Banco percebem dominam as interligações dos componentes e os “interfaces” que correm à sua volta. A consolidação do conhecimento tem-se verificado tanto ao nível do FlexCube, como do “Internet Banking” e do SIG (Sistema de Informação de Gestão).

Como resultado desta consolidação de conhecimento verificamos (i) crescente domínio da solução, com grande autonomia na garantia da operacionalidade permanente dos vários sistemas e tecnologias que compõem a solução; e (ii) identificação, desenvolvimento e implementação de oportunidades de melhoria nos diversos processos com o objectivo de melhorar a “performance” e

de criar automatismos, minimizando possíveis incidências operacionais.

Visando esta consolidação, é dada uma atenção especial à formação e capacitação dos técnicos em função das necessidades identificadas. A equipa técnica tem sido dimensionada em função das necessidades.

- **Ambientes de Apoio a Produção (“Core”)**

Após garantir a produção em Angola, o BESA decidiu transferir também para Angola, os ambientes de apoio a produção que estavam localizados em Portugal.

Desenvolveu-se um projecto visando transferir para Angola os referidos ambientes, que passou também pela reformulação da estrutura dos ambientes existentes, incluindo o ambiente de formação devidamente enquadrado na política de formação interna do Banco.

Estes ambientes estão em domínios separados e devidamente protegidos do ambiente de produção de acordo com as melhores regras e práticas. Seguindo as mesmas metodologias, o ambiente de qualificação foi criado para ser uma cópia exacta do ambiente de produção quer em termos de funcionalidades, arquitectura e máquinas quer em termos de volumetria. Desta forma, é possível o BESA simular integralmente qualquer situação do ambiente de produção sem afectar a produção, após a aplicação das necessárias medidas de segurança. A evolução de qualquer nova solução de negócio ou a aplicação de correcções de sistemas no ambiente de produção só se verifica após serem aplicadas nos ambientes de apoio à produção de acordo com os procedimentos instituídos.

Para além de alcançar o objectivo primário, este projecto contribuiu também para a consolidação da formação dos técnicos de sistemas uma vez que foi executado integralmente por técnicos do Banco.

- **Sistemas Genéricos**

Para além do sistema “core”, outros sistemas e soluções tiveram também cuidados específicos e evoluções durante os últimos anos em função das necessidades.

Hoje o BESA possui um domínio interno materializado com a solução *Microsoft AD 2008*, robusta e sólida que acompanha de forma linear, a expansão da instituição. Esta solução foi implementada com suporte de técnicos de reconhecido valor internacional.

Durante o ano de 2012, ao nível das comunicações e segurança, foi revisto e implementado o aumento da largura de banda que passou a ser disponibilizada por um operador em algumas províncias e que se tornou o fornecedor primário dessas redes de Agências permitindo usufruir de uma largura de banda e uma qualidade de serviço muito superior. Em simultâneo foi instalada redundância de comunicações em todas as Agências do Banco onde este mecanismo é disponibilizado pelos operadores existentes no mercado.

Após obtenção de uma gama de endereços públicos rateáveis junto à Afrinic em finais de 2011, o BESA estabeleceu em 2012 protocolos de publicação e divulgação (BGP) com dois *Internet Service Providers*, utilizando meios de comunicação distintos, com o objectivo de garantir a efectiva redundância da ligação à *Internet*.

Está em curso uma actualização do serviço de mail do BESA para a utilização do *Microsoft Exchange 2010* permitindo uma utilização mais apelativa e

tirando partido de todas as novas funcionalidades permitidas nessa versão.

- **“IT Disaster Recovery Plan”**

Ao longo de 2012 e 2011, foi garantida a adequada manutenção dos mecanismos de “*Disaster Recovery*” implementados no Banco durante o ano de 2009, nomeadamente através da realização de duas simulações realizadas anualmente.

Foi também dada continuidade ao Projecto de construção de um novo “*Data Center*” para alojar os sistemas do Banco e das suas participadas que obedecerá às melhores normas e práticas internacionais.

6.3.5 SEGURANÇA

Desde o início da sua actividade que a garantia de existência de segurança física das instalações, colaboradores e clientes são uma prioridade estratégica dos Órgãos de Gestão do BESA. Neste contexto, o Banco dispõe de uma unidade de estrutura específica cuja área de actuação é sobretudo ao nível da protecção física e compreende responsabilidades nas áreas de segurança activa e passiva, contribuindo assim na mitigação de riscos através da sua identificação, inventariação e implementação de acções e controlos que se revelem adequados.

Esta unidade está especialmente atenta aos riscos anti-sociais (sabotagem, assalto, roubo, furto, vandalismo, ameaça de bomba, etc.), técnicos e outros resultantes das actividades laborais (incêndio, avarias de sistemas, acidentes fortuitos, explosão, etc.) que, a materializarem-se podem por em causa o património humano e físico do Banco e, conseqüentemente impactarem na cadeia de criação de valor dos “*stakeholders*”.

Neste contexto, estão implementados um conjunto de processos onde são formalizados e promovidos os processos das medidas preventivas existentes, nomeadamente as relacionadas com o estabelecimento de mecanismos de controlo e protecção de pessoas e bens, com recurso ao elemento humano, mas, suportadas, cada vez mais nas tecnologias de segurança. Estas medidas são estruturadas em harmonia com a actividade bancária e integradas nas diversas unidades de estrutura do Banco, observando sempre as leis, regulamentos e demais normas em vigor em Angola, as orientações dos Órgãos de Gestão e as melhores práticas internacionais na matéria.

Os recursos da segurança estão optimizados, através da uma central operacional que integra os diversos sistemas de segurança (circuito fechado de televisão, detecção de intrusão, detecção de incêndio e controle de acessos) preconizados para o controlo da rede de agências, através do qual se garante fisicamente a manutenção preventiva desses sistemas através do accionamento de um contrato de manutenção, mas, objectivando cada vez mais, efectuar a manutenção remota, diminuindo em custos e ganhando em tempo.

O acompanhamento na elaboração dos projectos de segurança das novas instalações, nomeadamente, as agências e demais estruturas físicas em fase de construção são um desafio importante e necessário para a área de segurança interna do Banco, uma vez que garante a aplicação das normas internacionais de construção e regulamentação contra incêndios no que concerne à segurança passiva, activa e a articulação dos modelos de arquitectura com a realidade funcional de um edifício em Angola, acautelando os níveis de segurança adequados e as melhores práticas de higiene e segurança.

Em termos de segurança activa e ao transporte de



valores, a sinistralidade foi nula desde o início de actividade do BESA, o que é de realçar. Este serviço de segurança activa é conciliado com o maior rigor operacional e administrativo possível, com as necessidades de funcionamento normal e regular do Banco. Assim, existe uma atenção especial aos locais de implantação das estruturas físicas do BESA bem como ao momento e contexto social específico de cada uma (análise de risco), revendo-se continuamente e implementando procedimentos ajustados e adequados a cada situação que incorporam mecanismos de controlo, dispositivos de vigilância humana ajustados, bem como outros meios e equipamentos, tendo sempre presente o conceito de “*safety*” e “*security*” qualificativos de um ambiente de funcionamento seguro e protegido na Instituição, respectivamente.

6.3.6 PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

O Plano de Continuidade de Negócio começou a ser implementado em Abril de 2010, estando à data do Balanço concluído e testado incluindo as funcionalidades das instalações alternativas, através de simulações, com a frequência de uma vez ao ano. Adicionalmente o Plano inicial é actualizado todos os anos.

A Gestão da Continuidade de Negócio incluiu o planeamento, a preparação e a gestão operacional necessárias para assegurar a continuidade das operações de negócio no caso de uma interrupção grave das operações e é suportada pela Política de Continuidade de Negócio do Grupo BESA, aprovada e divulgada a 19 de Agosto de 2010 às várias entidades do Grupo BES e do Grupo BESA na qual se estabelece os princípios orientadores da resposta do Banco a um incidente.

O modelo de organização implementado no Grupo BESA garante a consistência e interacção da função em todo o seu perímetro mantendo, contudo, a autonomia de cada empresa e respeitando as especificidades de cada negócio e a geografia onde este se encontra localizado.

Resposta operacional: a responsabilidade pela resposta operacional permanece ao nível das empresas do Grupo BESA e respectivas áreas chave de suporte, sendo assegurada por cinco equipas distintas com missões bem definidas:

- Equipa de Gestão de Crise: a Equipa de Gestão de Crise é formada pelos elementos da Administração, sendo responsável pela gestão estratégica da crise, gestão da comunicação externa e gestão dos principais “*stakeholders*”. Em caso de incidente assegura uma resposta imediata na definição das estratégias de recuperação e retorno à normalidade, dependendo do tipo de evento que despoleta a crise, sendo ainda responsável pela gestão da comunicação com os “*media*” e principais “*stakeholders*”;
- Equipa de Gestão de Incidentes: a Equipa que possui como responsabilidade a gestão táctica da crise, a gestão da comunicação interna e a coordenação das várias equipas de recuperação/retorno. Em caso de incidente assegura uma resposta imediata na coordenação táctica dos esforços de recuperação ao nível dos colaboradores, instalações e sistemas de informação, dependendo do tipo de evento que despoleta a crise, sendo ainda responsável pela gestão da comunicação com as autoridades civis e colaboradores da Organização;
- Equipas de Resposta de Emergência: as Equipas que implementam a resposta de emergência

estabelecida no Plano de Emergência Interno de cada edifício, ou área ocupada pelas unidades orgânicas abrangidas pela Continuidade de Negócio. Em caso de incidente assegura a evacuação de edifícios e articulação com as autoridades civis;

- Equipas de Recuperação de Negócio: as Equipas de Recuperação de Negócio de cada unidade orgânica possuem como objectivo implementar a recuperação de negócio e o retorno à normalidade da sua Unidade Orgânica, sendo nomeada pelos responsáveis respectivos. Em caso de incidente asseguram a recuperação de operações críticas, que poderá implicar deslocação de colaboradores para instalações alternativas;

- Equipas de Recuperação Tecnológica: as Equipas que são responsáveis por implementar a recuperação dos sistemas de informação e o retorno à normalidade e que são nomeadas e lideradas pela Direcção de Informática do BESA.

Em caso de incidente asseguram a recuperação de sistemas de informação de suporte aos processos críticos de negócio em sites de internet alternativos.

A cada uma das Equipas supra citadas está associado um plano já definido que deverá ser utilizado pelas mesmas em caso de incidente, de modo a garantir que cada Equipa sabe o quê, quem, quando, onde e como agir nessa situação, nomeadamente:

- Planos de Emergência Internos;
- Plano de Gestão de Crise;
- Plano de Gestão de Incidentes;
- Planos de Recuperação de Negócio;
- Planos de Recuperação Tecnológica.

6.3.7 A FUNÇÃO RISCO NO BESA

A Função do Risco no BESA está explicada na nota explicativa 3 b) às Demonstrações financeiras.



6.3.8 A FUNÇÃO COMPLIANCE NO BESA

É responsável por garantir o processo de melhoria contínua da “*performance*” global do BESA, numa perspectiva dinâmica, em constante desenvolvimento e adaptação, visando a optimização de processos e a máxima eficiência na afectação dos recursos. Responsável pela divulgação dos riscos significativos a que o banco está exposto e respectiva monitorização e por assegurar que internamente são tomadas as medidas necessárias para que todos os colaboradores, nos vários níveis da hierarquia, conheçam e compreendam as suas obrigações e responsabilidades no âmbito do processo de controlo interno. Tem ainda a responsabilidade de elaboração de todos os reportes diários obrigatórios para a entidade de supervisão.

Relativamente aos processos de controlo interno do BESA, cumprindo com as exigências impostas pelo Grupo BES e pelo Banco de Portugal, elabora a revisão e actualização dos processos mais relevantes na actividade da instituição durante o ano de 2008, e já em 2009, resultante da transferência do NSI e respectivo “*hardware*” para Luanda à adaptação dos processos críticos da função de tecnologias de informação, ambos apoiados na metodologia COSO e COBIT.

As três unidades de controlo e fiscalização interna do BESA, o Risco, a Auditoria Interna e o “*Compliance*”, emitiram, com referência a 31 de Maio de 2012, os respectivos relatórios de actividade dirigidos aos Órgãos de Administração e Fiscalização do Banco. O conteúdo destes relatórios foi incorporado no Relatório de Controlo Interno emitido pela Comissão Executiva com a finalidade de dar cumprimento às obrigações regulamentares do Grupo onde o BESA se insere.

O Relatório de Controlo Interno constitui a opinião afirmativa do Órgão de Administração do Banco sobre a qualidade do respectivo Sistema de Controlo Interno e a sua emissão é acompanhado por um Parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes sobre o respectivo conteúdo.

6.3.9 A FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA NO BESA

A Auditoria Interna do BESA desenvolve uma actividade independente, de fiabilidade, “*assurance*” e de “*advisory*” destinada a acrescentar valor através da melhoria das práticas e operações do Banco. Assiste o Banco na prossecução dos objectivos definidos pelos seus Órgãos de Gestão, implementando uma abordagem sistemática e disciplinada, com o objectivo último de avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco (“*risk management*”), controlo interno e governação.

A Auditoria Interna do BESA contribui efectivamente para a cadeia de criação de Valor, nomeadamente, através da sua contribuição para a contínua melhoria do Sistema de Controlo Interno (SCI), de que faz parte integrante, cuja eficácia se consubstancia na criação de Valor através da verificação da existência, eficácia e suficiência de controlos que mitigam os riscos decorrentes da actividade do Banco e das suas Subsidiárias. Em suma, esta função tem como missão afirmar-se como a rede de segurança do Grupo BESA, no que respeita a estar em conformidade com regulamentos, disposições legais em vigor e melhores práticas da área de actuação do BESA e das suas Subsidiárias (sendo o BESA de cariz universal).

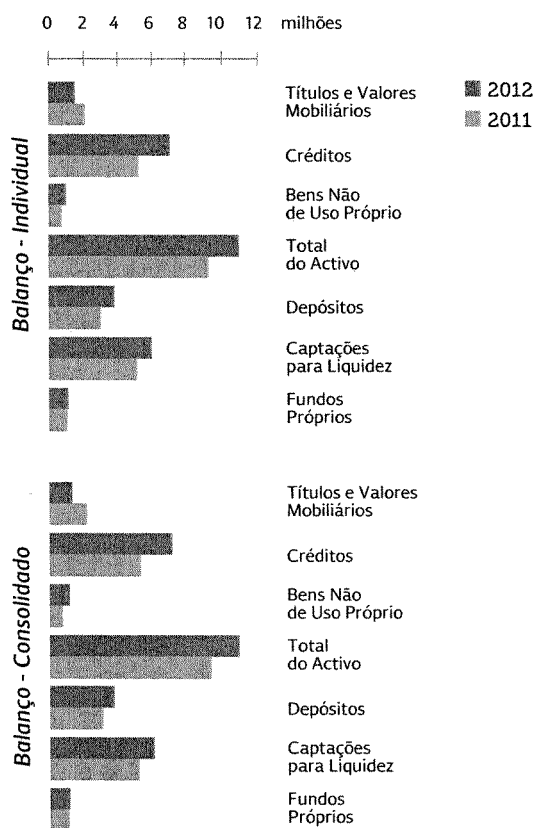
Enquadrados, e de acordo com o âmbito da sua actuação, com o definido pelas melhores práticas internacionais de auditoria interna emanadas pelo



“The Institute of Internal Auditors (IIA)” através das suas normas (“Standards” – consensualmente reconhecidos como as melhores práticas) e restantes regulamentações nacionais e outras aplicáveis em função do Grupo a que pertence, os auditores internos respondem, através do responsável da área, hierárquica e funcionalmente ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do BESA e, devido ao Grupo onde consolida contas, funcionalmente ao respectivo “Chief Audit Executive (CAE)” em representação do respectivo órgão, o Comité de Auditoria do Espírito Santo Financial Group (ESFG).

A Auditoria Interna do BESA trabalha em estreita articulação com os outros órgãos que compõem

o Banco e as suas Subsidiárias – em que o BESA detenha o controlo jurídico e as mesmas não possuam órgão de auditoria interna próprio – para em conjunto delinearem soluções e instrumentos que melhorem o Sistema de Controlo Interno do Banco.



6.4 ACTIVIDADE E SOLVABILIDADE DO BESA

6.4.1 BALANÇO

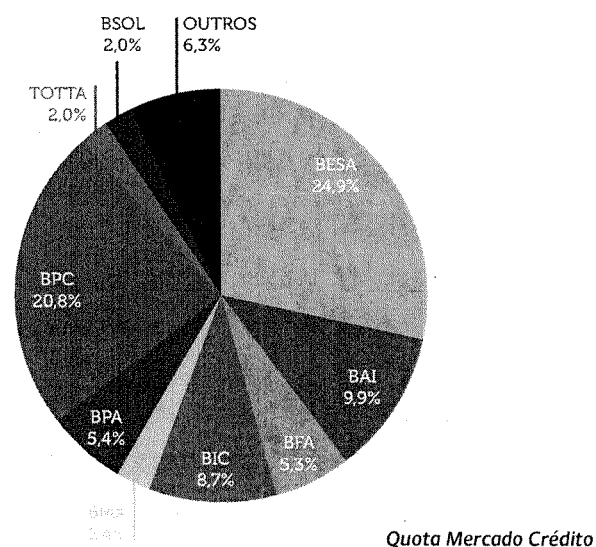
No final do exercício de 2012 o Activo líquido individual do Banco ascendeu a USD 10.511 milhões, representando um crescimento de 19% face ao ano anterior.

Do lado dos activos há a salientar os acréscimos do Crédito concedido a Clientes (USD 1.712 milhões; 34% em termos homólogos) e nos Bens de não uso próprio (USD 258 milhões; 36% em termos homólogos), e a diminuição nos Títulos e valores mobiliários (USD 572 milhões; cerca de 28% em termos homólogos). No lado do passivo salientamos os crescimentos nas Captações para liquidez (USD 811 milhões; 17% em termos homólogos) e nos Depósitos de clientes (USD 745 milhões; 26% em termos homólogos).

Em termos gráficos, essas variações ilustram-se conforme espelha o gráfico ao lado.

Em termos da composição do Total do activo, o Crédito líquido, os Títulos e valores mobiliários e os Bens não de uso próprio representam, respectivamente, 64% (2011: 57%), 14% (2011: 23%) e 9% (2011: 8%%).

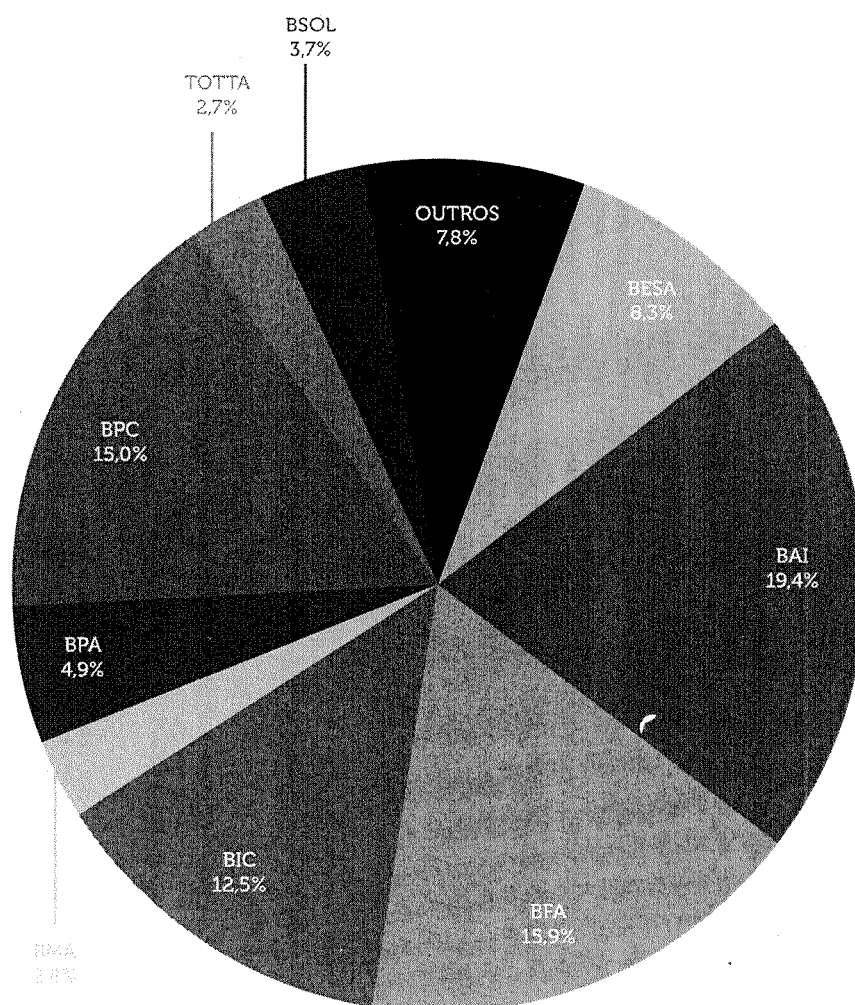
A quota de mercado do Crédito concedido a clientes situou-se nos 25% (2011: 22%), conforme se ilustra no gráfico circular ao lado.



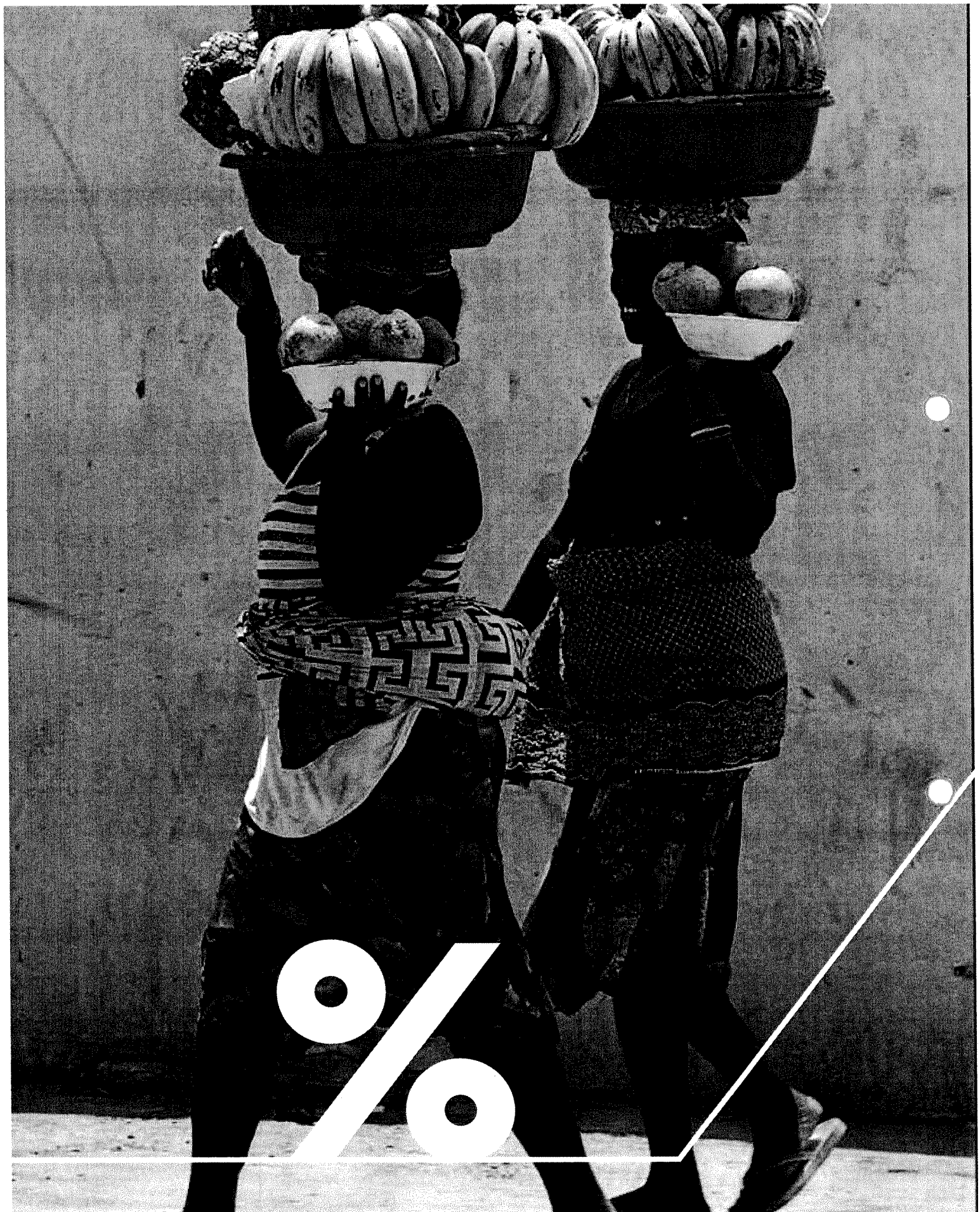
No passivo, os Depósitos de clientes correspondem a uma quota de mercado de 8% (2011: 8%), que se ilustra no gráfico circular ao lado.

Os Fundos próprios registaram um acréscimo de USD 57 milhões, representando um aumento de 6%

(2011: 79%), essencialmente devido ao resultado do exercício de 2012 (ver Demonstração de Mutação de Fundos Próprios na notas explicativas às Demonstrações financeiras).



Quota Mercado Depósitos



6.4.2 CRÉDITO SOBRE CLIENTES

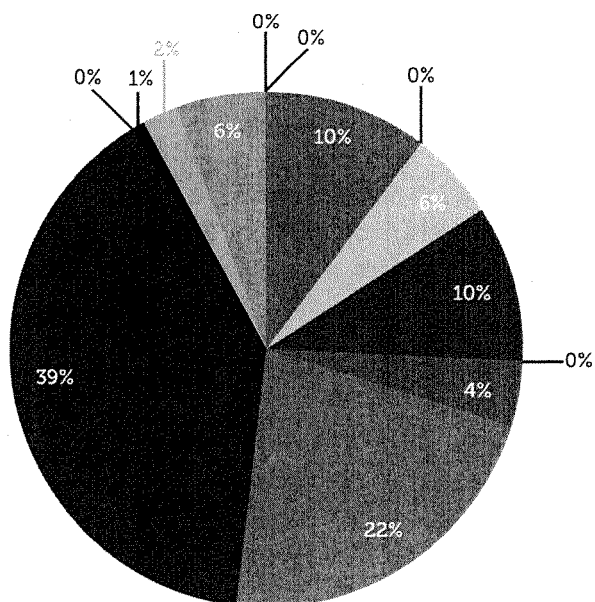
No ano de 2012, o BESA continuou a apostar na abertura da concessão de Crédito a clientes, mantendo no entanto uma política criteriosa na concessão do mesmo o que, conjugado com a consolidação da actividade do Departamento de Risco e Controlo de Crédito (criado em finais de 2008), permitiu o aumento desta rubrica, que em 31 de Dezembro de 2012 ascendia a USD 7.010 milhões (2011: USD 5.123 milhões), em 37%.

O rácio de transformação de Depósitos de clientes em Crédito a clientes à data do Balanço é de cerca 185%, que compara com os 173% de 2011. Este aumento da taxa de transformação traduziu-se na alavancagem do balanço do Banco, num clima

macroeconómico de pouca liquidez via política monetária restritiva, sendo reflexo da decisão do Conselho de Administração de continuar a apoiar o processo de reconstrução nacional e os agentes económicos alvo, sobretudo os principais clientes do Banco.

A decomposição por sector de actividade do Crédito concedido a clientes analisa-se como se pode verificar no gráfico ao lado.

A ventilação do Crédito concedido por moeda, prazo residual de maturidade, indexante e residência fiscal apresenta-se nas notas explicativas 3 a) e 8 às Demonstrações financeiras.



- Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
- Indústrias extractivas
- Indústrias transformadoras
- Produção, distribuição de electricidade, de gás e de água
- Construção
- Comércio por grosso e a retalho; reparações de veículos automóveis, motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico
- Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
- Transportes, armazenagem e comunicações
- Actividades financeiras
- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- Educação
- Saúde e acção social
- Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
- Famílias com empregados domésticos

6.4.3 RECURSOS DE CLIENTES

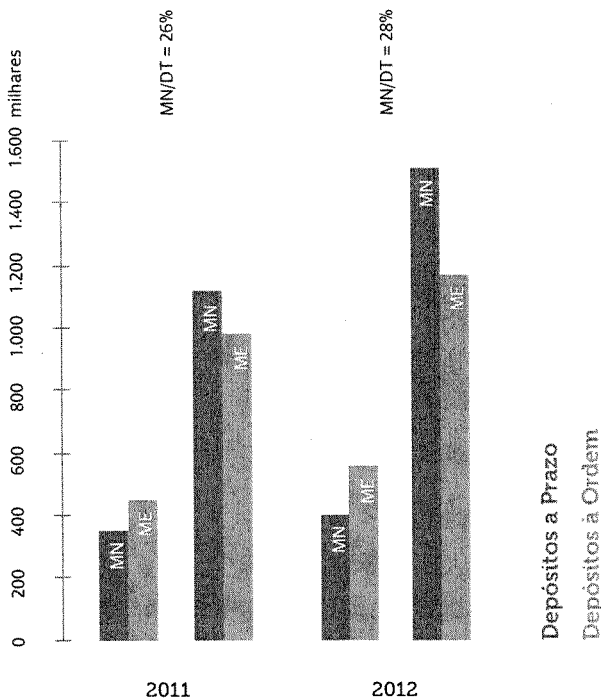
No ano de 2012, a captação de Recursos de clientes (não incluindo as instituições financeiras) atingiu um volume de USD 3.643 milhões, traduzindo-se num aumento de 26% face aos USD 2.898 milhões captados em 31 de Dezembro de 2011.

Esta evolução, num ano de reformulação de estratégia e com o Estado, ainda principal agente de geração de liquidez no mercado, a implementar uma política monetária restritiva, foi o resultado conjugado (i) de uma grande robustez e resiliência da estrutura (ii) da estratégia revista, e (iii) do prestígio do Banco junto dos mercado e dos seus clientes de referência.

A fidelização dos Clientes já existentes e a captação de novos Clientes continuam a ser um dos objectivos estratégicos do BESA, só possível de concretizar através da manutenção da preocupação constante com as necessidades reais dos clientes e com a imagem de confiança, qualidade, inovação e modernidade que permanentemente se transmite a praça financeira angolana, mantendo contudo a prudência nas diversas áreas de negócio e continuando a política de captação de novos clientes, visando ao mesmo tempo a excelência e qualidade de serviço.

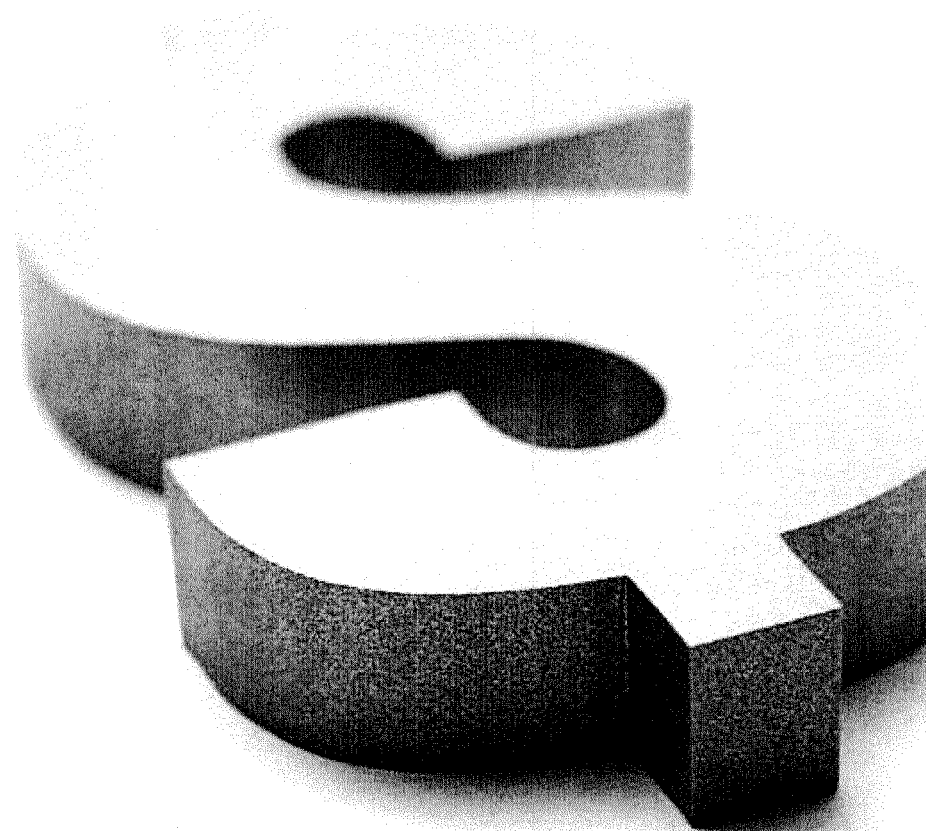
A evolução da carteira de Depósitos de clientes por moeda e prazo residuais está ventilada nas notas explicativas 3 a) e 14 às Demonstrações financeiras, respectivamente.

Em termos individuais, o rácio de moeda nacional (MN)/Depósitos totais (DT) é de 26% em 31 de Dezembro de 2012 que compara com 28% no exercício de 2011 (ver gráfico ao lado).



6.4.4 OUTROS ACTIVOS (OUTROS VALORES)

Ver notas explicativas 9 e 10 às Demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e 2011.



6.4.5 OUTROS PASSIVOS (DÍVIDA SUBORDINADA E OUTRAS OBRIGAÇÕES)

No passivo, à data de 31 de Dezembro de 2012, encontra-se contabilizado em euros o empréstimo subordinado do BES, no contravalor em USD 322 milhões (2011: USD 858 milhões), o qual tem vindo a ser amortizado de acordo com o contratualmente estabelecido.

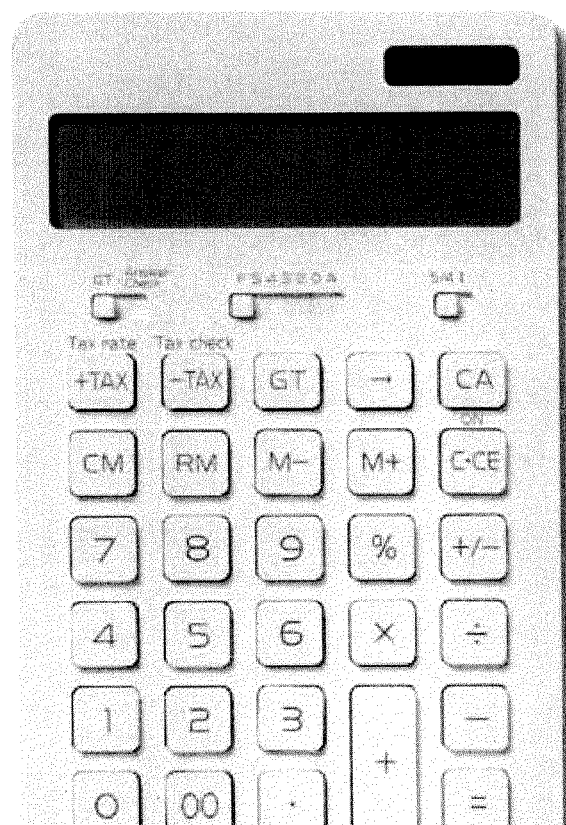
A real taxa do Imposto industrial reconcilia com a taxa nominal em vigor em Angola devido (i) ao volume de rendimentos provenientes de Títulos da Dívida Pública e equivalentes e de outras operações contratadas com o Estado com a mesma isenção, estando os mesmos, de acordo como C.I.I., isentos de qualquer tipo de imposto, não sendo considerados para efeitos de englobamento na Matéria colectável (ver notas explicativas 17 e 23 às Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011), e (ii) a um conjunto de outros factores de impacto individual mais reduzido.

O BESA liquidou o Imposto industrial do exercício de 2011 já durante o mês de Fevereiro de 2013, tendo quitado nessa altura todos os juros de mora e demais encargos daí decorrentes.

6.4.6 RECURSOS PRÓPRIOS

O BESA mantém a sua política de provisionar gradualmente a totalidade dos seus Fundos próprios (Capital, Reserva legal e Resultados transitados). Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foi efectuada qualquer provisão de manutenção dos Fundos próprios.

O valor dos Fundos próprios e respectiva movimentação encontram-se reportados na Demonstração da Mutação de Fundos próprios nas notas explicativas às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2012 e 2011.



6.4.7 SOLVABILIDADE

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os Activos ponderados pelo Risco de crédito, o Risco cambial e de ouro, bem como os Fundos próprios elegíveis e respectivo Rácio de solvabilidade (calculado com base no normativo em vigor à data de Balanço) eram como segue:

valores em milhares de dólares norte-americanos, excepto quando indicado

Individual					
Descrição	Ponderadores	2012	Rácio de Solvabilidade	2011	Rácio de Solvabilidade
Activos Ponderados	0%	0		0	
Activos Ponderados	20%	54.512		12.155	
Activos Ponderados	30%	12.894		16.304	
Activos Ponderados	50%	421		256	
Activos Ponderados	60%	70		70	
Activos Ponderados	100%	3.331.326		2.594.829	
Activos Ponderados	130%	6.996.321		5.358.245	
Deduções		-78.872		-190.992	
Total Exposição		10.316.672		7.790.867	
CRCO		32.155		127.230	
Tier I		1.060.390	10%	1.028.336	11,3%
Tier II (Dívida Subordinada)		322		858	
Tier I + II		1.060.712	10%	1.029.194	11,4%



6.5 NÍVEIS DE FUNCIONAMENTO (RESULTADOS)

6.5.1 RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (PRODUTO BANCÁRIO)

Não obstante (i) a gestão criteriosa do Risco taxa de juro, e (ii) o efeito volume, verificou-se em 2012 uma queda da Margem financeira do BESA em cerca de 60% face ao exercício anterior, explicada sobretudo pelo grande aumento do investimento em activos não remunerados (ver notas explicativas 6, 10 e 11 às Demonstrações financeiras) conjugado com a tendência de descida das taxas de mercado que se tem vindo a verificar desde 2011.

O total de juros activos foi de USD 792 milhões, suportando assim os juros passivos das Captações para liquidez e de Depósitos de clientes que ascenderam a USD 610 milhões.

Os resultados de Prestação de serviços financeiros ascenderam a USD 153 milhões (2011: USD 36 milhões; aumento de cerca 327% em termos homólogos, explicado pelas comissões recebidas pela estruturação e “advisory” de operações de contratos no mercado da energia (*Certified Emission Reductions*)).

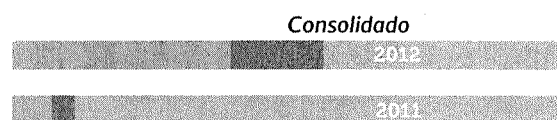
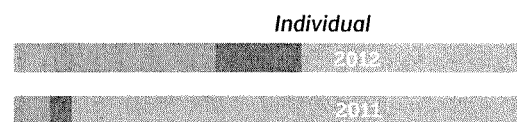
No ano de 2012, tal como já tinha acontecido em 2011, a cotação do AOA face ao USD flutuou dentro de uma banda relativamente pequena o que implicou que o peso relativo do Resultado em operações cambiais tenha perdido expressão material no total do Produto bancário.

A diminuição verificada na Margem financeira em 60% em termos homólogos impactou negativamente o Resultado de intermediação

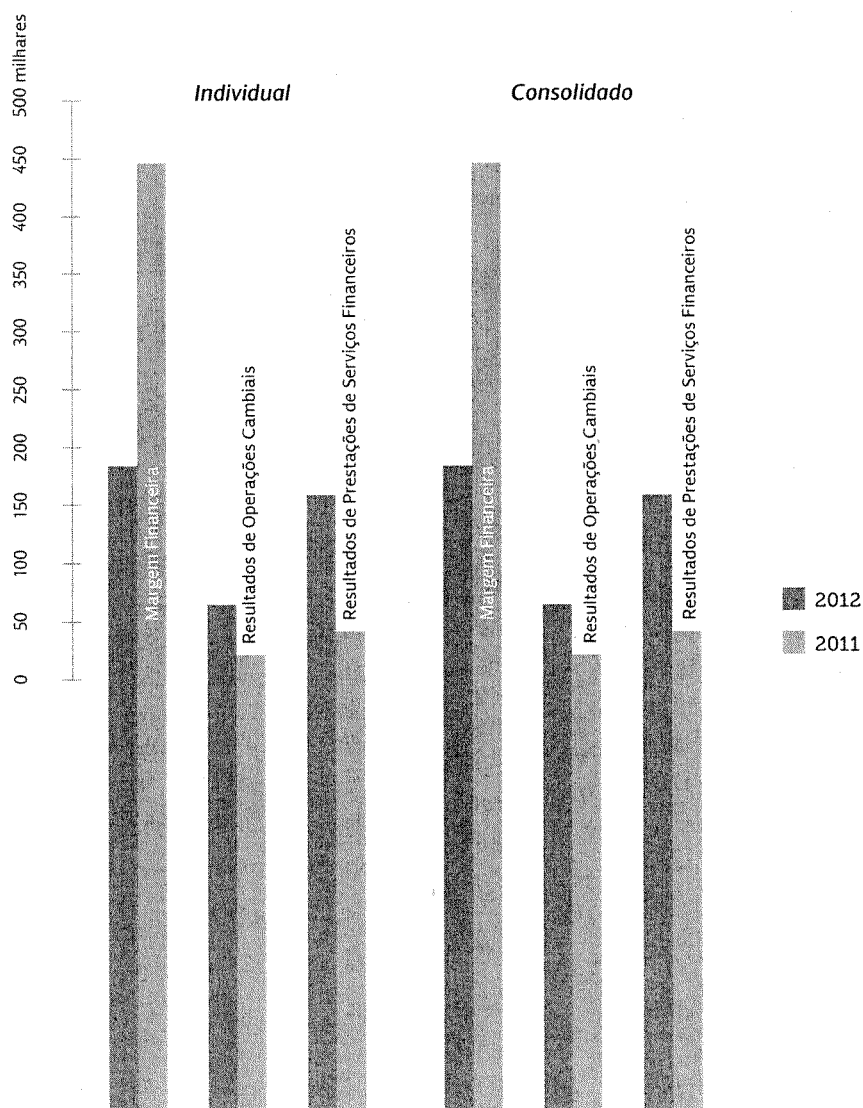
financeira (Produto bancário), excluindo provisões para Crédito de liquidação duvidosa, que diminuiu em 21% face a 2011.

Assim, a evolução da estrutura do Produto bancário de 2012, quando comparada com a de 2011, analisa-se como se pode verificar no gráfico ao lado.

No gráfico que é apresentado a seguir, podemos analisar a decomposição do Produto bancário.



Resultados de Prestações de Serviços Financeiros
Resultados de Operações Cambiais
Margem Financeira



6.5.2 CUSTOS OPERATIVOS

O elevado crescimento que o BESA tem vindo a registar bem como o esforço de preparação de abertura de novas Agências em Luanda e nas Províncias é o principal factor que contribuiu para a evolução dos Custos operativos, os quais se fixaram em USD 160 milhões (2011: USD 112 milhões), apresentando um crescimento de 43% quando comparados com o exercício homólogo anterior.

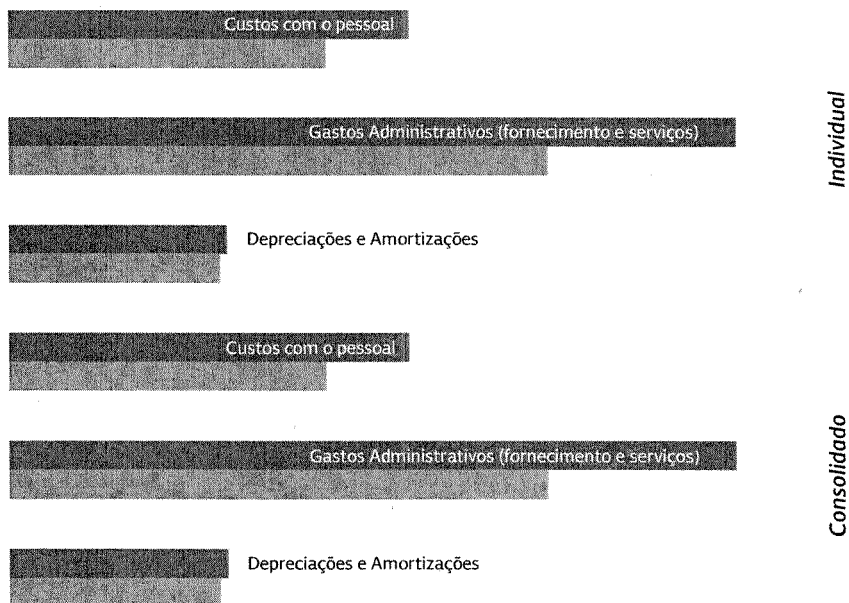
Os Custos com pessoal foram de USD 45 milhões (2011: USD 31 milhões), e incorporam o aumento do quadro de pessoal do Banco em cerca de 117 novos colaboradores para fazer face ao aumento da rede e da sua actividade global.

Os Custos administrativos foram de USD 102 milhões (2011: USD 69 milhões), sendo o aumento explicado pelas razões apontadas acima.

As amortizações atingiram os cerca de USD 13 milhões, um ligeiro aumento face ao período homólogo anterior que resultou essencialmente de os novos investimentos em estruturas comerciais, nomeadamente a nova sede, ainda não terem entrado em produção.

No gráfico do lado podemos observar a desagregação dos Custos operativos individuais e consolidados, respectivamente, e a respectiva evolução em grandes rubricas das Demonstrações financeiras.

0 20 40 60 80 100 120 milhares



■ 2012
■ 2011

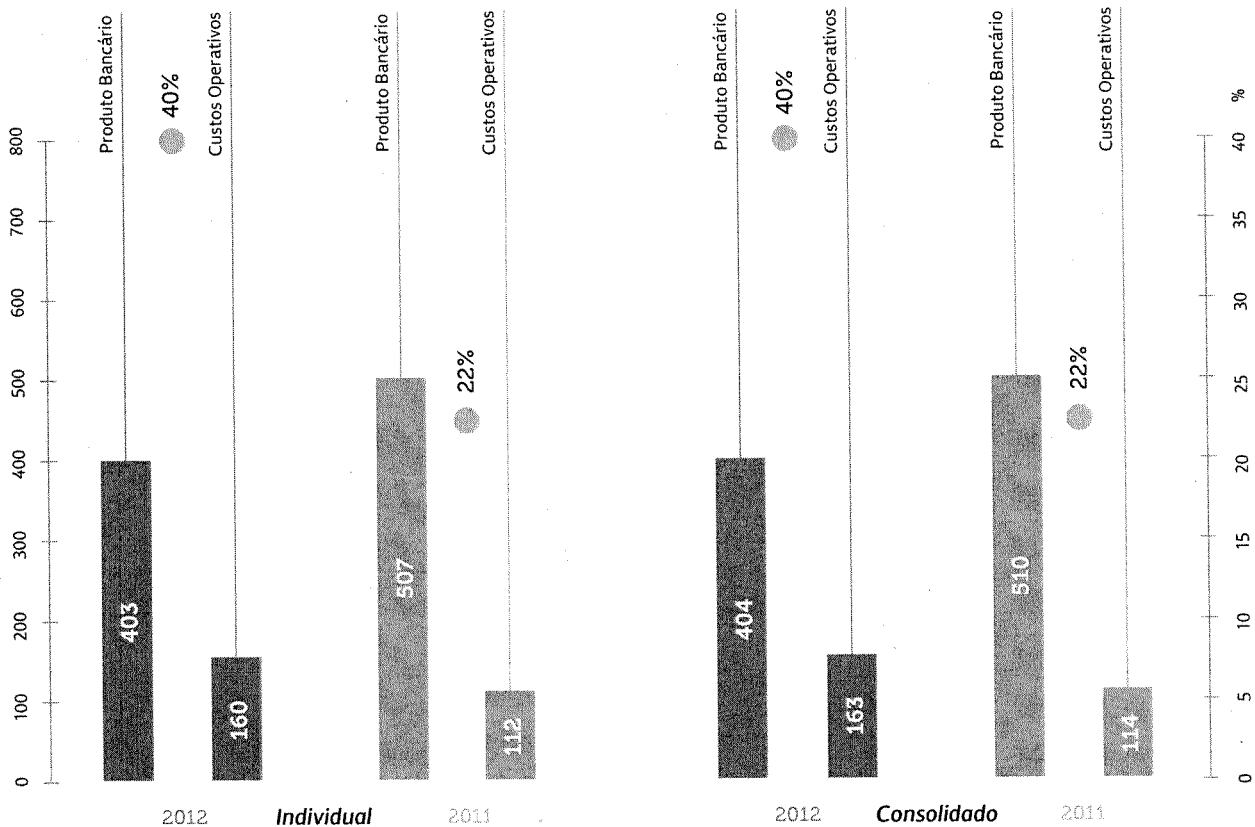


6.5.3 "COST-TO-INCOME"

No exercício de 2012, que foi um ano de mudança e atípico, a evolução do Produto bancário não foi suficiente para compensar o aumento dos Custos operativos em 43%, tendo o rácio de "Cost-to-income" passado de 22% em 2011 para 40% em 2012. Ainda assim, há a salientar que este rácio de eficiência está em linha com o sector bancário angolano.

6.5.5 RESULTADOS

O Resultado líquido individual do exercício foi de 5.442.144 milhares de AOA, correspondendo ao contravalor de 57.044 milhares de USD, representando um decréscimo de 83% face aos 339 189 milhares de USD apresentados no ano de 2011.



6.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da sua competência estatutária, o Conselho de Administração apresenta à Assembleia Geral a seguinte proposta de aplicação de Resultados:

20% para constituição de Reserva legal, no contravalor em kwanzas de 11.409 milhares de USD;

80% para Resultados transitados, no contravalor em kwanzas de 45.635 milhares de USD.

Luanda, 28 de Junho de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Álvaro de Oliveira Madalena Sobrinho – *Presidente*

Rui Manuel Fernandes Pires Guerra – *Vice-Presidente*

Ilídio Domingos das Matas Santos

José Octávio Serra Van-Dunem

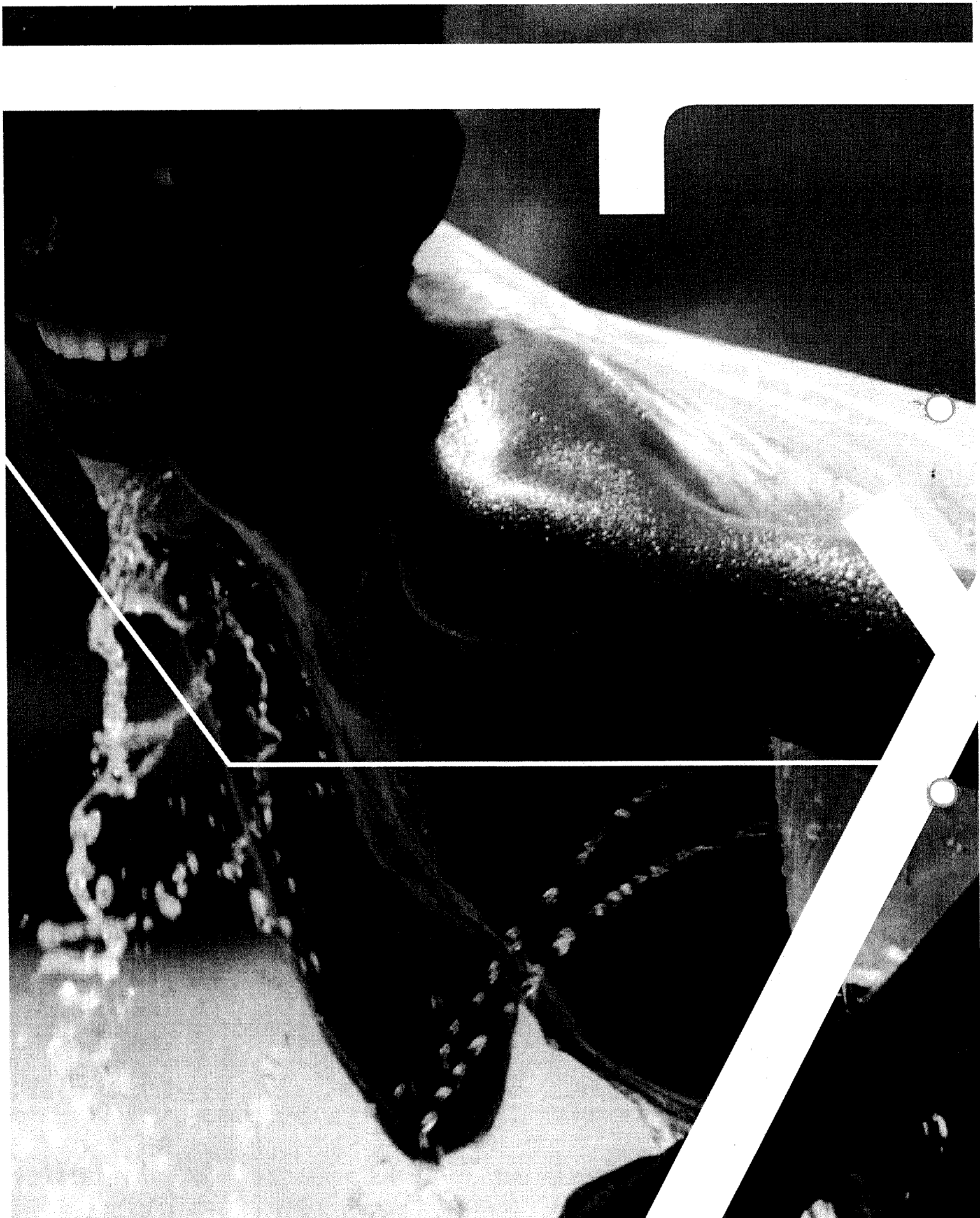
Zandre Eudénio de Campos Finda

Inocência Miguel

Francisco João da Silva

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

João Carlos Pereira Dias Batista





7
APROVA
ÇÃO DO
CONSELHO
DE ADMINIS
TRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e demais informações contidas neste relatório.

Dentro das boas práticas internacionais de Governo Corporativo, e tendo em conta as obrigações regulamentares do Accionista maioritário, o Conselho de Administração do BESA declara que não tem conhecimento de quaisquer aspectos que obstem a sua convicção que:

- O Banco e as suas subsidiárias dispõem de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os respectivos Activos sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

- As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, auditadas e preparadas em conformidade com o normativo em vigor em Angola para o efeito, dão uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, Passivo, Fundos próprios, Resultados e dos Fluxos de caixa do BESA em termos Individuais e consolidados.

- O Relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira do BESA em termos individual e consolidado no exercício de 2012 e 2011 e contem as necessárias descrições dos principais riscos e incertezas.

De salientar que os novos membros da Comissão Executiva eleitos em Assembleia Geral de accionistas a 6 de Novembro de 2012 apenas iniciaram funções

de gestão efectiva em 2013, data em que foram cumpridos todos os formalismos legais, não tendo, pois, participado na gestão efectiva do Banco no exercício de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Álvaro de Oliveira Madalena Sobrinho

Vice-Presidente

Rui Manuel Fernandes Pires Guerra

Vogais

Ilídio Domingos das Matas Santos

José Octávio Serra Van-Dunem

Zandre Eudénio de Campos Finda

Inocência Miguel

Francisco João da Silva

Pedro Filipe Pedrosa Pombo Cruchinho

João Carlos Pereira Dias Batista



DEMONS
TRACÇÕES
FINAN
CEIRAS
INDIV
DUAIS E
CONSO
LIDADAS



Balanco Patrimonial Individual e Consolidado à data de 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
	ACTIVO					
1.10	DISPONIBILIDADES	4 e 18	57.949.313	48.143.205	57.423.629	48.143.205
1.20	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ		137.287	2.861.006	137.287	2.861.006
1.20.10	Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	5	137.287	2.861.006	137.287	2.861.006
1.30	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		140.985.941	194.654.971	120.565.941	194.654.971
1.30.20	Disponíveis para Venda	6 e 11	140.985.941	194.654.971	120.565.941	194.654.971
1.50	CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	35.269	3.319	35.269	26.679
1.70	CRÉDITOS		645.646.397	478.904.345	645.646.397	478.904.345
1.70.10	Créditos	8	671.780.651	488.104.580	671.780.651	488.104.580
1.70.90	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8 e 18	-26.134.254	-9.200.235	-26.134.254	-9.200.235
1.80	OUTROS VALORES	9	9.233.898	4.651.760	9.275.463	4.621.830
1.80.80	BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	10 e 11	93.699.921	68.544.844	104.781.414	68.544.844
1.85	INVENTÁRIOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS		0	98.777	0	98.777
1.90	IMOBILIZAÇÕES		59.530.403	45.791.722	59.407.245	45.693.091
1.90.10	Imobilizações Financeiras	11	470.079	187.570	329.984	68.459
1.90.20	Imobilizações Corpóreas	13	56.924.167	43.624.084	56.934.145	43.634.296
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas	13	2.136.157	1.980.068	2.143.116	1.990.336
	TOTAL DO ACTIVO		1.007.218.429	843.653.949	997.272.645	843.548.748

	Extrapatrimoniais	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
9.10.10	Responsabilidades de Terceiros	22	100.845.438	73.108.053	100.845.438	73.108.053
9.10.20	Responsabilidades perante Terceiros	22	29.494.927	44.298.466	29.494.927	44.298.466
9.10.30	Títulos e Valores Mobiliários		0	0	0	0
9.10.50.10	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		0	0	0	0
9.10.50.20	SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO	22	123.373	921.880	123.373	921.880
9.10.60	Operações Cambiais		0	0	0	0

Valores em milhares de kwanzas

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
	PASSIVO					
2.10	DEPÓSITOS		349.112.439	276.102.252	338.737.735	275.917.575
2.10.10	Depósitos à Ordem	14	182.902.302	139.633.071	182.872.828	139.624.354
2.10.20	Depósitos a Prazo	14	165.873.133	136.053.769	155.527.903	135.877.809
2.10.80	Outros Depósitos	14	337.004	415.412	337.004	415.412
2.20	CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		547.907.312	467.536.399	547.907.312	467.536.399
2.20.10	Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	15	547.907.312	467.536.399	547.907.312	467.536.399
2.50	OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	1.783.568	55.445	1.783.568	55.445
2.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS		311	1.470	311	1.470
2.70	OUTRAS CAPTAÇÕES		30.893	81.705	30.893	81.705
2.70.10	Dívidas Subordinadas	16	30.893	81.705	30.893	81.705
2.75	ADIANTAMENTO DE CLIENTES		0	0	788.661	0
2.80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17 e 23	3.921.488	1.704.127	4.368.816	1.759.513
	Passivos por impostos correntes - Imposto industrial		2.472.111	1.379.672	2.528.241	1.408.114
	Outras obrigações		1.449.377	324.455	1.840.575	351.399
2.90	PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	4 e 18	433.135	190.564	383.304	190.564
3	INTERESSES MINORITÁRIOS	11	0	0	56.426	55.097
4+5	FUNDOS PRÓPRIOS		104.029.283	97.981.987	103.215.619	97.950.981
4.10	CAPITAL SOCIAL	19	14.564.797	14.564.797	14.564.797	14.564.797
4.20	RESERVA ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA CAPITAL SOCIAL	19	0	0	0	0
4.30	RESERVAS E FUNDOS	19	20.096.477	13.732.467	20.096.477	13.732.467
4.40	RESULTADOS POTENCIAIS	19	605.152	0	82.668	0
4.50	RESULTADOS TRANSITADOS		63.320.713	37.864.674	63.249.317	37.830.179
4.60	(-) DIVIDENDOS ANTECIPADOS		0	0	0	0
4.70	RESULTADO ALTERAÇÃO CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS		0	0	0	0
4.80	(-) ACCÇÕES OU QUOTAS PRÓPRIAS EM TESOURARIA		0	0	0	0
5	RESULTADO LIQUIDO		5.442.144	31.820.049	5.222.360	31.823.538
	TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS	20	1.007.218.429	843.653.949	997.272.645	843.548.748

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Demonstração de Resultados Individuais e Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de kwanzas

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
I	Margem Financeira (II+III)		17.334.165	42.463.355	17.611.744	42.480.747
II	Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+3+4)		75.521.097	89.150.617	75.521.097	89.150.617
1	5.10.10.10.20 Proveitos de Aplicações de Liquidez		102.395	14.780	102.395	14.780
2	5.10.10.10.30 Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		7.719.100	12.654.889	7.719.100	12.654.889
4	5.10.10.10.70 Proveitos de Créditos		67.699.602	76.480.948	67.699.602	76.480.948
III	(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6)		58.186.932	46.687.262	57.909.353	46.669.870
5	5.10.10.10.20.10 Custos de Depósitos		17.837.860	16.137.182	17.560.281	16.119.790
6	5.10.10.10.20.20 Custos de Captações para Liquidez		40.349.072	30.550.080	40.349.072	30.550.080
V	5.10.10.60 Resultados de Operações Cambiais		6.522.209	1.880.577	6.025.392	1.874.411
VI	5.10.10.80 Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		14.604.036	3.408.008	14.892.873	3.681.583
VII	5.10.10.90 (-) Provisões para Crédito Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	18	16.858.806	3.564.310	16.858.806	3.564.310
VIII	5.10.10.95 Resultados Planos Seguros, Capitalização e Saúde Complementar		0	-155.072	0	-155.072
IX	RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA					
XI	5.10.80 (+V+VI+VII+VIII)		21.601.604	44.032.558	21.671.203	44.317.359
	(-) Custos Administrativos e de Comercialização (10+11+12+13+16+18+19)		15.294.244	10.480.222	15.567.414	10.730.954
10	5.10.80.10.10 Pessoal		4.328.659	2.861.480	4.344.599	2.877.380
11	5.10.80.10.20 Fornecimentos de Terceiros		7.116.217	5.814.648	7.320.343	6.042.098
12	5.10.80.10.30 Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		9.395	164.302	42.164	164.302
13	5.10.80.10.40 Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		2.092.695	314.927	2.092.695	314.927
16	5.10.80.10.80 Outros Administrativos e de Comercialização		511.217	162.988	524.734	163.075
18	5.10.80.10.90 Depreciações e Amortizações	13	1.236.061	1.161.877	1.242.891	1.169.179
19	5.10.80.10.99 Recuperação de Custos		0	0	-12	-7
XII	5.10.80.80 (-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	18	191.652	190.502	191.652	190.502
XIII	5.10.80.90 (-) Resultado de Imobilizações Financeiras	11	145.870	0	117.033	0
XIV	5.10.80.99 (-) Outros Proveitos e Custos Operacionais		330.255	162.113	337.303	162.113
XV	OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (XI+XII+XIII+XIV)		15.962.021	10.832.837	16.213.402	11.083.569
XVII	RESULTADO OPERACIONAL (IX+XV)		5.639.583	33.199.721	5.457.801	33.233.790
XVIII	5.20 RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	0	454	0
XIX	RESULTADO ANTES IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS (XVII+XVIII)		5.639.583	33.199.721	5.458.255	33.233.790
XX	5.30 (-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE	23 e 17	197.439	1.379.672	253.569	1.408.114
XXI	RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO (XIX+XX)		5.442.144	31.820.049	5.204.686	31.825.676
XXII	5.80 (-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	11	0	0	17.674	-2.138
XIII	5.90 RESULTADO DO EXERCÍCIO (XXI+XXII)		5.442.144	31.820.049	5.222.360	31.823.538

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de kwanzas

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
I	Fluxo Caixa Margem Financeira (II+III)		-36.962.458	30.582.743	-36.767.941	30.602.398
II	Recebimentos Proveitos Instrum. Financeiros Activos (1+2+4)		20.030.776	74.866.417	20.030.776	74.866.417
1	6.10.10.10.10.20 Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		104.648	21.244	104.648	21.244
2	6.10.10.10.10.30 Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		-26.356.521	13.521.062	-26.356.521	13.521.062
4	6.10.10.10.10.70 Recebimentos de Proveitos de Créditos		46.282.649	61.324.111	46.282.649	61.324.111
III	(-) Pagamentos Custos Instrum. Financeiros Passivos (5+6+7)		-56.993.234	-44.283.674	-56.798.717	-44.264.019
5	6.10.10.10.20.10 Pagamentos de Custos de Depósitos		-17.946.557	-13.358.924	-17.752.040	-13.339.269
6	6.10.10.10.20.20 Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-39.046.677	-30.905.180	-39.046.677	-30.905.180
7	6.10.10.10.20.30 Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários		0	-19.570	0	-19.570
V	6.10.10.60 Fluxo Caixa Resultados de Operações Cambiais		6.522.209	1.880.577	6.025.392	1.874.412
VI	6.10.10.80 Fluxo Caixa Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		14.426.117	3.737.519	14.714.955	4.011.094
VII	6.10.10.95 Fluxo Caixa Resultados Planos Seguros, Capital e Saúde Complem.		0	-155.072	0	-155.072
VIII	FLUXO CAIXA OPERACIONAL INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII)		-16.014.132	36.045.767	-16.027.594	36.332.832
10	6.10.80.10 (-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-14.058.184	-9.318.345	-14.324.523	-9.561.776
12	6.10.80.50 Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		1.696.174	-155.871	1.719.533	-179.231
14	6.10.80.90 Recebimentos de Proveitos de imobilizações financeiras		-145.870	0	-117.033	0
15	6.10.80.99 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		-330.255	-162.113	-337.303	-162.113
X	RECEB. E PAGAM. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERAC. (10+12+14+15)		-12.838.135	-9.636.329	-13.059.326	-9.903.120
XI	FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+X)		-28.852.267	26.409.438	-29.086.920	26.429.712
16	6.20.10.20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		2.721.465	879.643	2.721.465	879.643
17	6.20.10.30 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		88.349.803	54.634.158	108.247.319	54.634.158
19	6.20.10.60 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais		-1.159	1.471	-1.159	1.471
20	6.20.10.70 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-162.183.905	-123.411.209	-162.183.905	-123.411.209
XII	FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (16+17+19+20)		-71.113.796	-67.895.937	-51.216.280	-67.895.937
XIII	6.20.80 FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		-25.056.299	-2.882.484	-36.137.793	-2.882.484
21	6.20.90.10 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		-14.974.741	-7.558.020	-14.957.045	-7.565.670
22	6.20.90.20 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		0	0	454	0
XIV	FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22)		-14.974.741	-7.558.020	-14.956.591	-7.565.670
XV	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)		-111.144.837	-78.336.441	-102.310.664	-78.344.091
24	6.30.20.10 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		73.118.883	6.949.893	63.011.919	7.100.309
25	6.30.20.20 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez		79.068.518	69.956.214	79.068.518	69.956.214
29	6.30.20.70 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		-50.811	-51.126	-50.812	-51.126
XVI	FLUXO CAIXA FINANC. INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (24+25+29)		152.136.590	76.854.981	142.029.625	77.005.397
XVII	6.30.30 FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS MINORITÁRIOS		0	0	19.003	0
XIX	6.30.80 FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES		-2.333.379	-726.559	-1.370.620	-889.600
XX	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XIX)		149.803.211	76.128.422	140.678.008	76.115.797
	SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	48.143.205	23.941.786	48.143.205	23.941.786
	SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	4	57.949.313	48.143.205	57.423.629	48.143.205
	VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)		9.806.108	24.201.419	9.280.424	24.201.419

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Demonstração da Mutação dos Fundos Próprios Individuais e Consolidados em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de kwanzas

<i>Individual</i>								
	C�digo CONTIF	Capital Social	Reservas	Reserva de Actualiza�o Monet�ria do Capital Social	Resultados Potenciais	Resultados de Reexpress�o	Resultados Transitados	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		14.564.797	7.634.711	0	0	0	43.962.430	66.161.938
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	31.820.049	31.820.049
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	6.097.756	0	0	0	-6.097.756	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	7.30.80	14.564.797	13.732.467	0	0	0	69.684.723	97.981.987
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	5.442.144	5.442.144
Efeitos de Ajustes ao Valor de mercado em Activos financeiros d�spon�veis para venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	0	605.152	0	0	605.152
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	6.364.010	0	0	0	-6.364.010	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.30.80	14.564.797	20.096.477	0	605.152	0	68.762.857	104.029.283

Valores em milhares de kwanzas

<i>Consolidado</i>								
	C�digo CONTIF	Capital Social	Reservas	Reserva de Actualiza�o Monet�ria do Capital Social	Resultados Potenciais	Resultados de Reexpress�o	Resultados Transitados	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		14.564.797	7.634.711	0	0	0	43.927.935	66.127.443
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	31.823.538	31.823.538
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	6.097.756	0	0	0	-6.097.756	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	7.30.80	14.564.797	13.732.467	0	0	0	69.653.717	97.950.981
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	5.222.360	5.222.360
Efeitos de Ajustes ao Valor de mercado em Activos financeiros d�spon�veis para venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	0	82.668	0	0	82.668
Constitui�es de Reservas e Fundos		0	6.364.010	0	0	0	-6.364.010	0
Outros	7.30.30	0	0	0	0	-40.390	0	-40.390
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.30.80	14.564.797	20.096.477	0	82.668	-40.390	68.512.067	103.215.619

Direc o de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administra o
Dr.  lvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Mapa do Movimento das Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas Individuais e Consolidados em 31 de Dezembro de 2012

Valores em milhares de kwanzas

Individual

Código CONTIF	Descritivo	31 de Dezembro de 2011					Alienações e Abates					31 de Dezembro de 2012		
		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Adições	Transferências	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas													
1.90.30.10	Software	1.949.557	-606.349	1.343.208	129.918	0	0	0	-191.851	0	2.079.475	-798.200	1.281.275	
1.90.30.40	Obras em Edifícios arrendados	986.772	-349.912	636.860	131.273	263.051	-113.412	107.120	-170.010	0	1.267.684	-412.802	854.882	
		2.936.329	-956.261	1.980.068	261.191	263.051	-113.412	107.120	-361.861	0	3.347.159	-1.211.002	2.136.157	
1.90.20	Imobilizações Corpóreas													
1.90.20.10	Imóveis	5.371.397	-372.955	4.998.442	384.065	607.549	-91.409	2.491	-155.392	1.125	6.271.602	-524.731	5.746.871	
1.90.20.20	Equipamento	3.650.975	-2.003.134	1.647.841	1.296.884	4.779	-567.371	529.345	-718.808	-4.776	4.385.267	-2.197.373	2.187.894	
1.90.20.30	Imobilizações em curso	36.977.801	0	36.977.801	12.994.446	-875.379	-107.466	0	0	0	48.989.402	0	48.989.402	
		46.000.173	-2.376.089	43.624.084	14.675.395	-263.051	-766.246	531.836	-874.200	-3.651	59.646.271	-2.722.104	56.924.167	
Total		48.936.502	-3.332.350	45.604.152	14.936.586	0	-879.658	638.956	-1.236.061	-3.651	62.993.430	-3.933.106	59.060.324	

Valores em milhares de kwanzas

Consolidado

Código CONTIF	Descritivo	31 de Dezembro de 2011					Alienações e Abates					31 de Dezembro de 2012		
		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Adições	Transferências	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Amortizações do exercício	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas													
1.90.30.10	Software	1.975.971	-622.495	1.353.476	129.918	0	0	0	-194.958	-203	2.105.889	-817.656	1.288.233	
1.90.30.40	Obras em Edifícios arrendados	986.772	-349.912	636.860	131.273	263.051	-113.412	107.120	-170.009	0	1.267.684	-412.801	854.883	
		2.962.743	-972.407	1.990.336	261.191	263.051	-113.412	107.120	-364.967	-203	3.373.573	-1.230.457	2.143.116	
1.90.20	Imobilizações Corpóreas													
1.90.20.10	Imóveis	5.371.398	-372.954	4.998.444	384.065	607.549	-91.410	2.491	-155.392	1.124	6.271.602	-524.731	5.746.871	
1.90.20.20	Equipamento	3.668.933	-2.010.882	1.658.051	1.300.377	4.779	-567.371	529.345	-722.532	-4.777	4.406.718	-2.208.846	2.197.872	
1.90.20.30	Imobilizações em curso	36.977.801	0	36.977.801	12.994.446	-875.379	-107.466	0	0	0	48.989.402	0	48.989.402	
		46.018.132	-2.383.836	43.634.296	14.678.888	-263.051	-766.247	531.836	-877.924	-3.653	59.667.722	-2.733.577	56.934.145	
Total		48.980.875	-3.356.243	45.624.632	14.940.079	0	-879.659	638.956	-1.242.891	-3.856	63.041.295	-3.964.034	59.077.261	

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Inventário de Títulos e Participações Individual em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de kwanzas

Individual

Código CONTIF	Natureza e Espécie de Títulos	Moeda do Título	Taxa de Juro Média	Valor do Título	Proveitos a Receber	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.30.20	Obrigações de Tesouro						
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	4,0%	47.828	244	48.072	379.665
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	10,6%	36.184.202	219.138	36.403.340	36.297.526
	OT's - em USD	USD	4,1%	77.300.686	1.175.177	78.475.862	152.421.782
	UP's - Fundo BESA Património	AOA	-	5.638.665	0	5.638.665	5.555.998
	UP's - Fundo BESA Valorização	AOA	-	20.420.002	0	20.420.002	0
	TOTAL			139.591.383	1.394.559	140.985.941	194.654.971

Código CONTIF	Participações	Moeda da Participação	Nº de Accções Detidas	% Participação	Valor Aquisição	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.90.10	Participações Financeiras						
1.90.10	EMIS - CAPITAL	USD	20.839	2,3%	24.509	24.509	16.960
	EMIS - PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	USD	0	-	41.576	41.576	34.540
	BVDA	USD	1.419	1,1%	15.257	15.257	15.170
	BESAACTIVEF - SGF Imobiliários, SA	AOA	620	62,0%	55.800	55.800	55.800
	BESAACTIVEF - SGF Pensões, SA	AOA	620	62,0%	65.100	65.100	65.100
	Tranquilidade Angola, SA	AOA	1.050	21,0%	363.875	363.875	0
	TOTAL				566.117	566.117	187.570

Inventário de Títulos e Participações Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de kwanzas

Consolidado

Código CONTIF	Natureza e Espécie de Títulos	Moeda do Título	Taxa de Juro Média	Valor do Título	Proveitos a Receber	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.30.20	Obrigações de Tesouro						
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	4,0%	47.827	244	48.072	379.665
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	10,6%	36.184.202	219.138	36.403.340	36.297.526
	OT's - em USD	USD	4,1%	77.300.686	1.175.177	78.475.863	152.421.782
	UP's - Fundo BESA Património	AOA	-	5.638.666	0	5.638.666	5.555.998
	TOTAL			119.171.382	1.394.559	120.565.941	194.654.971

Código CONTIF	Participações	Moeda da Participação	Nº de Acções Detidas	% Participação	Valor Aquisição	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.90.10	Participações Financeiras						
1.90.10	EMIS - CAPITAL	USD	20.839	2,3%	24.509	24.509	16.960
	EMIS - PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	USD	0	-	41.576	41.576	34.540
	BVDA - CAPITAL (através do BESA)	USD	1.419	1,1%	15.257	15.257	15.170
	BVDA - CAPITAL (através da BESA CTIF FI)	USD	144	0,1%	1.800	1.800	1.789
	Tranquilidade Angola, SA	AOA	1.050	21,0%	363.875	246.843	0
	TOTAL				447.017	329.984	68.459

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Balanço Patrimonial Individual e Consolidado à data de 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
	ACTIVO					
1.10	DISPONIBILIDADES	4 e 18	604.735	505.271	599.249	505.271
1.20	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ		1.433	30.027	1.433	30.027
1.20.10	Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	5	1.433	30.027	1.433	30.027
1.30	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		1.471.270	2.042.935	1.258.176	2.042.935
1.30.20	Disponíveis para Venda	6 e 11	1.471.270	2.042.935	1.258.176	2.042.935
1.50	CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	368	34	368	280
1.70	CRÉDITOS		6.737.695	5.026.179	6.737.695	5.026.179
1.70.10	Créditos	8	7.010.421	5.122.737	7.010.421	5.122.737
1.70.90	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8 e 18	-272.726	-96.558	-272.726	-96.558
1.80	OUTROS VALORES	9	96.361	48.822	96.794	48.506
1.80.80	BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	10 e 11	977.813	719.389	1.093.455	719.389
1.85	INVENTÁRIOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS		0	1.037	0	1.037
1.90	IMOBILIZAÇÕES		621.235	480.592	619.950	479.557
1.90.10	Imobilizações Financeiras	11	4.906	1.969	3.444	718
1.90.20	Imobilizações Corpóreas	13	594.037	457.842	594.141	457.949
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas	13	22.292	20.781	22.365	20.890
	TOTAL DO ACTIVO		10.510.910	8.854.286	10.407.120	8.853.181

	Extrapatrimoniais	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
9.10.10	Responsabilidades de Terceiros	22	1.052.381	767.281	1.052.381	767.281
9.10.20	Responsabilidades perante Terceiros	22	307.797	464.920	307.797	464.920
9.10.30	Títulos e Valores Mobiliários		0	0	0	0
9.10.50.10	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		0	0	0	0
9.10.50.20	SERVIÇOS PRESTADOS PELA INSTITUIÇÃO	22	1.287	9.675	1.287	9.675
9.10.60	Operações Cambiais		0	0	0	0

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
	PASSIVO					
2.10	DEPÓSITOS		3.643.192	2.897.738	3.534.925	2.895.800
2.10.10	Depósitos à Ordem	14	1.908.692	1.465.472	1.908.384	1.465.380
2.10.20	Depósitos a Prazo	14	1.730.983	1.427.906	1.623.024	1.426.060
2.10.80	Outros Depósitos	14	3.517	4.360	3.517	4.360
2.20	CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ		5.717.731	4.906.870	5.717.731	4.906.870
2.20.10	Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	15	5.717.731	4.906.870	5.717.731	4.906.870
2.50	OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	7	18.613	582	18.613	582
2.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS		3	16	3	15
2.70	OUTRAS CAPTAÇÕES		322	858	322	858
2.70.10	Dívidas Subordinadas	16	322	858	322	858
2.75	ADIANTAMENTO DE CLIENTES		0	0	8.230	0
2.80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17 e 23	40.923	17.886	45.591	18.466
	Passivos por impostos correntes - Imposto industrial		28.808	14.707	26.396	15.010
	Outras obrigações		15.115	3.179	19.195	3.456
2.90	PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	4 e 18	4.520	2.000	4.000	2.000
3	INTERESSES MINORITÁRIOS	11	0	0	589	578
4+5	FUNDOS PRÓPRIOS		1.085.606	1.028.336	1.077.116	1.028.012
4.10	CAPITAL SOCIAL	19	170.530	170.530	170.530	170.530
4.20	RESERVA ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA CAPITAL SOCIAL	19	0	0	0	0
4.30	RESERVAS E FUNDOS	19	209.719	144.124	209.719	144.124
4.40	RESULTADOS POTENCIAIS	19	6.315	0	863	0
4.50	RESULTADOS TRANSITADOS		641.998	374.493	641.264	374.132
4.60	(-) DIVIDENDOS ANTECIPADOS		0	0	0	0
4.70	RESULTADO ALTERAÇÃO CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS		0	0	0	0
4.80	(-) ACÇÕES OU QUOTAS PRÓPRIAS EM TESOURARIA		0	0	0	0
5	RESULTADO LIQUIDO	20	57.044	339.189	54.740	339.226
	TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		10.510.910	8.854.286	10.407.120	8.853.181

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Demonstração de Resultados Individuais e Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Cód. CONTIF	Descritivo	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
I	Margem Financeira (II+III)		181.694	452.643	184.603	452.828
II	Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos (1+2+4)		791.602	950.311	791.602	950.311
1	5.10.10.10.10.20 Proveitos de Aplicações de Liquidez		1.073	158	1.073	158
2	5.10.10.10.10.30 Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		80.911	134.896	80.911	134.896
4	5.10.10.10.10.70 Proveitos de Créditos		709.618	815.257	709.618	815.257
III	(-) Custos de Instrumentos Financeiros Passivos (5+6)		609.908	497.668	606.999	497.483
5	5.10.10.10.20.10 Custos de Depósitos		186.974	172.016	184.065	171.831
6	5.10.10.10.20.20 Custos de Captações para Liquidez		422.934	325.652	422.934	325.652
V	5.10.10.60 Resultados de Operações Cambiais		68.365	20.046	63.157	19.980
VI	5.10.10.80 Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		153.078	36.328	156.105	39.244
VII	5.10.10.90 (-) Provisões para Crédito Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	18	176.712	37.994	176.712	37.994
VIII	5.10.10.95 Resultados Planos Seguros, Capitalização e Saúde Complementar		0	-1.653	0	-1.653
IX	RESULTADO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII+VIII)		226.425	469.370	227.153	472.405
XI	5.10.80 (-) Custos Administrativos e de Comercialização (10+11+12+13+16+18)		160.311	111.715	163.173	114.387
10	5.10.80.10.10 Pessoal		45.372	30.503	45.539	30.672
11	5.10.80.10.20 Fornecimentos de Terceiros		74.591	61.982	76.729	64.406
12	5.10.80.10.30 Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado		98	1.751	442	1.751
13	5.10.80.10.40 Penalidades Aplicadas por Autoridades Reguladoras		21.935	3.357	21.935	3.357
16	5.10.80.10.80 Outros Administrativos e de Comercialização		5.359	1.737	5.500	1.738
18	5.10.80.10.90 Depreciações e Amortizações	13	12.956	12.385	13.028	12.463
XII	5.10.80.80 (-) Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	18	2.009	2.031	2.009	2.031
XIII	5.10.80.90 (-) Resultado de Imobilizações Financeiras	11	1.529	0	1.227	0
XIV	5.10.80.99 (-) Outros Proveitos e Custos Operacionais		3.462	1.728	3.536	1.728
XV	OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS (XI+XII+XIII+XIV)		167.311	115.474	169.945	118.146
XVII	RESULTADO OPERACIONAL (IX+X+XV)		59.114	353.896	57.208	354.259
XVIII	5.20 RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	0	5	0
XIX	RESULTADO ANTES IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS (XVII+XVIII)		59.114	353.896	57.213	354.259
XX	5.30 (-) ENCARGOS SOBRE O RESULTADO CORRENTE		2.070	14.707	2.658	15.010
XXI	RESULTADO CORRENTE LÍQUIDO (XIX+XX)	23 e 17	57.044	339.189	54.555	339.249
XXII	5.80 (-) PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	11	0	0	185	-23
XIII	5.90 RESULTADO DO EXERCÍCIO (XXI+XXII)		57.044	339.189	54.740	339.226

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Demonstração de Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Cód. CONTIF	Descrição	Notas	Individual		Consolidado	
			2012	2011	2012	2011
I	Fluxo Caixa Margem Financeira (II+III)		-385.725	320.971	-383.695	321.177
II	Recebimentos Proveitos Instrum. Financeiros Activos (1+2+4)		209.033	785.735	209.033	785.735
1	6.10.10.10.20 Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez		1.093	223	1.093	223
2	6.10.10.10.30 Recebimentos de Proveitos de Títulos e Valores Mobiliários		-275.046	141.906	-275.046	141.906
4	6.10.10.10.70 Recebimentos de Proveitos de Créditos		482.986	643.606	482.986	643.606
III	(-) Pagamentos Custos Instrum. Financeiros Passivos (5+6+7)		-594.758	-464.764	-592.728	-464.558
5	6.10.10.10.20.10 Pagamentos de Custos de Depósitos		-187.283	-140.204	-185.253	-139.998
6	6.10.10.10.20.20 Pagamentos de Custos de Captações para Liquidez		-407.475	-324.355	-407.475	-324.355
7	6.10.10.10.20.30 Pagamentos de Custos de Captações com Títulos e Valores Mobiliários		0	-205	0	-205
V	6.10.10.60 Fluxo Caixa Resultados de Operações Cambiais		68.063	19.737	62.878	19.672
VI	6.10.10.80 Fluxo Caixa Resultados de Prestação de Serviços Financeiros		150.545	39.226	153.559	42.097
VII	6.10.10.95 Fluxo Caixa Resultados Planos Seguros, Capital e Saúde Complem.		0	-1.628	0	-1.628
VIII	FLUXO CAIXA OPERACIONAL INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (I+V+VI+VII)		-167.117	378.306	-167.258	381.319
10	6.10.80.10 (-) Pagamentos de Custos Administrativos e de Comercialização		-146.706	-97.798	-149.485	-100.352
12	6.10.80.50 Fluxo de Caixa da Liquidação de Operações no Sistema de Pagamentos		17.701	-1.636	17.944	1.881
14	6.10.80.90 Recebimentos de Proveitos de imobilizações financeiras		-1.522	0	-1.221	0
15	6.10.80.99 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais		-3.446	-1.701	-3.520	-1.701
X	RECEB. E PAGAM. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERAC. (10+12+14+15)		-133.973	-101.135	-136.282	-100.173
XI	FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES (VIII+X)		-301.090	277.171	-303.540	281.146
16	6.20.10.20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez		28.400	9.232	28.400	9.232
17	6.20.10.30 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários Activos		921.982	573.394	1.129.624	573.394
19	6.20.10.60 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Operações Cambiais		-12	16	-12	16
20	6.20.10.70 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos		-1.692.484	-1.295.221	-1.692.484	-1.295.221
XII	FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (16+17+19+20)		-742.114	-712.579	-534.472	-712.579
XIII	6.20.80 FLUXO CAIXA INVESTIMENTOS EM OUTROS VALORES		-261.477	-30.252	-377.119	-30.252
21	6.20.90.10 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações		-156.270	-79.323	-156.085	-79.403
22	6.20.90.20 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações		0	0	4	0
XIV	FLUXO DE CAIXA DAS IMOBILIZAÇÕES (21+22)		-156.270	-79.323	-156.081	-79.403
XV	FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS (XII+XIII+XIV)		-1.159.861	-822.154	-1.067.672	-822.234
24	6.30.20.10 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos		763.038	72.940	657.566	74.519
25	6.30.20.20 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Captações para Liquidez		825.126	734.202	825.126	734.202
29	6.30.20.70 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Captações		-530	-537	-530	-537
XVI	FLUXO CAIXA FINANC. INTERMEDIACÃO FINANCEIRA (24+25+29)		1.587.634	806.605	1.482.162	808.184
XVII	6.30.30 FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS MINORITÁRIOS		0	0	198	0
XIX	6.30.80 FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS COM OUTRAS OBRIGAÇÕES		-24.350	-7.625	-14.301	-13.099
XX	FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS (XVI+XVII+XIX)		1.563.284	798.980	1.468.059	795.085
	SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	505.271	258.431	505.271	258.431
	Diferenças cambiais		-2.869	-7.157	-2.869	-7.157
			502.402	251.274	502.402	251.274
	SALDO EM DISPONIBILIDADES AO FINAL DO PERÍODO	4	604.735	505.271	599.249	505.271
	VARIAÇÕES EM DISPONIBILIDADES (XI+XV+XX)		102.333	253.997	96.847	253.997

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Demonstração da Mutação dos Fundos Próprios Individuais e Consolidados em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de dólares norte-americanos

<i>Individual</i>								
	C�digo CONTIF	Capital Social	Reservas	Reserva de Actualiza�o Monet�ria do Capital Social	Resultados Potenciais	Resultados de Reexpress�o	Resultados Transitados	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		170.530	82.410	0	0	-13.316	474.535	714.159
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	339.189	339.189
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	66.278	0	0	0	-66.278	0
Efeito	7.40.10.60.10							
de Reservas	+7.40.30.60.10							
de reavalia�o pr�prias	+7.4070.60.10	0	-4.564	0	0	-4.354	-16.095	-25.013
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	7.30.80	170.530	144.124	0	0	-17.670	731.352	1.028.336
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	57.044	57.044
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	67.838	0	0	0	-67.838	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de mercado em Activos financeiros d�sponiveis para venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	0	6.315	0	0	6.315
Efeito	7.40.10.60.10							
de Reservas	+7.40.30.60.10							
de reavalia�o pr�prias	+7.40.70.60.10	0	-2.243	0	0	-868	-2.978	-6.089
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.30.80	170.530	209.719	0	6.315	-18.538	717.580	1.085.606

Valores em milhares de dólares norte-americanos

<i>Consolidado</i>								
	C�digo CONTIF	Capital Social	Reservas	Reserva de Actualiza�o Monet�ria do Capital Social	Resultados Potenciais	Resultados de Reexpress�o	Resultados Transitados	TOTAIS
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		170.530	82.410	0	0	-13.316	474.535	713.789
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	339.226	339.226
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	66.278	0	0	0	-66.278	0
Efeito	7.40.10.60.10							
de Reservas	+7.40.30.60.10							
de reavalia�o pr�prias	+7.4070.60.10	0	-4.564	0	0	-4.354	-16.095	-25.003
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	7.30.80	170.530	144.124	0	0	-17.670	731.028	1.028.012
Apropria�o do Resultado do Exerc�cio	7.50.10	0	0	0	0	0	54.740	54.740
Constitui�es de Reservas e Fundos	7.30.30	0	67.838	0	0	0	-67.838	0
Efeitos de Ajustes ao Valor de mercado em Activos financeiros d�sponiveis para venda	7.40.10.10 + 7.40.20.10 + 7.40.30.10	0	0	0	863	0	0	6.863
Efeito	7.40.10.60.10							
de Reservas	+7.40.30.60.10							
de reavalia�o pr�prias	+7.40.70.60.10	0	-2.243	0	0	-868	-3.388	-6.499
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	7.30.80	170.530	209.719	0	863	-18.538	714.542	1.077.116

Direc o de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administra o
Dr.  lvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Mapa do Movimento das Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas Individuais e Consolidados em 31 de Dezembro de 2012

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Individual

Código CONTIF	Descritivo	31 de Dezembro de 2011					Transferências	Alienações e Abates		Amortizações do exercício	Diferenças Cambiais e Outras regularizações		31 de Dezembro de 2012		
		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Adições	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas														
1.90.30.10	Software	20.461	-6.364	14.097	1.362	0	0	0	-2.011	-122	45	21.701	-8.330	13.371	
1.90.30.40	Obras em Edifícios arrendados	10.357	-3.673	6.684	1.376	2.758	-1.189	1.123	-1.782	-73	24	13.229	-4.308	8.921	
		30.818	-10.037	20.781	2.738	2.758	-1.189	1.123	-3.793	-195	69	34.930	-12.638	22.292	
1.90.20	Imobilizações Corpóreas														
1.90.20.10	Imóveis														
1.90.20.20	Equipamento	56.374	-3.914	52.460	4.026	6.368	-958	26	-1.629	-362	41	65.448	-5.476	59.972	
1.90.20.30	Imobilizações em curso	38.318	-21.024	17.294	13.594	50	-5.947	5.549	-7.534	-252	78	45.763	-22.931	22.832	
		388.088	0	388.088	136.206	-9.176	-1.126	0	0	-2.759	0	511.233	0	511.233	
		482.780	-24.938	457.842	153.826	-2.758	-8.031	5.575	-9.163	-3.373	119	622.444	-28.407	594.037	
Total		513.598	-34.975	478.623	156.564	0	-9.220	6.698	-12.956	-3.568	188	657.374	-41.045	616.329	

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Consolidado

Código CONTIF	Descritivo	31 de Dezembro de 2011					Transferências	Alienações e Abates		Amortizações do exercício	Diferenças Cambiais e Outras regularizações		31 de Dezembro de 2012		
		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Adições	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Valor Bruto		Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas														
1.90.30.10	Software	20.739	-6.533	14.206	1.362	0	0	0	-2.044	-124	44	21.977	-8.533	13.444	
1.90.30.40	Obras em Edifícios arrendados	10.357	-3.673	6.684	1.376	2.758	-1.189	1.123	-1.782	-73	24	13.229	-4.308	8.921	
		31.096	-10.206	20.890	2.738	2.758	-1.189	1.123	-3.826	-197	68	35.206	-12.841	22.292	
1.90.20	Imobilizações Corpóreas														
1.90.20.10	Imóveis														
1.90.20.20	Equipamento	56.374	-3.914	52.460	4.026	6.368	-958	26	-1.629	-362	41	65.448	-5.476	59.972	
1.90.20.30	Imobilizações em curso	38.505	-21.104	17.401	13.630	50	-5.947	5.549	-7.573	-277	103	45.961	-23.025	22.936	
		388.088	0	388.088	136.206	-9.176	-1.126	0	0	-2.759	0	511.233	0	511.233	
		482.967	-25.018	457.949	153.862	-2.758	-8.031	5.575	-9.202	-3.398	144	622.642	-28.501	594.141	
Total		514.063	-35.224	478.839	156.600	0	-9.220	6.698	-13.028	-3.59	213	657.848	-41.342	616.506	

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho

Inventário de Títulos e Participações Individual em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Individual

Código CONTIF	Natureza e Espécie de Títulos	Moeda do Título	Taxa de Juro Média	Valor do Título	Proveitos a Receber	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.30.20	Obrigações de Tesouro						
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	4,0%	499	3	502	3.985
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	10,6%	377.603	2.287	379.890	380.949
	OT's - em USD	USD	4,1%	806.678	12.263	818.941	1.599.690
	UP's - Fundo BESA Património	AOA	-	58.842	0	58.842	58.311
	UP's - Fundo BESA Valorização	AOA	-	213.095	0	213.095	0
	TOTAL			1.456.747	14.553	1.471.270	2.042.935

Código CONTIF	Participações	Moeda da Participação	Nº de Acções Detidas	% Participação	Valor Aquisição	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.90.10	Participações Financeiras						
1.90.10	EMIS - CAPITAL	USD	20.839	2,3%	256	256	178
	EMIS - PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	USD	0	-	434	434	363
	BVDA	USD	1.419	1,1%	159	159	159
	BESAACTIVEF - SGF Imobiliários, SA	AOA	620	62,0%	582	1.481	586
	BESAACTIVEF - SGF Pensões, SA	AOA	620	62,0%	434	0	683
	Tranquilidade Angola, SA	AOA	1.050	21,0%	3.797	2.576	0
	TOTAL				5.662	4.906	1.969

Inventário de Títulos e Participações Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Consolidado

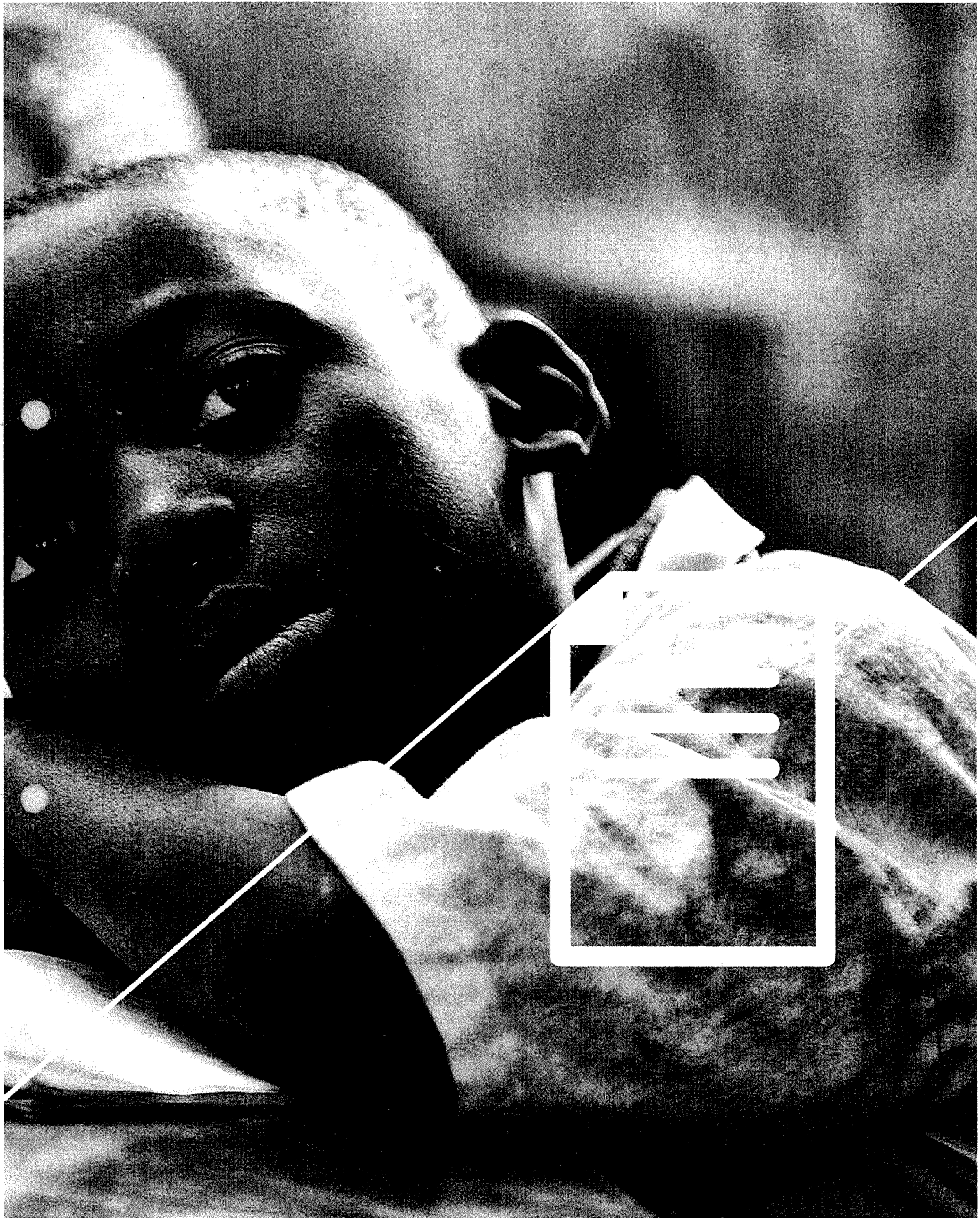
Código CONTIF	Natureza e Espécie de Títulos	Moeda do Título	Taxa de Juro Média	Valor do Título	Proveitos a Receber	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.30.20	Obrigações de Tesouro						
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	4,0%	499	3	502	3.985
	OT's - Indexadas ao USD	AOA	10,6%	377.603	2.287	379.890	380.949
	OT's - em USD	USD	4,1%	806.678	12.263	818.941	1.599.690
	UP's - Fundo BESA Património	AOA	-	58.843	0	58.843	58.311
	TOTAL			1.243.652	14.553	1.258.176	2.042.935

Código CONTIF	Participações	Moeda da Participação	Nº de Accões Detidas	% Participação	Valor Aquisição	Valor Balanço 2012	Valor Balanço 2011
1.90.10	Participações Financeiras						
1.90.10	EMIS - CAPITAL	USD	20.839	2,3%	256	256	178
	EMIS - PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	USD	0	-	434	434	362
	BVDA - CAPITAL (através do BESA)	USD	1.419	1,1%	159	159	159
	BVDA - CAPITAL (através da BESAACTIF FI)	USD	144	0,1%	19	19	19
	Tranquilidade Angola, SA	AOA	1.050	21,0%	3.797	2.576	0
	TOTAL				4.665	3.444	1.969

Direcção de Contabilidade
Dr. Luís Miguel Alves Silva

Administração
Dr. Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho





ANEXO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As normas a aplicar na preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e informação mínima relativamente aos elementos para publicação oficial, nomeadamente o disposto no parágrafo 12º da Secção 20ª do Capítulo 10º do Título 2 do CONTIF, impõem a explicitação de algumas informações e indicações acerca das contas anuais mencionadas no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações de Resultados, da Mutações dos Fundos Próprios e de Fluxos de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em milhares de kwanzas (AOA) e milhares de dólares norte-americanos (USD))

NOTA 1 – INTRODUÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Espírito Santo Angola, SA (“Banco” ou “BESA”) é um banco comercial universal que opera e tem sede social em Angola, na Rua do 1º Congresso, Nº 27, Ingombota, Luanda. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das entidades Angolanas competentes, nomeadamente a concedida pelo Banco Nacional de Angola (BNA ou Banco Central).

O BESA foi formalmente constituído em Agosto de 2001, tendo iniciado a sua actividade operacional em 24 de Janeiro de 2002 e desde então assume-se como uma instituição bancária de capitais privados de direito angolano e o seu objecto social é a actividade bancária universal nos termos e na amplitude permitida por lei.

O BESA faz parte do Grupo Banco Espírito Santo (“Grupo BES” ou “BES”), pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pelo BES, com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, Nº 195, em Lisboa.

O BES é uma Sociedade anónima cotada na NYSE Euronext Lisbon.

O Grupo BES detém a maioria do capital do BESA (51,94%), encontrando-se o remanescente repartido por duas empresas angolanas (42,99%) e por três accionistas individuais (5,07%) (ver nota explicativa 19 às Demonstrações financeiras).

O Capital do BESA encontra-se totalmente subscrito

e realizado e corresponde ao contravalor em AOA, à data de realização, de USD 170.530.000, sendo representado por 17.053.000 acções, nominativas, com o valor nominal unitário, à data de realização, do contravalor em AOA de USD 10.

Desde a sua constituição, o Banco tem vindo a desenvolver um leque atractivo de produtos e serviços, tendo-se diferenciado da concorrência desde o início da sua actividade pelas suas acções inovadoras e pelo seu posicionamento no mercado angolano que transmite aos seus clientes alvo uma imagem de qualidade, confiança e segurança, sem perder de vista a definição da sua Missão. Como resultado da crescente maturidade do mercado, das previsões macroeconómicas e de outros factores exógenos, o ano de 2012 foi marcado pela preparação da alteração do posicionamento estratégico do BESA no mercado angolano, cujo “driver” principal será a mudança para um modelo de negócio de banca aspiracional, assente (i) num reforço significativo em termos quantitativos e geográficos dos canais tradicionais e na expressiva aposta no desenvolvimento de canais directos remotos, desenvolvendo de forma robusta as funcionalidades dos que já dispõe e introduzindo outros, actualmente já existentes no mercado angolano de uma forma incipiente, (ii) no aumento significativo dos clientes alvo, a nível dos particulares como das empresas, e (iii) numa forte aposta acções concertadas de marketing e comunicação. A actividade do BESA em 2012 foi condicionada pelo desenvolvimento e início de implementação destas alterações estratégicas, sem descurar os pilares fundamentais de aposta na solidez, confiança e excelência no serviço prestado ao cliente.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF que é o referencial contabilístico em vigor desde 1 de Janeiro de 2010 para as Instituições Financeiras do sector bancário Angolano, e outras disposições emitidas pelo BNA. O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*). Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As Demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foram

aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de Junho de 2013.

O Banco aplica desde o início da sua actividade os princípios contabilísticos, de apresentação de contas e legais, em vigor em Angola os quais exigem a preparação das contas na moeda nacional (AOA), no âmbito do sistema multi-moeda. Não obstante o AOA ser a moeda funcional do Banco, o Conselho de Administração assume o USD para efeitos comparativos de relato financeiro, seguindo a prática do sector bancário Angolano.

Assim, as Demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de AOA e USD, arredondados, por excesso ou por defeito, para a unidade de milhar mais próxima. No processo de transposição para USD das Demonstrações financeiras e dos mapas apresentados foram utilizadas as seguintes taxas:

- Rubricas de Balanço:
 - Capital social: o Capital social está apresentado ao câmbio histórico;
 - Outras rubricas: foram utilizadas as taxas oficiais de referência do BNA de 31 de Dezembro de 2012, 1 USD = 95,826 AOA (31 de Dezembro de 2011, 1 USD = 95,282 AOA); e
- Rubricas da Demonstração de resultados: foram utilizadas as taxas médias mensais apuradas pelas médias das taxas oficiais de referência do BNA de 1USD = 95,403 AOA para 2012 e 1USD = 93,812 AOA para 2011.

As diferenças de câmbio originadas na transposição das contas para USD foram incluídas nas rubricas de Reservas e Resultados transitados (Reserva de reexpressão – ver Demonstração da Mutação dos Fundos próprios em milhares de USD para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011).

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico. Na preparação das Demonstrações financeiras o Banco efectuou julgamentos e estimativas e utilizou pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações a tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das Demonstrações financeiras estão analisados nas notas explicativas 2.3, 3 b), 6, 8, 10, 11, 13, 17, 18, e 23.

2.2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas que se seguem são aplicáveis às Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

a) Demonstrações financeiras consolidadas

A secção 20, do capítulo 10 do título 2 do CONTIF estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Demonstrações financeiras consolidadas as quais devem ser publicadas.

Devido à imaterialidade das diferenças entre as Demonstrações financeiras individuais do BESA e as respectivas Demonstrações consolidadas, o Conselho de Administração optou por efectuar Demonstrações financeiras conjuntas (individuais e consolidadas), sendo as presentes notas explicativas às Demonstrações financeiras aplicáveis a ambas, sempre e desde que aplicável, incluído a divulgações dos elementos patrimoniais das participadas sujeitas a consolidação bem como a contribuição de cada uma das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação para os principais indicadores das Demonstrações financeiras.

As Demonstrações financeiras consolidadas do BESA reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco e das suas subsidiárias (Grupo BESA) e os resultados atribuíveis ao Grupo BESA referentes às participações em empresas associadas.

Subsidiárias

Subsidiárias são as entidades sobre as quais o Grupo BESA exerce controlo, ou seja onde se presume que tenha o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa

ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada entidade de forma a obter benefícios da sua actividade, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus Capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo BESA assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o mesmo cessa.

Associadas

São as entidades em que o Grupo BESA detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é considerado que se pode exercer influência significativa sobre uma entidade em que detenha mais que 20% dos respectivos direitos de voto. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo BESA exercer influência significativa através participação na gestão da entidade ou na composição dos seus Órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas Demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo BESA adquire a influência significativa até que a mesma termine.

Adicionalmente, e em cumprimento do disposto no Aviso 15/07 de 28 de Setembro do BNA, o BESA publica trimestralmente no seu sítio da Internet www.besa.ao o balancete consolidado trimestral.

b) Especialização dos Exercícios

O Banco e as suas empresas Subsidiária e Associadas ("Grupo BESA") seguem o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à grande generalidade das rubricas das Demonstrações financeiras.

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- a) nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- b) na extinção, parcial ou total, de um activo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior;
- c) na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- a) deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- c) pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

c) Operações em Moeda Estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-moeda, sendo cada operação registada em função exclusiva das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para AOA à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos

a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para AOA à taxa indicativa publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa média de referência do BNA, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os contravalores em AOA às taxas

contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas nas rubricas de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

d) Operações de Títulos e valores mobiliários de Rendimento Fixo

Classificação

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. Atendendo às características dos títulos e à intenção do Conselho de Administração aquando da sua aquisição, a carteira de títulos do BESA é classificada como segue:

Títulos para Negociação

São considerados títulos de negociação, aqueles adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não pode exceder os seis meses. Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo.

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o Banco não deteve títulos classificados nesta categoria.

Títulos disponíveis para venda

Os títulos considerados disponíveis para venda são todos os adquiridos com o objectivo de venda, mas cuja retenção, em regra, ultrapassa os seis meses, ou que, apesar de ser intenção da Conselho de Administração do Banco mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos mantidos até ao vencimento. São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição.

Títulos mantidos até ao vencimento

Na categoria títulos mantidos até ao vencimento são registados os títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem intenção e a capacidade de os manter em carteira até ao vencimento. As acções não resgatáveis não podem ser classificadas na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo mensuralização do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

O Banco não tem, nem nunca teve desde a data do início da sua actividade, qualquer título classificado nesta categoria.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o

prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

Mensuração e desreconhecimento

Após o seu reconhecimento inicial, os títulos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Os títulos disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial são valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

Os Títulos do Banco Central, os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro, classificados como títulos mantidos até ao vencimento, que são emitidos a valor descontado são registados pelo

seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

Transferência entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) na hipótese de transferência da categoria títulos

disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:

i. imediatamente, quando para a categoria títulos para a negociação;

ii. em função do prazo remanescente até o vencimento, quando para a categoria títulos mantidos até o vencimento;

3) na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:

i. imediatamente no resultado do período, quando para a categoria títulos para a negociação;

ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram efectuadas quaisquer transferências de títulos entre carteiras.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Não se admite a reversão destas perdas.

e) Imobilizações financeiras

Na rubrica Imobilizações financeiras encontram-

se contabilizadas as participações de carácter estratégico e duradouro, independentemente da percentagem do capital detido (ver Nota explicativa 11 às Demonstrações financeiras).

Até 31 de Dezembro de 2011 as participadas encontravam-se registadas e reavaliadas nas Demonstrações financeiras individuais ao custo histórico de aquisição em AOA (excepto a EMIS e a BVDA (ver paragrafo seguinte)) independentemente da moeda de realização. A partir de 1 de Janeiro de 2012 o BESA passou a valorizar, as participações financeiras em subsidiárias e associadas (ver nota explicativa 2.2 a) às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas) através do método da equivalência patrimonial em conformidade com o estabelecido no CONTIF. A diferença entre os dois critérios de mensuração, à data de 1 de Janeiro de 2012, não é materialmente relevante.

Nos anos de 2012 e 2011, as participações na EMIS e na BVDA (ver Nota explicativa 11 às Demonstrações financeiras) mantiveram-se contabilizadas em USD, no seguimento do já efectuado em anos anteriores, por ter sido exigida a sua liquidação nesta moeda por parte das respectivas empresas.

f) Crédito a clientes

Classificação do crédito

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos mensuralizados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subsequentemente registados

pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avals prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso nº4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso nº3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões. Nos termos do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março do BNA, o Banco classifica as operações de crédito concedido, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo

B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

A avaliação individual da operação e a classificação no nível de risco correspondente é efectuada com base numa estimativa da perda provável, calculada mediante a utilização de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os seguintes aspectos:

Em relação ao devedor e seus garantes:

- Situação económico-financeira;
- Capacidade de gestão;
- Histórico de pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- Contingências;
- Sector de actividade económica;
- Área geográfica de actuação;
- Limite de crédito.

Em relação à operação e suas garantias:

- Natureza e finalidade da transacção;
- Características das garantias, particularmente quanto à suficiência, transaccionalidade e consequentemente a sua liquidez;
- Valor de mercado face ao valor do contrato.

A classificação da operação nos níveis de risco é revista com uma periodicidade mínima anual ou sempre que se verifiquem alterações que justifiquem a realização de uma análise à classificação da operação. As operações de um mesmo cliente ou grupo económico são classificadas tendo por base aquelas que apresentam maior risco.

Adicionalmente, numa base mensal a classificação de cada operação é revista em função do atraso verificado no pagamento da parcela de principal ou

dos respectivos proveitos, observando-se:

Nível	Dias de Atraso
B	Atraso superior a 15 e igual ou inferior a 30 dias
C	Atraso superior a 30 e igual ou inferior a 60 dias
D	Atraso superior a 60 e igual ou inferior a 90 dias
E	Atraso superior a 90 e igual ou inferior a 150 dias
F	Atraso superior a 150 e igual ou inferior a 180 dias
G	Atraso superior a 180 dias

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação periódica do risco.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Locações

O BESA classifica as operações de locação como locações financeiras, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

À data do Balanço o Banco não detinha quaisquer contratos de locação financeira nem de locação operacional como locatário.

- *Locações financeiras como locador*

Os contratos de locação financeira (Leasing (ver nota explicativa 8 às Demonstrações financeiras))

são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído as garantias e avales prestados e os créditos documentários e resultam do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Provisão para crédito de liquidação duvidosa foi apurada nos termos do normativo emitido pelo BNA, e é apresentada no activo, na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa, a deduzir à rubrica Créditos a clientes (ver nota 8 às Demonstrações financeiras). Estas provisões destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito e que não foram identificados como risco específico.

O Banco revê e avalia a existência de créditos que qualifiquem para a constituição de Provisões para créditos de cobrança duvidosa.

A classificação do crédito concedido a um mesmo cliente ou grupo económico foi efectuada na classe que apresentar maior risco.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são revistas trimestralmente em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a tabela seguinte:

Níveis de Risco	% de Provisão	Tempo de Mora	
		Crédito com prazo inferior a 2 anos	Crédito com prazo superior a 2 anos
A	0%		
B	1% - 3%	até 30 dias	até 60 dias
C	4% - 10%	de 1 a 2 meses	de 2 a 4 meses
D	11% - 20%	de 2 a 3 meses	de 4 a 6 meses
E	21% - 50%	de 3 a 5 meses	de 6 a 10 meses
F	51% - 100%	de 5 a 6 meses	de 10 a 12 meses
G	100%	mais de 6 meses	mais de 12 meses

Conforme apresentado na tabela acima, os créditos vencidos devem ser classificados nos níveis B a G, dependendo do prazo da mora e do prazo total da operação.

Créditos transferidos para prejuízo

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e utiliza a respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Recuperação dos créditos transferidos para prejuízo

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de "Resultado não operacional".

Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados quando do seu efectivo recebimento.

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias e cessa a contagem dos juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

g) Reserva de actualização monetária das Imobilizações e dos Fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, do BNA, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As Demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- (i) A população em geral prefere guardar a sua

riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;

- (ii) A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- (iii) As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- (iv) As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- (v) A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das Imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária”, por contrapartida das rubricas de valor bruto e Amortizações acumuladas das Imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de Resultado da actualização monetária da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de Fundos próprios, com excepção da rubrica Capital social, que deve ser classificada numa rubrica específica (Reserva de actualização monetária do Capital social) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2012 e 2011, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas Imobilizações

financeiras e dos seus Fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

h) Imobilizações Corpóreas

O imobilizado corpóreo adquirido está valorizado ao custo de aquisição (ver nota explicativa 13 às Demonstrações financeiras), sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis. Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resultem das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais. A depreciação é calculada a partir da data efectiva de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico de acordo com os seguintes períodos, que se consideram não diferir significativamente da vida útil estimada dos bens:

	Número de anos
Edifícios próprios	50
Beneficiações em edifícios próprios e arrendados	8
Transporte	3 a 4
Mobiliário e material	5
Máquinas e ferramentas	4 a 5
Equipamento informático	4 a 5
Instalações interiores	5 a 8
Equipamento de segurança	5 a 8
Software	10

i) Imobilizações Incorpóreas

As Imobilizações incorpóreas correspondem aos custos incorridos com aquisição de software e benefícios em edifícios arrendados, sempre que o

Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e são amortizadas durante o período de vida útil estimado, a partir do exercício em que o mesmo entra em uso, segundo o método das quotas constantes (ver notas explicativas 2.2 h) e 13 às Demonstrações financeiras).

j) Bens de não uso próprio

Os bens não de uso próprio são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco classifica em bens não de uso próprio os imóveis que não são parte integrante das instalações do BESA, nem se destinam à prossecução do seu objecto social.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

k) Despesas com custo diferido

Incluem pagamentos a fornecedores, liquidados antecipadamente para períodos entre seis meses e um ano, sendo imputados mensalmente às contas de custos correspondentes (ver nota explicativa 9

às Demonstrações financeiras).

l) *Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões*

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos (i) em resultados de uma só vez quando um acto específico e significativo tiver sido concluído, como por exemplo, comissões de tomada firme de dívida pública ou de sindicância de empréstimos, e (ii) em resultados do período a que se referem quando resultem de serviços prestados.

m) *Impostos sobre lucros*

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto Industrial (CII), sendo tributado pelo Grupo A.

Neste contexto, o imposto industrial é determinado com base na taxa de 35% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, apurados para o período e expressos na Demonstração dos resultados, acrescidos dos custos fiscalmente não aceites e deduzidos de benefícios fiscais obtidos, conforme legislação aplicável em Angola até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 (ver notas explicativas 17 e 23 às Demonstrações financeiras).

Em conformidade com o Artigo 46º do CII, o regime fiscal em vigor em Angola permite abater os prejuízos gerados em exercícios anteriores aos lucros dos três anos imediatamente posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a fiscalização por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2008 a 2012. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos

significativos nas Demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

Em 30 de Dezembro de 2011 foi publicado um novo pacote legislativo que altera os principais códigos fiscais angolanos, introduzindo alterações significativas ao nível dos vários impostos que compõem o ordenamento jurídico-fiscal angolano. No entanto, a maioria dos códigos fiscais ainda não foi distribuída na Imprensa Nacional, com excepção dos códigos do Imposto do Selo, Imposto sobre a Aplicação de Capitais e Imposto de Consumo. Nesse sentido, as principais alterações que se espera que venham a ser introduzidas pela reforma fiscal podem ser resumidas como segue:

- Redução da taxa de imposto industrial de 35% para 30%;
- Tributação dos rendimentos de títulos e dos juros de aplicações financeiras em outras instituições de crédito em sede de Imposto de Aplicação de Capitais (IAC) à taxa de 10%/15%, ficando os mesmos excluídos de tributação, em sede de contribuição industrial;
- Tributação de variações patrimoniais positivas, com excepção das que decorrem de entradas de capital ou de coberturas de prejuízos efectuadas pelos titulares de capital;
- Limitação dos custos ou perdas dedutíveis e definição de custos e perdas não dedutíveis, sujeitos a tributação autónoma, incluindo custos não devidamente documentados;
- Revogação da tabela das taxas anuais de reintegrações e amortizações, aprovada pela Portaria nº 755/72, de 26 de Outubro, sendo aprovada uma nova tabela pelo Decreto executivo sobre amortizações e reintegrações do

imobilizado;

- Autoliquidação provisória de imposto industrial correspondente a 15% do resultado derivado de operações de intermediação financeira, apurado nos primeiros seis meses do exercício anterior.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do Balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota. São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas

demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

o) Benefícios aos empregados

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários íliquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Por deliberação do Conselho de Administração do Banco, em 1 de Fevereiro de 2010 o BESA aderiu, com um plano colectivo constituído pelos seus colaboradores efectivos, ao fundo de pensões aberto e de contribuição definida BESA Opções de Reforma. Na sequência dessa adesão os colaboradores efectivos do BESA que ao completarem 60 anos e tiverem pelo menos cinco anos de antiguidade no Banco, irão beneficiar de um complemento da reforma do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), que receberão através de uma entrega única ou através de uma pensão (opcional). São excepção os casos de invalidez. O Fundo não cobre quaisquer benefícios de saúde. O BESA passou a contribuir uma percentagem fixa da massa salarial dos seus colaboradores, podendo esta ser acrescida de 50% do valor que cada colaborador vier a contribuir voluntariamente até ao limite de 5% do vencimento de cada colaborador. A responsabilidade pelas contribuições a efectuar pelo BESA, como Associado, não têm efeito retroactivo à data de adesão ao Fundo. Assim, e pelas características deste Fundo, os custos anuais futuros do Banco resultante desta contribuição corresponderão ao valor efectivamente contribuído em cada ano.

Remuneração variável paga aos colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração e ao Conselho de Remunerações fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2012, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

p) Caixa e equivalentes de Caixa

Para efeitos da Demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

q) Reserva de justo valor (Resultados potenciais)

A Reserva de justo valor (Resultados potenciais) representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver notas explicativas 2.2 d) e 2.3 às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas), líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta Reserva é apresentado sem ter em conta os respectivos impostos diferidos.

r) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de

uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

s) Redução no Valor Recuperável de Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de Demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do início de imparidade, a instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1) declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2) mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- 3) aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- 4) valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- 5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- 6) mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- 7) indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

t) *Compensação de saldos*

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

2.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O CONTIF estabelece uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota explicativa 2.2 às Demonstrações financeiras.

Considerando que existem situações em que existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados individuais e consolidados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e do Grupo BESA, respectivamente, e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

a) *Justo valor dos Títulos disponíveis para venda*

O justo valor dos títulos é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas a preços de mercado.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

b) Provisão para Crédito de liquidação duvidosa

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a necessidade de constituir provisões para créditos de liquidação duvidosa, conforme referido nas Notas explicativas 2.2 f) e 3.b) às Demonstrações financeiras, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco Nacional de Angola.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar a classificação de riscos das operações e se devem ser reconhecidas provisões para Crédito de liquidação duvidosa é sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das provisões para Crédito de liquidação duvidosa reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados individuais e consolidados do Banco.

c) Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre

os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de fiscalizar o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de 5 anos. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas Demonstrações financeiras individuais ou consolidadas.

d) Provisões para responsabilidades prováveis

O Banco reconhece Provisões para responsabilidades prováveis, conforme divulgado na nota explicativa 2.1 n) às Demonstrações financeiras quando (i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do Balanço.

Adicionalmente, o Banco reconhece ainda nas suas Demonstrações financeiras individuais (ver nota explicativa 18 às Demonstrações financeiras), como obrigações prováveis, o valor negativo resultante da diferença apurada entre o “*carrying amount*” e o dos fundos próprios das Sociedades onde detém interesses e é intenção manifesta a continuidade do apoio financeiro à respectiva subsidiária.

e) Benefícios a colaboradores

A determinação dos benefícios a colaboradores está discutida na nota explicativa 2.2 o) às Demonstrações financeiras acima.

NOTA 3

a) Montante global dos Activos e Passivos representados em moeda estrangeira

Os elementos do activo e do passivo das contas Individuais do BESA em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, expressos nessas mesmas moedas, são como segue:

Activos e Passivos Individuais por Moeda à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Valores expressos em milhares da respectiva moeda

Cód. CONTIF	Descritivo	USD		EUR		GBP		CHF		NAD		ZAR		SEK		JPY	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
ACTIVO																	
	Taxa de câmbio em 31 de Dezembro	95,826	95,282	126,375	123,137	154,203	147,243	104,608	101,003	11,262	11,688	11,263	11,688	14,712	13,770	1,112	
1.10	DISPONIBILIDADES	378.613	322.318	11.956	7.011	174	213	29	107	23	23	2.059	3.890	329	327	1.011	
1.20	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ	0	30.027	1.086	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.20.10	Operações no Mercado Monetário Interfinanceiro	0	30.027	1.086	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.30	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	818.941	1.599.691	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.30.20	Disponíveis para Venda	818.941	1.599.691	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.50	CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.70	CRÉDITOS	4.295.376	3.710.463	27.757	26.479	0	0	0	0	0	0	0	2.894	0	0	0	0
1.70.10	Créditos	4.437.403	3.798.268	27.757	26.479	0	0	0	0	0	0	0	2.897	0	0	0	0
1.70.90	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-142.028	-87.805	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.80	OUTROS VALORES E BENS DE NÃO USO PRÓPRIO	803.877	18.175	6.073	11.010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.85	INVENTÁRIOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.90	IMOBILIZAÇÕES	849	2.546	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.90.10	Imobilizações Financeiras	849	700	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.90.20	Imobilizações Corpóreas	0	1.846	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.90.30	Imobilizações Incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL DO ACTIVO	6.297.655	5.683.220	46.872	44.500	174	213	29	107	23	23	2.059	6.784	329	327	1.011	
PASSIVO																	
2.10	DEPÓSITOS	2.639.437	2.049.658	43.225	46.416	30	32	0	0	43	42	676	659	0	0	726	
2.10.10	Depósitos à Ordem	1.497.462	1.093.242	15.503	19.861	30	32	0	0	43	42	676	659	0	0	726	
2.10.20	Depósitos a Prazo	1.141.972	956.414	27.722	26.555	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.10.80	Outros Depósitos	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.20	CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ	3.862.797	3.312.587	10.014	16.251	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.20.10	Operações Mercado Monetário Interfinanceiro	3.862.797	3.312.587	10.014	16.251	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.50	OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.60	OPERAÇÕES CAMBIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.70.10	Dívidas Subordinadas	0	0	244	664	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.965	1.186	0	935	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.90	PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES PROVÁVEIS	4.000	2.000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	TOTAL DO PASSIVO	6.508.199	5.365.431	53.483	64.266	30	32	0	0	43	42	676	659	0	0	726	
	POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA	-210.543	317.789	-6.612	-19.766	144	181	29	107	-20	-19	1.383	6.125	329	327	286	
	Operações cambiais a prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	POSIÇÃO CAMBIAL GLOBAL	-210.543	317.789	-6.612	-19.766	144	181	29	107	-20	-19	1.383	6.125	329	327	286	
	(Convertida em USD à taxa de 31 de Dezembro)	-210.543	317.788	-8.720	-25.545	232	280	32	114	-2	-2	163	751	50	47	3	
	POSIÇÃO CAMBIAL GLOBAL																
	(Convertida em AOA à taxa de 31 de Dezembro)	-20.175.538	30.279.450	-835.579	-2.433.947	22.250	26.677	3.033	10.857	-222	-231	15.577	71.580	4.837	4.507	318	

b) Gestão de risco e incertezas

A função de Risco no BESA

O BESA dispõe desde 2008 de uma Direcção de Risco e Controlo de Crédito (DRCC), cuja actividade se centra na identificação e qualificação dos 3 riscos estabelecidos por Basileia II (Crédito, Mercado e Operacional) e em fase posterior, assegurar a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio, tendo em conta o perfil de risco definido pelo Conselho de Administração.

(i) Risco de Crédito

O risco de crédito que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras inerentes ao incumprimento do cliente ou contraparte, relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o BESA no âmbito da sua actividade creditícia, continua a ser o maior risco a que o BESA está exposto.

Risco e Controlo de Crédito

Concessão de Crédito

A DRCC interage com as áreas Comerciais e Departamentos Centrais, analisando as operações e controlando o processo de aprovação. Todas as propostas analisadas são remetidas ao Conselho de Crédito que reúne semanalmente, sendo o órgão com poder decisório.

Acompanhamento de Crédito

A DRCC em colaboração com as áreas Comerciais analisa e monitoriza regularmente a carteira de Crédito, através da realização de um Comité de Acompanhamento de Crédito que reúne duas vezes por mês. Este Comité alerta as áreas comerciais sobre as necessidades de acompanhamento e reforço de garantias, contribuindo para o cálculo das provisões, quando necessário.

Recuperação de Crédito

A DRCC tem uma área específica que se dedica à recuperação de crédito que está repartida em duas sub-áreas, em função da fase em que se encontra o contrato:

- Pré Contencioso - Com um envolvimento forte das áreas comerciais e coordenação da DRCC
- Contencioso - Coordenado pela DRCC, com envolvimento das áreas comerciais e advogados externos, é uma área que está em pleno funcionamento desde meados de 2011 e a Conselho de Administração considera ser de grande relevância para o futuro.

(ii) Risco de Mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de oscilações de taxas de câmbio e de taxas de juro, bem como de alterações na liquidez dos mercados.

Ao nível do risco de mercado, a actuação do Departamento de Risco centra-se em dois âmbitos de actividade:

1. Operações da Sala de Mercado, com destaque para a carteira de títulos, operações cambiais e mercados monetários; e
2. Análise integrada do balanço do Banco.

Os riscos monitorizados são os tradicionalmente associados a actividades de mercados, como o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de liquidez. A gestão dos riscos de mercado está limitada aos instrumentos disponíveis.

Os principais produtos financeiros transaccionados no mercado Angolano relacionam-se essencialmente com Crédito, Depósitos, Títulos, Operações Cambiais, Aplicações de liquidez e Captações para liquidez, sendo que as taxas de juro do dólar norte-americano (USD) e do Banco Nacional de Angola são as principais variáveis de

risco a serem consideradas, bem como a taxa de câmbio kwanza/ dólar norte-americano (AOA/USD).

(iii) Risco Operacional

O risco operacional consiste genericamente no risco de ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, inerentes do comportamento de pessoas e sistemas, ou de causas externas, que podem resultar em perdas financeiras ou ter impacto negativo na relação com os clientes ou outros "stakeholders". Engloba ainda os riscos de negócio estratégico e legal, sendo este último entendido como o risco de perdas em consequência da não conformidade com a legislação vigente ou em resultado de acções judiciais.

Trata-se de uma área que irá sofrer um grande impulso no sentido de se obter ganhos com o reforço da gestão do risco operacional.

Estão a ser implementados mecanismos que visam garantir um controlo mais eficaz ao nível das exigências do mercado onde o Banco actua.

NOTA 4 - DISPONIBILIDADES

À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as Disponibilidades decompunham-se como segue:

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	Individual			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Caixa	2.250.510	2.204.039	23.485	23.132
AOA	1.658.959	1.175.756	17.312	12.340
USD	530.411	924.807	5.535	9.706
EUR	55.924	98.712	584	1.036
Outras	5.216	4.764	54	50
Depósitos à ordem no Banco Central	51.657.970	43.387.017	539.081	455.354
AOA	18.379.712	15.064.364	191.803	158.103
USD	33.278.258	28.322.653	347.278	297.251
Disponibilidades em Instituições Financeiras				
No país - cheques a cobrar	59.493	234.886	621	2.465
No estrangeiro - Depósitos à ordem	3.981.340	2.317.263	41.548	24.320
<i>BES</i>				
USD	1.394.159	842.200	14.549	8.839
EUR	1.420.605	633.055	14.825	6.644
Outras	33.731	87.755	352	921
<i>Standard Bank</i>				
USD	1.037.882	184.752	10.831	1.939
Outras	21.273	1.143	222	12
<i>BES Londres</i>				
USD	0	0	0	0
EUR	0	131.489	0	1.380
Outros	73.690	436.869	769	4.585
Total	57.949.313	48.143.205	604.735	505.271

A rubrica Depósitos à ordem no Banco Central reflecte os saldos originados pelo regime de constituição de Reservas mínimas obrigatórias em vigor no país na data do Balanço e é constituída por depósitos não remunerados junto do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Instrutivo 2/2011 de 28 de Abril do BNA previa que as Reservas mínimas obrigatórias fossem constituídas por depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira correspondendo, em 2012 e 2011, a 20% e 15%, respectivamente, da base de incidência, estando

prevista a dedução de 25% da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda nacional para a exigibilidade em moeda nacional. Estes depósitos não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. A rubrica Disponibilidades em instituições de crédito – Cheques a cobrar, corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito que foram apresentados à compensação e que se encontram em cobrança.

Nos Depósitos à ordem em Instituições Financeiras no estrangeiro – Depósitos à ordem estão incluídas as contas “*nostro*” do BESA junto do BES as quais não são remuneradas. As restantes contas de depósitos à ordem em instituições financeiras no estrangeiro, também não são remuneradas.

NOTA 5 – OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO

À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as Operações no mercado monetário interfinanceiro decompunham-se, por natureza e prazo residual, como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações a Prazo em Instituições Financeira no estrangeiro	137.287	2.861.006	1.433	30.027

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	87.484	2.861.006	913	30.027
de três meses a um ano	49.803	0	520	0
Total	137.287	2.861.006	1.433	30.027

As aplicações efectuadas pelo BESA em Instituições Financeiras no estrangeiro são constituídas essencialmente junto de entidades pertencentes ao perímetro de consolidação do Grupo BES, sendo remuneradas às taxas do respectivo mercado internacional.

NOTA 6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os Títulos e valores mobiliários decompunham-se, por natureza e por moeda, como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Títulos e valores mobiliários				
Disponíveis para venda				
Obrigações do Tesouro (OT's)	114.927.274	189.098.973	1.199.333	1.984.624
USD	78.475.862	152.421.782	818.941	1.599.690
Indexado ao USD	36.451.412	36.677.191	380.392	384.934
Unidades de Participação (UP's) (AOA)	26.058.667	5.555.998	271.937	58.311
Total	140.985.941	194.654.971	1.471.270	2.042.935

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Títulos e valores mobiliários				
Disponíveis para venda				
Obrigações do Tesouro (OT's)	114.927.275	189.098.973	1.199.333	1.984.624
USD	78.475.862	152.421.782	818.941	1.599.690
Indexado ao USD	36.451.413	36.677.191	380.392	384.934
Unidades de Participação (UP's) (AOA)	5.638.666	5.555.998	58.843	58.311
Total	120.565.941	194.654.971	1.258.176	2.042.935

As taxas de remuneração média bem como as moedas em que os Títulos e valores mobiliários estão contratados e expressos encontram-se divulgadas nos mapas Inventário de Títulos e Participações em 31 de Dezembro de 2012.

Uma vez que todas as OT's são dívida pública directa, a Conselho de Administração classifica as mesmas com Rating A.

A carteira de UP's do BESA em 2012 é constituída

por 100% das UP's do Fundo BESA Valorização e por 49% de UP's do Fundo BESA Patrimônio (49.191 UP's de 100.000). As restantes 51% deste último Fundo (que termina durante 2013, com possibilidade de renovação) estão subscritas e realizadas por clientes do Banco.

A constituição do Fundo BESA Valorização foi autorizada no início do mês de Agosto de 2012, tendo sido prorrogado o período de comercialização até 1 de Novembro desse mesmo ano, sob a forma de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado cuja Gestão está a cargo da BESA ACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento (ver notas explicativas 2.2 d), 2.2 e) e 11 às Demonstrações financeiras), sendo o BESA o banco depositário. A totalidade das UP's do Fundo BESA Valorização foi adquirida pelo BESA pelo montante global de subscrição e permanência de 1.000.000.000 USD. Este montante foi subscrito através da entrada de imóveis, no montante equivalente a 791.600.000 USD em em dinheiro, no montante equivalente a 208.400.000 USD. Nas contas individuais do Banco, os imóveis transferidos, acima mencionados, não foram desreconhecidos do balanço, dado que o Banco adquiriu 100% das UP's. Nas contas consolidadas do Banco, o fundo BESA Valorização é consolidado integralmente.

A constituição do Fundo BESA Patrimônio foi autorizada durante o mês de Outubro de 2008, sob a forma de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado cuja Gestão está também a cargo da BESA ACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento (ver notas explicativas 2.2 d), 2.2 e) e 11 às Demonstrações financeiras). A comercialização das UP's do Fundo BESA Patrimônio decorreu entre o dia 10 de Novembro e o dia 12 de Dezembro de 2008, sendo o montante mínimo de subscrição e permanência de 1.000.000 de AOA (cerca de 13.333 USD). O Fundo terá a duração de 5 anos, com

possibilidade de renovação, sendo o BESA o banco depositário.

As taxas médias de remuneração destes activos estão apresentados nos mapas individuais e consolidados de Inventário de títulos e participações.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o prazo residual da carteira de Títulos disponíveis para venda analisa-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	0	52.117	0	546
De um a três meses	0	331.868	0	3.483
De três meses a um ano	30.077.527	2.553.458	313.876	26.799
De um a cinco anos	32.435.425	36.454.780	338.483	382.599
Mais que cinco anos	78.472.989	155.262.748	818.911	1.629.508
Total	140.985.941	194.654.971	1.471.270	2.042.935

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	0	52.117	0	546
De um a três meses	0	331.868	0	3.483
De três meses a um ano	30.077.527	2.553.458	313.876	26.799
De um a cinco anos	12.015.423	36.454.780	125.388	382.599
Mais que cinco anos	78.475.991	155.262.748	818.912	1.629.508
Total	120.568.941	194.654.971	1.258.176	2.042.935

NOTA 7 – CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Os Créditos e Obrigações no sistema de pagamentos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 analisam-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Créditos no sistema de pagamentos				
Regularização/Devolução de cheques - Compensação	35.269	3.319	368	34
Obrigações no sistema de pagamentos				
Compensação de valores - VISA	-1.363.168	-167.654	-14.226	-1.760
Compensação de valores - ATM's	0	112.209	0	1.178
Outros	-420.400	0	-4.387	0
	-1.783.568	-55.445	-18.613	-582
Total	-1.748.299	-52.126	-18.245	-548

Valores em milhares da respectiva moeda

	Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Créditos no sistema de pagamentos				
Regularização/Devolução de cheques - Compensação	35.269	26.679	368	280
Obrigações no sistema de pagamentos				
Compensação de valores - VISA	-1.363.168	-167.654	-14.226	-1.760
Compensação de valores - ATM's	0	112.209	0	1.178
Outros	-420.400	0	-4.387	0
	-1.783.568	-55.445	-18.613	-582
Total	-1.748.299	-28.766	-18.245	-302

Na compensação de Cheques e outros papéis liquidáveis pelo serviço de compensação, observam-se as seguintes normas:

- os cheques e outros papéis apresentados à instituição sacada registam-se a débito das contas adequadas, na mesma data da sessão de troca;
- os cheques e os documentos recebidos em devolução registam-se na data de sua ocorrência.

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica consolidada

de Créditos no sistema de pagamentos incluía a mensualização de comissões a cobrar pela BESA ACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA ao Fundo de Pensões BESA Opções Reforma.

As compensações da VISA e ATM's referem-se a valores pendentes de liquidação, as quais foram efectuadas nos dias subsequentes à data de Balanço por intermédio dos respectivos componentes do sistema de pagamentos angolanos que funciona em tempo real.

NOTA 8 – CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os Créditos e as respectivas Provisões para créditos de liquidação duvidosa decompunham-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Individual e Consolidado				
Créditos				
Empresas				
Contas correntes caucionadas	80.732.541	68.204.622	842.491	715.819
Financiamentos	476.610.326	331.546.468	4.973.706	3.479.634
Descobertos em DO's	68.296.445	49.261.657	712.713	517.009
Particulares				
Financiamentos	35.420.018	32.558.348	369.628	341.706
Contas correntes caucionadas	8.331.878	6.533.485	86.948	68.569
Leasing	2.389.443	0	24.935	0
Total dos créditos	671.780.651	488.104.580	7.010.421	5.122.737
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	-26.134.254	-9.200.235	-272.726	-96.558
Total de Provisões (ver notas 2.2 f) e 18)	-26.134.254	-9.200.235	-272.726	-96.558
Total dos Créditos líquidos de Provisões	645.646.397	478.904.345	6.737.695	5.026.179

O valor dos Créditos a clientes, líquidos de Provisões para Créditos de liquidação duvidosa, registaram um crescimento significativo relativamente ao ano anterior (+34%), no que foi acompanhado pelo continuado aumento no rigor da sua concessão (ver notas explicativas 2.2 f) e 2.3 às Demonstrações financeiras), nomeadamente face ao risco inerente e ao montante envolvido. A rubrica de Descobertos em DO's tem uma maturidade média contratada e efectiva inferior a 30 dias.

O escalonamento dos Créditos (do Banco) a clientes e das respectivas provisões, por nível de risco, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual e Consolidado - AOA

	2012			2011		
	Crédito	Provisões	Líquido	Crédito	Provisões	Líquido
Nível de risco A	558.839.243	0	558.839.243	457.439.505	0	457.439.505
Nível de risco B	53.780.212	-514.320	53.265.892	15.386.260	-153.863	15.232.397
Nível de risco C	12.938.574	-395.812	12.542.762	4.509.315	-135.279	4.374.036
Nível de risco D	4.477.878	-1.230.470	3.247.408	1.134.713	-113.471	1.021.242
Nível de risco E	.39.338	-452.841	-413.503	164.633	-32.927	131.706
Nível de risco F	7.748.241	-5.533.241	2.215.000	2.787.985	-2.082.526	705.459
Nível de risco G	33.957.165	-18.007.570	15.949.595	6.682.169	-6.682.169	0
Total de Créditos	671.780.651	-26.134.254	645.646.397	488.104.580	-9.200.235	478.904.345

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual e Consolidado - USD

	2012			2011		
	Crédito	Provisões	Líquido	Crédito	Provisões	Líquido
Nível de risco A	5.831.810	0	5.831.810	4.800.903	0	4.800.903
Nível de risco B	561.228	-5.367	555.861	161.481	-1.615	159.866
Nível de risco C	135.022	-4.131	130.891	47.326	-1.420	45.906
Nível de risco D	46.729	-12.840	33.889	11.909	-1.191	10.718
Nível de risco E	411	-4.726	-4.315	1.728	-346	1.382
Nível de risco F	80.857	-57.743	23.114	29.260	-21.856	7.404
Nível de risco G	354.364	-187.919	166.445	70.130	-70.130	0
Total de Créditos	7.010.421	-272.726	6.737.695	5.122.737	-96.558	5.026.179

O Banco constitui Provisões para Créditos de liquidação duvidosa no limite mínimo exigido pelo BNA (ver notas explicativas 2.2 f) e 18 às Demonstrações financeiras), sendo convicção da Conselho de Administração serem suficientes face ao risco, mensurado em função da aplicação de critérios de avaliação e análise em base comercial, e ao volume de crédito existente (ver nota explicativa 2.3 às Demonstrações financeiras).

O resumo dos princípios básicos das políticas de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito bem como do provisionamento das perdas

com Créditos de liquidação duvidosa estão referidos nas notas 2.2 f) e 3 b) às Demonstrações financeiras.

O escalonamento dos Créditos, por prazos residuais de vencimento, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	121.020.107	75.764.184	1.262.915	795.157
De um a três meses	12.382.429	32.294.480	129.218	338.936
De três meses a um ano	67.842.532	82.646.620	707.976	867.390
De um a cinco anos	258.362.051	205.207.500	2.696.158	2.153.686
Mais que cinco anos	212.173.532	92.191.796	2.214.154	967.568
Total	671.780.651	488.104.580	7.010.421	5.122.737

A estrutura sectorial do Crédito em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
A Agricultura, produção animal, caça e sicultura	98.654	111.658	1.030	1.172
C Indústrias extractivas	58.259	479	608	5
D Indústrias transformadoras	69.274.307	61.432.123	722.918	644.740
E Produção, distribuição de electricidade, de gás e de água	29.883	182.192	312	1.912
F Construção	37.457.483	55.501.476	390.891	582.497
G Comércio por grosso e a retalho; reparações de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico	66.152.722	30.599.978	690.342	321.152
H Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	715.276	499.037	7.464	5.237
I Transportes, armazenagem e comunicações	26.715.289	5.597.662	278.790	58.748
J Actividades financeiras	147.962.216	26.442.509	1.544.072	277.518
K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	264.774.483	198.333.053	2.763.075	2.081.539
M Educação	23.581	9.042	246	95
N Saúde e acção social	5.649.911	1.173.772	58.960	12.319
O Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	15.243.486	72.610.921	159.073	762.063
P Famílias com empregados domésticos	37.625.101	35.610.678	392.640	373.740
Total	671.780.651	488.104.580	7.010.421	5.122.737

A decomposição do Crédito por indexante contratado e por Residência fiscal da contraparte é como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Fixa	667.835.372	486.370.385	6.969.250	5.104.536
Variável	3.945.279	1.734.195	41.171	18.201
LIBOR	11.530	11.200	120	118
TBC182	84.237	83.305	879	874
TBC91	329	959.121	3	10.066
TJDR	1.699.030	0	17.731	0
TXCOCH	1.926.137	580.105	20.100	6.088
TXCOLB	224.016	100.464	2.338	1.055
Total Geral	671.780.651	488.104.580	7.010.421	5.122.737

Valores em milhares da respectiva moeda

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Não Residente fiscal	212.798	284.100	2.221	2.982
Residente fiscal	671.567.853	487.820.480	7.008.200	5.119.755
Total	671.780.651	488.104.580	7.010.421	5.122.737

A decomposição do Crédito e das Provisões para crédito de cobrança duvidosa por moeda é como segue:

Valores em milhares de kwanzas

Individual e Consolidado

	AOA		USD		EUR		Outras		Total Geral	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Créditos										
Empresas										
Contas correntes caucionadas	16.919.094	5.395.986	63.813.448	62.808.073	0	561	0	0	80.732.542	68.204.620
Financiamentos	188.856.089	107.687.244	287.286.429	222.070.243	467.808	1.788.981	0	0	476.610.326	331.546.468
Descobertos em DO's	25.714.718	10.959.118	39.734.265	37.018.960	2.847.462	1.249.757	0	33.822	68.296.445	49.261.657
Particulares										
Financiamentos	9.871.667	94.121	0	32.413.056	55.705	51.171	25.492.646	0	35.420.018	32.558.348
Contas correntes caucionadas	297.352	101.189	0	6.345.474	134.024	86.823	7.900.502	0	8.331.878	6.533.486
Leasing	2.389.443	0	0	0	0	0	0	0	2.389.443	0
Total dos créditos	244.048.363	124.237.658	390.834.142	360.655.806	3.504.999	3.177.293	33.393.148	33.822	671.780.651	488.104.580
Menos:										
Total de Provisões (ver notas 2.2 f) e 16)	-12.524.279	-833.971	-13.609.974	-8.366.264	0	0	0	0	-26.134.254	-9.200.235
Total dos Créditos líquidos de Provisões	231.524.084	123.403.687	377.224.168	352.289.542	3.504.999	3.177.293	33.393.148	33.822	645.646.397	478.904.345

Valores em milhares de dólares norte-americanos

Individual e Consolidado

	AOA		USD		EUR		Outras		Total Geral	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Créditos										
Empresas										
Contas correntes caucionadas	176.560	56.631	665.930	659.181	0	5	0	0	842.491	715.819
Financiamentos	1.970.823	1.130.195	2.998.001	2.330.663	4.882	18.776	0	0	4.973.706	3.479.634
Descobertos em DO's	268.348	115.018	414.650	388.520	29.715	13.116	0	355	712.713	517.009
Particulares										
Financiamentos	103.017	988	0	340.180	581	538	266.031	0	369.628	341.706
Contas correntes caucionadas	3.103	1.062	0	66.597	1.399	911	82.446	0	86.948	68.569
Leasing	24.935	0	0	0	0	0	0	0	24.935	0
Total dos créditos	2.546.786	1.303.894	4.078.581	3.785.141	36.577	33.345	348.477	355	7.010.421	5.122.737
Menos:										
Total de Provisões (ver notas 2.2 f) e 16)	-130.698	-8.752	-142.028	-87.805	0	0	0	0	-272.726	-96.557
Total dos Créditos líquidos de Provisões	2.416.088	1.295.142	3.936.553	3.697.336	36.577	33.345	348.477	355	6.737.695	5.026.179

NOTA 9 – OUTROS VALORES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os Outros valores decompõem-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Outros valores				
Devedores diversos	6.624.246	2.600.312	69.128	27.292
Outros adiantamentos	1.983.940	1.690.694	20.704	17.744
Custos diferidos	659.961	360.754	6.887	3.786
Custos a pagar	-144.762	0	-1.511	0
Outros valores	110.513	0	1.153	0
Total	9.233.898	4.651.760	96.361	48.822

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Outros valores				
Devedores diversos	6.602.209	2.570.382	68.898	26.976
Outros adiantamentos	1.838.656	1.690.694	19.187	17.744
Custos diferidos	659.961	360.754	6.887	3.786
Outros valores	174.637	0	1.822	0
Total	9.275.463	4.621.830	96.794	48.506

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Devedores diversos inclui (i) movimentos em aberto a regularizar por contrapartida de Balanço na data da formalização da respectiva documentação jurídica, e (ii) os montantes liquidados antecipadamente, por períodos entre 6 a 12 meses, os quais são mensalmente imputados às respectivas contas de custos.

Os Outros adiantamentos respeitam a adiantamentos feitos pelo BESA em nome das Sociedades em que o BESA detém uma participação qualificada e de outras futuras Subsidiárias em processo de constituição e pendentes de autorização

(ver nota explicativa 24 às Demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica Custos diferidos é constituída essencialmente por valores a receber do Tesouro, relativo às comissões de arrecadação de receitas.

NOTA 10 – BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

A rubrica Bens não de uso próprio é exclusivamente relativa a imóveis que não são parte integrante das instalações do BESA, nem se destinam à prossecução do seu objecto social e decompõe-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Bens afectos ao Fundo BESA Valorização (ver notas 6 e 11)	75.855.862	68.544.844	791.600	719.389
Filda	17.844.059	0	186.213	0
Total	93.699.921	68.544.844	977.813	719.389

Valores em milhares da respectiva moeda

	Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Bens afectos ao Fundo BESA Valorização (ver notas 6 e 11)	86.937.355	68.544.844	907.242	719.389
Filda	17.844.059	0	186.213	0
Total	104.781.414	68.544.844	1.093.455	719.389

O Conselho de Administração do Banco decidiu a passagem de parte substancial destes imóveis para o Fundo de Investimento Imobiliário fechado BESA Valorização, cuja autorização para constituição foi obtida no início do mês de Agosto e o período de comercialização prorrogado para 1 de Novembro de 2012. Salienta-se que as UP's deste fundo estão disponíveis para venda.

Parte substancial destes imóveis já existiam em 31 de Dezembro de 2011, sendo então já intenção do Conselho de Administração proceder à constituição deste Fundo.

NOTA 11 – IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS E INTERESSES MINORITÁRIOS

A carteira de Imobilizações financeiras do BESA decompõe-se conforme demonstrado no Inventário de Títulos e Participações Individual e Consolidado.

Imobilizações financeiras nas Demonstrações financeiras Individuais

EMIS

Em 31 de Dezembro de 2012 o BESA detém uma participação totalmente subscrita e realizada de 2,29% (correspondendo a 20.839 acções) no capital da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), empresa que implementou o sistema automático de pagamentos e cartões multicaixa em Angola. À data do Balanço o maior accionista da EMIS era o BNA, que deixou, contudo, de ter uma posição accionista maioritária ao contrário do que acontecia em anos anteriores. As restantes quota partes são detidas pelos Bancos que operam no mercado.

BVDA

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 o BESA subscreveu e realizou 1.419 acções da Bolsa de Valores e Derivados de Angola (BVDA), assumindo assim uma participação de 1,1% no capital desta entidade que se mantém até à data de Balanço. Nesta data a BESACTIF, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA detém ainda 0,1% do capital desta Sociedade que adquiriu durante 2011.

Tranquilidade Angola, SA

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 o BESA adquiriu 21% do capital da Tranquilidade Angola, SA correspondente a 1.050 acções desta Sociedade, cujo objecto de social é actividade seguradora universal. As acções foram subscritas

e realizadas acima do par (ver mapa Inventário de títulos e participações em 31 de Dezembro de 2012) tendo o Banco pago um prémio, à data da compra, de 196.991 AOA por acção.

BESA ACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA

No dia 14 de Janeiro de 2008 o BESA foi autorizado a constituir uma Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (BESA ACTIF - SGFI, SA) em Angola.

O BESA detém a maioria do capital desta Sociedade, que resulta de uma parceria com a ESAF – Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA (Grupo BES), ficando assim habilitado e em condições de aumentar a sua oferta de produtos ao cliente. Neste contexto, o BESA foi um dos primeiros Bancos comerciais a actuar em Angola a dispor deste tipo de estrutura.

Os dados societários desta Sociedade são como segue:

Denominação:

BESA ACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA

Sede social:

Rua Guilherme Pereira Inglês, Nº 43, 1º
Largo e Bairro da Ingombota
Luanda

Entidade de supervisão:

Comissão de Mercados de Capitais de Angola

O Capital social, totalmente subscrito e realizado ao par, é o contravalor em kwanzas à data da constituição de 1.200.000 dólares norte-americanos (USD), representado por 1.000 acções, com valor nominal unitário de 1.200 USD.

A estrutura accionista desta Sociedade (câmbio histórico) é como segue:

BESA, SA

620 acções | 62% | 55.800.000 AOA | 744.000 USD

ESAF PI SGPS, SA

350 acções | 35% | 31.500.000 AOA | 420.000 USD

Três accionistas particulares (10 acções cada)

30 acções | 3% | 2.700.000 AOA | 36.000 USD

Total

1.000 acções | 100% | 90.000.000 AOA | 1.200.000 USD

Em conformidade com o disposto no Aviso Nº 14/07 de 12 de Setembro, o BESA consolida integralmente esta entidade nas suas contas locais relativas a cada trimestre civil.

BESA ACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

No decurso de 2009, e na sequência da autorização obtida em 1 de Outubro de 2008, o BESA constituiu uma Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. O início da actividade desta Sociedade ocorreu no segundo mês de 2010.

Os dados societários desta Sociedade são como segue:

Denominação:

BESA ACTIF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

Sede social:

Rua Guilherme Pereira Inglês, Nº 43, 1º
Largo e Bairro da Ingombota
Luanda

Entidade de supervisão:

Instituto de Supervisão de Seguros de Angola

O Capital social, totalmente subscrito e realizado ao par, é o contravalor em kwanzas à data da constituição de 1.400.000 dólares norte-americanos (USD), representado por 1.000 acções, com valor nominal unitário de 1.400 USD.

A estrutura accionista desta Sociedade (câmbio histórico) é como segue:

BESA, SA

620 acções | 62% | 65.100.000 AOA | 868.000 USD

ESAF PI SGPS, SA

350 acções | 35% | 36.750.000 AOA | 490.000 USD

Três accionistas particulares (10 acções cada)

30 acções | 3% | 3.150.000 AOA | 42.000 USD

Total

1.000 acções | 100% | 105.000.000 AOA | 1.400.000 USD

Em conformidade com o disposto no Aviso Nº 14/07 de 12 de Setembro, o BESA consolida integralmente esta entidade nas suas contas locais relativas a cada trimestre civil.

Investimento em Subsidiárias e Associadas nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Equivalência patrimonial)

Valores em milhares de kwanzas

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Capital e Reservas		Resultado Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Susidiárias										
BESAACTIVEF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	426.427	268.278	197.566	101.895	228.861	166.383	144.989	113.562	83.872	52.821
BESAACTIVEF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	18.671	27.386	99.043	48.771	80.372	-21.392	-21.385	25.802	-58.987	-47.194
Associadas										
Tranquilidade Angola, SA	969.581	0	779.090	0	190.491	0	747.150	0	-556.659	0
Outras										
EMIS	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
BVDA	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d

Valores em milhares de kwanzas

	Custo da participação		Interesse económico		Valor de balanço		Resultados das Sociedades atribuíveis ao BESA (contas individuais)		Resultados das Sociedades atribuíveis ao Grupo (contas consolidadas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
BESAACTIVEF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	55.800	55.800	62%	62%	141.894	55.800	86.094	n.a.	n.a.	n.a.
BESAACTIVEF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	65.100	65.100	62%	62%	-49.831	65.100	-114.931	n.a.	n.a.	n.a.
Tranquilidade Angola, SA	363.876	0	21%	21%	246.843	0	-117.033	n.a.	-117.033	n.a.
TOTAL							-145.870	n.a.	-117.033	n.a.

Valores em milhares de kwanzas

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Capital e Reservas		Resultado Líquido	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Susidiárias										
BESAACTIVEF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	4.450	2.816	2.062	1.069	2.388	1.746	1.509	1.183	879	563
BESAACTIVEF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	195	287	1.034	512	-839	-225	-220	279	-618	-503
Associadas										
Tranquilidade Angola, SA	10.118	0	8.130	0	1.988	0	7.823	0	-5.835	0
Outras										
EMIS	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
BVDA	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d

Valores em milhares de kwanzas

	Custo da participação		Interesse económico		Valor de balanço		Resultados das Sociedades atribuíveis ao BESA (contas individuais)		Resultados das Sociedades atribuíveis ao Grupo (contas consolidadas)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	582	586	62%	62%	1.481	586	902	n.a.	n.a.	n.a.
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	434	683	62%	62%	-520	683	-1.205	n.a.	n.a.	n.a.
Tranquilidade Angola, SA	3.797	0	100%	0	2.576	0	-1.227	n.a.	-1.227	n.a.
TOTAL							-1.529	n.a.	-1.227	n.a.

Interesses minoritários nas Demonstrações financeiras consolidadas

Os interesses minoritários nas subsidiárias do Banco são como seguem:

Valores em milhares de kwanzas

	2012		2011	
	Balanço	Resultado	Balanço	Resultado
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento	86.967	-52.767	63.223	-20.070
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões	-30.541	70.441	-8.126	17.932
Total	56.426	17.674	55.097	-2.138

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	2012		2011	
	Balanço	Resultado	Balanço	Resultado
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento	907	-553	662	-212
BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões	-318	738	-84	189
Total	589	185	578	-23

NOTA 12 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do BESA com entidades dos Grupos BESA e BES nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos nesses exercícios, resume-se como segue:

Valores em milhares de kwanzas

	2012				2011			
	Activo	Passivo	Proveitos	Custos	Activo	Passivo	Proveitos	Custos
BES	2.848.494	152.969.752	12.173	12.018.918	4.424.042	100.037.590	8.380	6.170.479
BES Investimento	0	300.874	0	15.972	0	283.379	0	14.490
BES Londres	137.260	27	2.285	0	131.518	0	1.271	780.986
BES Cayman	0	207.919.966	0	8.638.154	0	171.037.779	0	7.627.161
BESA ACTIF - SGF Pensões	6	13.821	0	253	0	17.374	2	1.415
BIC - International Bank, Ltd	0	0	0	1.562.726	0	36.139.008	0	1.299.499
BESA ACTIF - SGF Investimento	0	315.418	0	12.227	0	169.112	3	15.925
BES ORIENTE	0	961.186	0	84.985	0	955.249	0	34.990
Tranquilidade Angola, SA	86.606	0	0	0	0	0	0	0
BESA Património	40.314	1.516.056	116.092	455.874	0	0	0	0

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	2012				2011			
	Activo	Passivo	Proveitos	Custos	Activo	Passivo	Proveitos	Custos
BES	29.726	1.596.328	128	125.981	46.431	1.049.911	89	65.775
BES Investimento	0	3.140	0	167	0	2.974	0	154
BES Londres	1.432	0	24	0	1.380	0	14	8.325
BES Cayman	0	2.169.766	0	90.544	0	1.795.069	0	81.303
BESA ACTIF - SGF Pensões	0	144	0	3	0	182	0	15
BIC - International Bank, Ltd	0	0	0	16.380	0	379.285	0	13.852
BESA ACTIF - SGF Investimento	0	3.292	0	128	0	1.775	0	170
BES ORIENTE	0	10.031	0	891	0	10.025	0	373
Tranquilidade Angola, SA	904	0	0	0	0	0	0	0
BESA Património	421	15.821	1.211	4.757	0	0	0	0

NOTA 13 – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, decompõem-se, quanto à sua natureza, como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual				Consolidado			
	AOA		USD		AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Imobilizado Incorpóreo								
Software	2.079.475	1.949.557	21.701	20.461	2.105.889	1.975.971	21.977	20.739
Benefícios em edifícios arrendados	1.267.684	986.772	13.229	10.357	1.267.684	986.772	13.229	10.357
Amortizações acumuladas	-1.211.002	-956.261	-12.638	-10.037	-1.230.457	-972.407	-12.841	-10.206
Imobilizado Incorpóreo líquido	2.136.157	1.980.068	22.292	20.781	2.143.116	1.990.336	22.365	20.890
Imobilizado Corpóreo								
Imóveis	6.271.602	5.371.397	65.448	56.374	6.271.602	5.371.398	65.448	56.374
De serviço próprio	6.271.602	5.371.397	65.448	56.374	6.271.602	5.371.398	65.448	56.374
Equipamento	4.375.195	3.638.883	45.658	38.191	4.396.646	3.656.841	45.856	38.378
Mobiliário e material	520.175	668.336	5.428	7.014	502.749	676.058	5.246	7.094
Máquinas e ferramentas	279.295	247.839	2.915	2.601	279.409	247.923	2.916	2.602
Equipamento informático	1.127.310	916.328	11.765	9.617	1.148.371	916.426	11.959	9.618
Instalações interiores	696.399	802.631	7.267	8.424	696.400	802.631	7.267	8.424
Material de transporte	773.594	561.763	8.073	5.896	790.366	571.815	8.248	6.001
Equipamento de segurança	978.422	441.986	10.210	4.639	979.351	441.988	10.220	4.639
Outras imobilizações	10.072	12.092	105	127	10.072	12.092	105	127
Património artístico	10.072	12.092	105	127	10.072	12.092	105	127
Imobilizado em curso	48.989.402	36.977.801	511.233	388.088	48.989.402	36.977.801	511.233	388.088
Imóveis	48.836.888	36.927.991	509.641	387.565	48.836.888	36.927.991	509.641	387.565
Equipamento	152.514	49.810	1.592	523	152.514	49.810	1.592	523
Imobilizado corpóreo bruto	59.646.271	46.000.173	622.444	82.780	59.667.722	46.018.132	622.642	482.967
Amortizações acumuladas	-2.722.104	-2.376.089	-28.407	-24.938	-2.733.577	-2.383.836	-28.501	-25.018
Imóveis	-524.731	-372.955	-5.476	-3.914	-524.731	-372.954	-5.476	-3.914
Equipamento	-2.197.373	-2.003.134	-22.931	-21.024	-2.208.846	-2.010.882	-23.025	-21.104
Imobilizado corpóreo líquido	56.924.167	43.624.084	594.037	457.842	56.934.145	43.634.296	594.141	457.949

Imobilizado Incorpóreo

No decurso de 2012 e 2011 existiram adições ao Imobilizado incorpóreo respeitantes a customizações e desenvolvimentos efectuados ao nível do Novo Sistema de Informação (NSI). O NSI está a ser amortizado em 10 anos, em linha com a política seguida pelo Grupo onde o BESA se insere, e que a Conselho de Administração considera não diferir significativamente da vida útil esperada.

Em conformidade com o CONTIF, o valor dos Benefícios em edifícios arrendados estão também registados em Imobilizado incorpóreo e são amortizados em conformidade com o prazo do respectivo contrato desde que este não ultrapasse 8 anos (ver nota explicativa 2.2 h) às Demonstrações financeiras).

Imobilizado Corpóreo

À data do Balanço o Imobilizado corpóreo está apresentado ao custo histórico de aquisição, excepto para os bens adquiridos até Maio de 2007 os quais foram, até essa data, reavaliados mensalmente, nos termos do ponto 2 do Artigo 2 do Decreto nº 6/96, aplicando o coeficiente resultante da taxa de câmbio média oficial em vigor no último dia do mês.

O Imobilizado Corpóreo está a ser amortizado em conformidade com as taxas referidas na nota explicativa 2.2 h) às Demonstrações financeiras, que o Conselho de Administração considera não diferir significativamente da vida útil esperada.

O movimento das rubricas de Imobilizado Incorpóreo e Corpóreo está divulgado no Mapa do movimento das Imobilizações incorpóreas e corpóreas individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 2012.

NOTA 14 – DEPÓSITOS

Os Depósitos decompõem-se, quanto à sua natureza, contraparte e prazo residual, como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos				
Depósitos à ordem	-182.902.302	-139.633.071	-1.908.692	-1.465.472
Pessoas colectivas	-130.882.383	-91.648.646	-1.365.834	-961.868
Particulares	-52.019.919	-47.984.425	-542.858	-503.604
Depósitos a prazo	-165.873.133	-136.053.769	-1.730.983	-1.427.906
Pessoas colectivas	-103.133.753	-88.237.705	-1.076.262	-926.069
Particulares	-62.739.380	-47.816.064	-654.721	-501.837
Outros depósitos	-337.004	-415.412	-3.517	-4.360
Total dos Depósitos	-349.112.439	-276.102.252	-3.643.192	-2.897.738

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Depósitos				
Depósitos à ordem	-182.872.828	-139.624.354	-1.908.384	-1.465.380
Pessoas colectivas	-130.852.909	-91.639.930	-1.365.526	-961.776
Particulares	-52.019.919	-47.984.424	-542.858	-503.604
Depósitos a prazo	-155.527.903	-135.877.809	-1.623.024	-1.426.060
Pessoas colectivas	-92.788.523	-88.061.745	-968.302	-924.223
Particulares	-62.739.380	-47.816.064	-654.722	-501.837
Outros depósitos	-337.004	-415.412	-3.517	-4.360
Total dos Depósitos	-338.737.735	-275.917.575	-3.534.925	-2.895.800

O prazo residual dos Depósitos distribui-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	-234.254.747	-189.556.250	-2.444.585	-1.989.424
De um a três meses	-59.296.818	-49.548.009	-618.796	-520.014
De três meses a um ano	-32.389.303	-25.068.676	-338.001	-263.100
De um a cinco anos	-21.967.712	-11.781.835	-229.245	-123.652
Mais que cinco anos	-1.203.859	-147.482	-12.565	-1.548
Total	-349.112.439	-276.102.252	-3.643.192	-2.897.738

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	-223.880.043	-189.371.575	-2.305.583	-1.987.486
De um a três meses	-59.296.818	-49.548.009	-618.797	-520.014
De três meses a um ano	-32.389.303	-25.068.676	-338.001	-263.100
De um a cinco anos	-21.967.712	-11.781.835	-229.246	-123.652
Mais que cinco anos	-1.203.859	-147.480	-12.563	-1.548
Total	-338.737.735	-275.917.575	-3.504.190	-2.895.800

A decomposição dos Depósitos de clientes por indexante contratado e e por Residência fiscal é como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual e Consolidado				
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Fixa	-349.029.457	-275.937.312	-3.642.312	-2.895.993
Variável	-82.982	-164.940	-880	-1.745
LIBOR	-7.939	-111.897	-82	-1.174
LIBR12	0	-9	-9	-9
LIBR1M	-6	-6	-7	-7
LIBR6M	331	-342	-3	-3
TXJRJP	-74.706	-52.686	-779	-552
Total Geral	-349.112.439	-276.102.252	-3.643.192	-2.897.738

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual e Consolidado				
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Não Residente fiscal	-7.408.458	-2.143.359	-77.311	-22.495
Residente fiscal	-341.703.981	-273.958.893	-3.565.881	-2.875.243
Total Geral	-349.112.439	-276.102.252	-3.643.192	-2.897.738

NOTA 15 – CAPTAÇÕES PARA LIQUIDEZ

As Captações para liquidez, à vista e a prazo, decompõem-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Operações de mercado monetário interfinanceiro				
À vista				
No país	-322	0	-3	0
No estrangeiro	-7.947.344	-1.854	-82.935	-19
A prazo				
No país	-186.086.038	-159.403.681	-1.941.916	-1.672.967
No estrangeiro	-353.873.608	-308.130.864	-3.692.877	-3.233.884
Total	-547.907.312	-467.536.399	-5.717.731	-4.906.870

O saldo das contas à vista e a prazo em Instituições de Crédito no Estrangeiro reflecte substancialmente a tomada de fundos a entidades pertencentes ao perímetro de consolidação do Grupo BES sendo remuneradas às taxas do respectivo mercado internacional.

O prazo residual das operações de mercado monetário interfinanceiro distribui-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Prazos residuais				
Até um mês	-431.755.681	-266.514.518	-4.505.621	-2.797.113
De um a três meses	-58.525.293	0	-610.745	0
De três meses a um ano	-57.626.338	-184.549.557	-601.365	-1.936.877
Mais de cinco anos	0	-16.472.324	0	-172.880
Total	-547.907.312	-467.536.399	-5.717.731	-4.906.870

A decomposição das Captações para liquidez por indexante contratado e por residência fiscal é como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Fixa	-517.014.014	-458.816.130	-5.717.409	-4.815.351
BNA	-54.084.751	-85.787.761	-564.405	-900.356
Out. Inst. Crédito	-462.929.263	-373.028.369	-5.153.004	-3.914.995
Variável	-30.893.298	-8.720.269	-322	-91.519
Out. Inst. Crédito				
EURB6M	-30.893.298	-763.621	-322	-8.014
LIBR3M	0	-314.499	0	-3.300
LIBR6M	0	-7.546.058	0	-79.197
LIBR9M	0	-96.092	0	-1.008
Total Geral	-547.907.312	-467.536.399	-5.717.731	-4.906.870

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Não Residentef fiscal	-361.820.952	-308.087.923	-3.775.811	-3.233.433
Residente fiscal	-186.086.360	-159.448.476	-1.941.920	-1.673.437
BNA	-54.084.751	-85.787.761	-564.406	-900.356
Out. Inst. Crédito	-132.001.609	-73.660.715	-1.377.514	-773.081
Total Geral	-547.907.312	-467.536.399	-5.717.731	-4.906.870

NOTA 16 – DÍVIDAS SUBORDINADAS

A rubrica Dívidas subordinadas refere-se ao empréstimo concedido pelo BES em Agosto de 2003, tendo nesse mesmo mês começado a ser liquidado através de prestações mensais, iguais e sucessivas, com o prazo contratado de 10 anos.

NOTA 17 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as Outras obrigações decompõem-se como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Outras obrigações				
Imposto industrial corrente - do exercício anterior	-2.274.672	0	-23.738	0
Imposto industrial corrente - do exercício (ver Nota 2.3 e 23)	-197.439	-1.379.672	-2.070	-14.707
Passivos por impostos correntes	-2.472.111	-1.379.672	-25.808	-14.707
Fornecedores	-676.920	0	-7.054	226
Outros impostos a entregar ao Estado	-584.164	-96.274	-6.096	-1.010
Mensualização de custos com pessoal	-188.293	-228.181	-1.965	-2.395
Total	-3.921.488	-1.704.127	-40.923	-17.886

Valores em milhares da respectiva moeda

	Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Outras obrigações				
Imposto industrial corrente - do exercício anterior	-2.274.672	0	-23.738	0
Imposto industrial corrente - do exercício (ver Nota 2.3 e 23)	-253.569	-1.408.114	-2.658	-15.010
Passivos por impostos correntes	-2.528.241	-1.408.114	-26.396	-15.010
Fornecedores	-1.012.199	0	-10.563	0
Outros impostos a entregar ao Estado	-617.786	-96.274	-6.447	-1.010
Mensualização de custos com pessoal	-189.639	-228.181	-1.979	-2.395
Outros	-20.951	-26.944	-207	-51
Total	-4.368.816	-1.759.513	-45.591	-18.466

Em 31 de Dezembro de 2012 o Imposto industrial corrente – do exercício anterior - a pagar refere-se ao imposto industrial de 2012 e inclui juros e demais encargos decorrentes do atraso na entrega da respectiva declaração. O valor foi integralmente liquidado em Fevereiro de 2013.

Os Outros impostos a entregar ao estado incluem Imposto industrial sobre contratos, imposto de selo, imposto de consumo, imposto predial urbano, imposto sobre a utilização de crédito, imposto sobre

trabalho dependente e segurança social.

O Imposto industrial corrente - do exercício corrente - a entregar ao Estado (ver notas explicativas 2.2 m), 2.3 c) e 23 às Demonstrações financeiras) refere-se ao Imposto sobre os lucros do exercício e foi apurado tendo em consideração a existência e volume de rendimentos provenientes de Títulos da Dívida Pública e equiparados, os quais estão isentos de qualquer tipo de imposto, não sendo considerados para efeitos de englobamento na Matéria colectável. Adicionalmente, a BESAACTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA registou um prejuízo em 2012 e 2011. Em conformidade com o Código do Imposto Industrial em vigor, estes prejuízos poderão ser deduzidos até à concorrência do seu valor, à matéria colectável dos três exercícios posteriores aos que foram gerados.

A rubrica de Mensualização de custos com pessoal refere-se a valores já registados em custos mas ainda não liquidados (provisão para férias e para subsidio de férias).

NOTA 18 – MOVIMENTO DE PROVISÕES

O movimento verificado nas rubricas de Provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

Valores em milhares de kwanzas

	Individual		Total	Consolidado		Total
	Provisões para Créditos de liquidação duvidosa	Provisão para responsabilidades prováveis		Provisões para Créditos de liquidação duvidosa	Provisão para responsabilidades prováveis	
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	5.563.516	0	5.563.516	5.563.516	0	5.563.516
Dotações	3.564.310	190.502	3.754.812	3.564.310	190.502	3.754.812
Varição cambial e outras regularizações	72.409	62	72.471	72.409	62	72.471
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (ver Nota 8)	9.200.235	190.564	9.390.799	9.200.235	190.564	9.390.799
Dotações	16.858.806	191.652	17.050.458	16.858.806	191.652	17.050.458
Varição cambial e outras regularizações	75.213	1.088	76.301	75.213	1.088	76.301
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (ver Nota 8)	26.134.254	383.304	26.517.558	26.134.254	383.304	26.517.558
Outras provisões	0	49.831	49.831	0	0	0
Total	26.134.254	433.135	26.567.389	26.134.254	383.304	26.517.558

Valores em milhares de dólares norte-americanos

	Individual		Total	Consolidado		Total
	Provisões para Créditos de liquidação duvidosa	Provisão para responsabilidades prováveis		Provisões para Créditos de liquidação duvidosa	Provisão para responsabilidades prováveis	
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	60.054	0	60.054	60.054	0	60.054
Dotações	37.994	2.031	40.025	37.994	2.031	40.025
Varição cambial e outras regularizações	-1.490	-31	-1.521	-1.490	-31	-1.521
Saldo em 31 de Dezembro de 2011 (ver Nota 8)	96.558	2.000	98.558	96.558	2.000	98.558
Dotações	176.712	2.009	178.721	176.712	2.009	178.721
Varição cambial e outras regularizações	-544	-9	-553	-544	-9	-553
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (ver Nota 8)	272.726	4.000	276.726	272.726	4.000	276.726
Outras provisões	0	520	520	0	0	0
Total	272.726	4.520	277.246	272.726	4.000	276.726

As Provisões para Créditos de liquidação duvidosa encontram-se efectuadas em conformidade com o grau de risco das operações de crédito concedido.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis - Outras provisões, no contravalor em dólares de USD 520 milhares, resulta dos fundos próprios negativos da BESAACTIF - Sociedade Gestora Fundos de Pensões, SA e da intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à participada.

NOTA 19 – FUNDOS PRÓPRIOS

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2011, o Capital social era o contravalor em AOA, à data da realização, de USD 170.530.000, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, detido em 51,94% pelo BES. As acções foram emitidas ao par e são nominativas e ordinárias.

Este montante de Capital está apresentado ao custo histórico, por contrapartida de reservas de reexpressão de Capital (ver Nota explicativa 2.1 às Demonstrações financeiras e a Demonstração de mutação de Fundos próprios).

Reservas e fundos (Reserva legal)

A Reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 20% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reserva de justo valor (Resultados potenciais)

Ver nota explicativa 2.2 q) às Demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Reserva de actualização monetária do Capital social

A Reserva de actualização monetária do Capital social resulta da transferência das provisões para o mesmo fim efectuadas ao longo de exercícios anteriores. Essas provisões são autorizadas pelo BNA e aceites fiscalmente na sua totalidade, e visam proteger o capital em AOA do efeito da respectiva desvalorização face ao USD. Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram efectuados quaisquer movimentos de Provisões específicas para este efeito (ver Demonstração de mutação dos Fundos próprios).

Reserva de Reavaliação do Imobilizado

O imobilizado encontra-se, na sua quase totalidade, contabilizado em AOA a partir da data em que começa a ser utilizado, sendo permitida a reavaliação mensal do imobilizado corpóreo, nos termos do ponto 2 do Art.º 2 do Decreto nº 6/96, aplicando o coeficiente resultante da taxa de câmbio média oficial em vigor no último dia do mês. A partir de 1 de Janeiro de 2008 o Banco deixou de reavaliar o activo imobilizado.

Estrutura accionista do BESA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a estrutura accionista do Banco era como segue:

BES	51,94%
Portmill	24,00%
GENI	18,99%
3 Individuais *	5,07%

* Dando cumprimento ao nº3, do artigo 446º da Lei 1/04 de 13 de Fevereiro, o qual enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, as detenções de capital por parte de membros dos Órgãos Sociais do BESA são como segue:

Álvaro de Oliveira Madaleno Sobrinho 5,05%
(Presidente do Conselho de Administração)

NOTA 20 – LUCRO E DIVIDENDOS POR ACÇÃO

A distribuição proposta pelo Conselho de Administração para os resultados, bem como a demonstração do Lucro e Dividendo por acção é como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
A - Resultado do exercício, distribuído por:	5.442.144	31.820.049	57.044	339.189
A1 Reserva legal	1.088.429	6.364.009	11.409	67.837
A2 Resultados transitados	4.353.715	12.728.020	45.635	135.676
A3 Dividendos propostos	0	12.728.020	0	135.676
B - Número de acções	17.053.000	17.053.000	17.053.000	17.053.000
C - Lucro por acção = A/B	0,319	1,866	0,003	0,020
D - Dividendo por acção = A3/B	0	0,746	0	0,008

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
A - Resultado do exercício, distribuído por:	5.222.360	31.823.538	54.740	339.226
A1 Reserva legal	1.088.429	6.364.009	11.409	67.837
A2 Resultados transitados	4.133.931	12.731.509	43.331	135.713
A3 Dividendos propostos	0	12.728.020	0	135.676
B - Número de acções	17.053.000	17.053.000	17.053.000	17.053.000
C - Lucro por acção = A/B	0,306	1,866	0,003	0,020
D - Dividendo por acção = A3/B	0	0,746	0	0,008

Os Dividendos de 2009, 2010 e 2011 não foram ainda distribuídos por uma decisão de Gestão, ratificada pela Assembleia Geral, para mitigar o efeito do crescimento do Banco quanto à obrigatoriedade de se cumprir todo o normativo prudencial que foi publicado e está em vigor, nomeadamente no que respeita ao rácio de capital. A data da distribuição destes Dividendos será decidida em Assembleia Geral de Accionistas quando este Órgão decidir que as propostas do Conselho de Administração, aprovadas, podem ser executadas.

NOTA 21 – PESSOAL

No final dos exercícios de 2012 e 2011, o número de colaboradores, distribuídos pelas respectivas categorias profissionais era como segue:

	Individual		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Administração	5	4	5	4
Direcção	57	51	58	53
Chefias intermédias	64	58	64	59
Técnicos / Comerciais	342	357	336	358
Administrativos	177	68	187	69
Auxiliares	34	24	33	24
Total	679	562	683	567

O montante das remunerações atribuídas durante os anos de 2012 e 2011 aos Órgãos de Administração e Fiscalização foi o seguinte:

Valores em milhares da respectiva moeda

	Individual e Consolidado			
	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Administração	368.244	356.486	3.860	3.800
Fiscalização	0	0	0	0
Total	368.244	356.486	3.860	3.800

NOTA 22 – EXTRAPATRIMONIAIS

Os saldos individuais e consolidados e respectivo detalhe das rubricas extrapatrimoniais, à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, eram os seguintes:

Valores em milhares da respectiva moeda

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Responsabilidades de terceiros				
Garantias e avales recebidos	100.845.438	73.108.053	1.052.381	767.281
Responsabilidades perante terceiros				
Garantias e avales prestados	5.814.103	11.658.904	60.674	122.362
Créditos documentários abertos	23.680.824	32.639.562	247.123	342.558
	29.494.927	44.298.466	307.797	464.920
Outros	123.373	921.880	1.287	9.675

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios

básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

NOTA 23 – DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO IMPOSTO INDUSTRIAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a demonstração do cálculo do imposto industrial é como segue:

Valores em milhares da respectiva moeda

Individual

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Resultado Antes de Imposto	-5.639.583	-33.199.721	-59.114	-353.896
Deduções e abatimentos (ver nota 2.3)	5.075.472	29.257.800	53.200	311.877
Matéria Colectável	-564.111	-3.941.921	-5.914	-42.019
Imposto Industrial (35%) (ver nota 17)	197.439	1.379.672	2.070	14.707
Resultado Líquido	-5.442.144	-31.820.049	-57.044	-339.189
Taxa efectiva de imposto	3,50%	4,16%	3,50%	4,16%

Valores em milhares da respectiva moeda

Consolidado

	AOA		USD	
	2012	2011	2012	2011
Resultado Antes de Imposto	-5.458.255	-33.233.790	-57.213	-354.259
Deduções e abatimentos (ver nota 2.3)	4.733.772	29.210.606	49.619	311.373
Matéria Colectável	-724.483	-4.023.183	-7.594	-42.886
Imposto Industrial (35%) (ver nota 17)	253.569	1.408.114	2.658	15.010
Resultado Líquido	-5.222.360	-31.823.538	-54.740	-339.226
Taxa efectiva de imposto	4,65%	4,24%	4,65%	4,24%

NOTA 24 – FACTOS RELEVANTES

Desenvolvimento de novas Unidades de Negócio

BESALeasing

No âmbito do alargamento das suas actividades, o BESA procedeu à entrega no dia 10 de Dezembro de 2008, junto do Banco Nacional de Angola, do pedido de constituição de uma instituição financeira não bancária, maioritariamente detida pelo BESA, a saber, BESALeasing – Sociedade de Locação Financeira, SA.

Esta empresa operará na área de locação financeira (*leasing*). Contribuindo para o desenvolvimento do mercado financeiro angolano, através da disponibilização de produtos e serviços até ao momento inexistentes, apoiará o tecido empresarial na prossecução dos seus planos de investimentos a médio e longo prazo.

De acordo com a Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 13/05 de 30 de Setembro), esta actividade é já passível de ser desenvolvida no seio das instituições financeiras bancárias, pelo que a sua autonomização numa empresa maioritariamente detida por um Banco está prevista e legalmente enquadrada. Contamos com a ponderada análise das entidades responsáveis pela aprovação do requerimento, assim como com a sua pronta decisão.

Contudo, o BESA tem vindo a preparar-se para dar resposta aos novos desafios que o sistema financeiro nacional comporta, nomeadamente ao nível do crédito especializado. Assim, é de referir que se deu seguimento à formação de recursos humanos e adequação de processos que permitirão que, tão logo o regulador dê luz verde à constituição de uma sociedade de locação financeira, o BESA esteja em condições de poder vir a exercer esta actividade de uma forma jurídica autónoma.

De realçar a publicação dos Decretos Presidenciais nº 64/11 e 65/11 de 18 de Abril de 2011 assim como dos Avisos do BNA nº 16/2011 de 19 de Dezembro e 17/2011 de 19 de Dezembro sobre estas mesmas matérias, os quais se traduzem numa acrescida perspectiva de obtenção da autorização para início da actividade no decorrer de 2013.

BESAFactoring

No âmbito do alargamento das suas actividades, o BESA procedeu à entrega no dia 23 de Julho de 2009, junto do Banco Nacional de Angola, do pedido de constituição de uma instituição financeira não bancária, integralmente detida pelo BESA, a saber, BESAFactoring – Sociedade de Cessão Financeira, SA.

Esta empresa operará na área de cessão financeira (*factoring*). Contribuindo para o desenvolvimento do mercado financeiro angolano, através da disponibilização de produtos e serviços até ao momento inexistentes, apoiará o tecido empresarial na gestão da sua tesouraria.

Apesar da inexistência de regulamentação específica para esta actividade, estima-se a publicação de informação relevante durante o exercício de 2013. Contudo, e de acordo com a Lei das Instituições Financeiras (Lei nº 13/05 de 30 de Setembro), esta actividade é já passível de ser desenvolvida no seio das instituições financeiras bancárias, pelo que a sua autonomização numa empresa maioritariamente detida por um Banco não se avizinha problemática. Contamos com a sempre ponderada análise das entidades responsáveis pela aprovação do requerimento, assim como com a sua pronta decisão.

Espírito Santo Investment Angola, SA

A continuada aposta na área de negócio da banca de Investimento levou a que o BESA - em parceria com

o BESI – tenha decidido submeter às autoridades angolanas, o pedido de licenciamento para a abertura de uma unidade autónoma a actuar neste área de forma a permitir uma cobertura mais ampla e aprofundada deste novo mercado (com especial enfoque no sector de infra-estruturas, energia e indústria) e explorar oportunidades de prestação de serviços de assessoria financeira, tendo como propósito dinamizar a actividade cross-border com outras geografias onde o Grupo BES está presente (Portugal, Espanha, Brasil, EUA, UK), explorando este factor de diferenciação no mercado local.

Esta nova unidade assumirá a figura jurídica de uma Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários (SDVM), registada junto da Comissão do Mercado de Capitais (CMC) de Angola e irá também permitir a oferta de serviços na área do mercado de capitais, nomeadamente a distribuição e intermediação de valores mobiliários, no quadro da prevista criação do novo Mercado Regulamentado de Dívida Pública (MRDP). Espera-se que as iniciativas actualmente em curso em Angola, possibilitem o rápido desenvolvimento do mercado interno de capitais (primário e secundário) e propiciem um acrescido dinamismo ao sector financeiro angolano com a criação de novos produtos, novas áreas de negócio e novos operadores de mercado.

ESSA (Espírito Santo Securities Angola, SA)

Actualmente decorre o processo constituição da ESSA, Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, aguardando-se pelo licenciamento das autoridades competentes de Angola. A equipa que constituíra a sociedades encontra-se em fase de formação, estando instalada no Edifício ESCOM, local da futura sede da mesma.

A criação da ESSA visa dotar o Banco para a previsível abertura da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (BVDA) – projecto que está actualmente

a ser dinamizado pela Comissão de Reestruturação do Mercado de Capitais. Será expectável, a prazo, o desenvolvimento de novas áreas de negócio, quer ao nível do mercado primário de dívida e “equity”, bem como ao nível do mercado secundário (corretagem).

NOTA 25 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2012, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas Notas às Contas relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.



Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do
Banco Espírito Santo Angola, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Espírito Santo Angola, S.A., ('BESA' ou 'Banco') que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 1.007.218.429 milhares de AOA e um total de fundos próprios de 104.029.283 milhares de AOA, incluindo um resultado líquido de 5.442.144 milhares de AOA), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras ('CONTIF') e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola ('BNA'), e pelo controlo interno que considere ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Excepto quanto às limitações de âmbito descritas nos parágrafos 1 a 4 abaixo, estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.



Bases para a Opinião com Reservas

1. À data de 31 de Dezembro de 2012, a rubrica do balanço Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa apresenta o valor de 26.134.254 milhares de AOA (2011: 9.200.235 milhares de AOA).

Conforme referido no Relatório do Auditor Independente, com referência a 31 de Dezembro de 2011, o Banco Espírito Santo Angola, S.A., continua a não dispor, à presente data, de desenvolvimentos informáticos que permitam a verificação do cumprimento dos requisitos do Aviso n.º 1/2012 do BNA para efeitos de constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Assim, não é possível obter a identificação efectiva (i) das operações de crédito que foram objecto de reestruturação e (ii) do grupo económico em que cada cliente se insere, pelo que não conseguimos concluir sobre a adequação do montante registado na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, face aos requisitos estabelecidos no Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola.

Adicionalmente, à data de 31 de Dezembro de 2012, não foi possível testar o juro reconhecido em resultados do exercício proveniente da carteira de crédito concedido a clientes, devido a uma impossibilidade de extração da informação do sistema operacional. Por este facto, não nos foi possível analisar a informação de suporte suficiente e apropriada para validar o saldo contabilístico da referida conta de Proveitos de créditos no montante de 67.699.602 milhares de AOA, pelo que não podemos concluir sobre o mesmo, nem quanto aos efeitos, se alguns, nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012, de eventuais ajustamentos que se poderiam ter identificado ser necessários, caso tivéssemos obtido o referido suporte.

2. Até 31 de Dezembro de 2011, o BESA tinha registado na rubrica Bens não de uso próprio, imóveis que não faziam parte integrante das instalações do Banco Espírito Santo Angola, S.A., nem se destinavam à prossecução do seu objecto social, no montante de 37.845.257 milhares de AOA.

Nessa data estava em curso um levantamento exaustivo da informação integral relativa à existência, titularidade e valorização dos referidos imóveis, pelo que em 2011 não foi possível concluir acerca da adequação do montante registado na referida rubrica.

Durante o exercício de 2012, foi constituído o fundo BESA Valorização para o qual foi transferida uma parte dos imóveis acima referidos no montante de 75.580.011 milhares de AOA (37.845.257 milhares de AOA em 2011). No entanto, de acordo com o enquadramento que nos foi apresentado da operação, as unidades de participação do Fundo foram integralmente subscritas pelo BESA através da entrada em espécie destes imóveis e a realização da parcela remanescente em dinheiro. Face à substância da operação, não existiu lugar ao desconhecimento dos referidos activos pelo que se mantêm as questões identificadas em 2011.

Assim e considerando que o Banco Espírito Santo Angola, S.A., ainda se encontra, à presente data, a proceder ao levantamento exaustivo da informação integral relativa à valorização dos imóveis, não nos é possível concluir acerca da adequada valorização dos mesmos.



Deve igualmente ser tido em consideração que de acordo com as regras do BNA não é permitido às instituições financeiras a detenção de imóveis que não são parte integrante das suas instalações, nem se destinam à prossecução do seu objecto social.

3. No decurso do exercício de 2011, também tinham sido identificados imóveis no montante de 30.699.587 milhares de AOA que se encontravam registados na rubrica de Bens não de uso próprio e que pelo facto de não serem de uso próprio, e tendo em consideração a regra acima referida, não deveriam estar registados nas contas do Banco.

Em 2012, o Banco transferiu de Bens não de uso próprio para Imobilizado em curso, imóveis no montante de 10.104.180 milhares de AOA (2011: 9.269.130 milhares de AOA) dado o Banco ter decidido utiliza-los na sua actividade e estarem em fase de construção.

Contudo em 2012, ainda não nos foi possível obter informação sobre a existência, titularidade e valorização de imóveis no montante de 11.991.244 milhares de AOA (2011: 30.699.587 milhares de AOA), pelo que não nos podemos pronunciar sobre a razoabilidade desse montante.

4. O Código do Imposto Industrial permite a dedução ao resultado tributável de todos os proveitos provenientes de títulos de dívida pública do Estado angolano.

Para efeitos do apuramento do imposto industrial a pagar, o BESA tem vindo a considerar como dedutíveis, nos diversos exercícios, proveitos financeiros associados a operações com o Estado Angolano.

Até esta data o Banco não nos apresentou a demonstração de que este entendimento está alinhado com a legislação fiscal Angolana, pelo que não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do montante registado em provisões para contingências fiscais existentes.

Opinião com reservas

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 1 a 4 das Bases para a opinião com Reservas, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Espírito Santo Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2012 e o seu desempenho financeiro, as mutações nos fundos próprios e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.



Opinião com reservas

Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº 1 a 4 das Bases para a opinião com Reservas, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Espírito Santo Angola, S.A., em 31 de Dezembro de 2012 e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidado relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo BNA.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, decorrente das limitações descritas nos parágrafos nº 1 a 4 das Bases para a opinião com Reservas, o Banco Espírito Santo Angola, S.A. em função dos ajustamentos que vierem a revelar-se necessários ao nível dos seus fundos próprios, deverá avaliar a necessidade de um aumento do seu capital social, de forma a manter o cumprimento com os requisitos mínimos em termos de fundos próprios estabelecidos no Aviso n.º 4/2007 do Banco Nacional de Angola.

Luanda, 28 de Junho de 2013

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.



KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige
Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
Luanda

Telefone: +244 227 28 01 01
Fax: +244 227 28 01 19
Internet: www.kpmg.co.ao
E-mail: akpmg@kpmg.com

Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do
Banco Espírito Santo Angola, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Espírito Santo Angola, S.A. ("BESA" ou Banco) que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 997.272.645 milhares de AOA e um total de fundos próprios consolidado de 103.215.619 milhares de AOA, incluindo um resultado líquido consolidado de 5.222.360 milhares de AOA), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração da mutação dos fundos próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações dos riscos, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A. - firma Angolana
membro de rede KPMG, composta por firmas independentes
afiliadas de KPMG International Cooperative ("KPMG
International"), uma entidade sem fins lucrativos

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
Capital Social: 1.390.000 USD
Número de Registo: 17 9401178077



Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Excepto quanto às limitações de âmbito descritas nos parágrafos 1 a 4 abaixo, estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Bases para a Opinião com Reservas

1. À data de 31 de Dezembro de 2012, a rubrica do balanço consolidado Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa apresenta o valor de 26.134.254 milhares de AOA (2011: 9.200.235 milhares de AOA).

Conforme referido no Relatório do Auditor Independente, com referência a 31 de Dezembro de 2011, o Banco Espírito Santo Angola, S.A., continua a não dispor, à presente data, de desenvolvimentos informáticos que permitam a verificação do cumprimento dos requisitos do Aviso n.º 3/2012 do BNA para efeitos de constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Assim, não é possível obter a identificação efectiva (i) das operações de crédito que foram objecto de reestruturação e (ii) do grupo económico em que cada cliente se insere, pelo que não conseguimos concluir sobre a adequação do montante registado na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, face aos requisitos estabelecidos no Aviso n.º 3/2012 do Banco Nacional de Angola.

Adicionalmente, à data de 31 de Dezembro de 2012, não foi possível testar o juro reconhecido em resultados consolidados do exercício proveniente da carteira de crédito concedido a clientes, devido a uma impossibilidade de extração da informação do sistema operacional. Por este facto, não nos foi possível analisar a informação de suporte suficiente e apropriada para validar o saldo contabilístico da referida conta de Proveitos de créditos no montante de 67.699.602 milhares de AOA, pelo que não podemos concluir sobre o mesmo, nem quanto aos efeitos, se alguns, nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012, de eventuais ajustamentos que se poderiam ter identificado ser necessários, caso tivéssemos obtido o referido suporte.

2. Até 31 de Dezembro de 2011, o BESA tinha registado na rubrica Bens não de uso próprio, imóveis que não faziam parte integrante das instalações do Banco Espírito Santo Angola, S.A., nem se destinavam à prossecução do seu objecto social, no montante de 37.845.257 milhares de AOA.

Nessa data estava em curso um levantamento exaustivo da informação integral relativa à existência, titularidade e valorização dos referidos imóveis, pelo que em 2011 não foi possível concluir acerca da adequação do montante registado na referida rubrica.

Durante o exercício de 2012, foi constituído o fundo BESA Valorização para o qual foi transferida uma parte dos imóveis acima referidos no montante de 75.580.011 milhares



de AOA (37.845.257 milhares de AOA em 2011). No entanto, de acordo com o enquadramento que nos foi apresentado da operação, as unidades de participação do Fundo foram integralmente subscritas pelo BESA através da entrada em espécie destes imóveis e a realização da parcela remanescente em dinheiro. Face à substância da operação, não existiu lugar ao desreconhecimento dos referidos activos pelo que se mantém as questões identificadas em 2011.

Assim e considerando que o Banco Espírito Santo Angola, S.A., ainda se encontra, à presente data, a proceder ao levantamento exaustivo da informação integral relativa à valorização dos imóveis, não nos é possível concluir acerca da adequada valorização dos mesmos.

Deve igualmente ser tido em consideração que de acordo com as regras do BNA não é permitido às instituições financeiras a detenção de imóveis que não são parte integrante das suas instalações, nem se destinam à prossecução do seu objecto social.

3. No decurso do exercício de 2011, também tinham sido identificados imóveis no montante de 30.699.587 milhares de AOA que se encontravam registados na rubrica de Bens não de uso próprio e que pelo facto de não serem de uso próprio, e tendo em consideração a regra acima referida, não deveriam estar registados nas contas do Banco.

Em 2012, o Banco transferiu de Bens não de uso próprio para Imobilizado em curso, imóveis no montante de 10.104.180 milhares de AOA (2011: 9.269.130 milhares de AOA) dado o Banco ter decidido utiliza-los na sua actividade e estarem em fase de construção.

Contudo em 2012, ainda não nos foi possível obter informação sobre a existência, titularidade e valorização de imóveis no montante de 11.991.244 milhares de AOA (2011: 30.699.587 milhares de AOA), pelo que não nos podemos pronunciar sobre a razoabilidade desse montante.

4. O Código do Imposto Industrial permite a dedução ao resultado tributável de todos os proveitos provenientes de títulos de dívida pública do Estado angolano.

Para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar, o BESA tem vindo a considerar como dedutíveis, nos diversos exercícios, proveitos financeiros associados a operações com o Estado Angolano.

Até esta data o Banco não nos apresentou a demonstração de que este entendimento está alinhado com a legislação fiscal Angolana, pelo que não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do montante registado em provisões para contingências fiscais existentes.



Opinião com reservas

Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.º 1 a 4 das Bases para a opinião com Reservas, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Espírito Santo Angola, S.A., em 31 de Dezembro de 2012 e o seu desempenho financeiro consolidado e fluxos de caixa consolidado relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo BNA.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, decorrente das limitações descritas nos parágrafos n.º 1 a 4 das Bases para a opinião com Reservas, o Banco Espírito Santo Angola, S.A. em função dos ajustamentos que vierem a revelar-se necessários ao nível dos seus fundos próprios, deverá avaliar a necessidade de um aumento do seu capital social, de forma a manter o cumprimento com os requisitos mínimos em termos de fundos próprios estabelecidos no Aviso n.º 4/2007 do Banco Nacional de Angola.

Luanda, 28 de Junho de 2013

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sobre o Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2012

Exmos. Senhores Accionistas do
BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA, S.A.

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, designadamente da Lei 1/04, de 13 de Fevereiro (a Lei das Sociedades Comerciais) apresentamos, a vossas excelências, o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no Banco Espírito Santo Angola, S.A. (adiante abreviadamente designado por "BESA"), bem como o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, Balanço, as Demonstrações de Resultados por natureza, mutação de fundos próprios e dos fluxos de caixa e as respectivas notas às demonstrações financeiras, elementos estes submetidos à nossa apreciação pelo conselho de administração do BESA, sobre o relatório do auditor externo sobre as contas e sobre a proposta de aplicação de resultados relativamente ao exercício de 2012 apresentada pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral de accionistas.

No exercício de 2012 acompanhámos regularmente a actividade, a gestão e a evolução dos negócios do BESA, procedendo (i) à verificação da regularidade dos relatórios e registos contabilísticos com a profundidade e a extensão que consideramos adequado e (ii) à apreciação da adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno, de gestão dos riscos e de auditoria interna em vigor.

No exercício das nossas funções analisámos os livros, dos registos e dos documentos da sociedade, bem como verificámos as existências e obtivemos esclarecimentos sobre a actividade da sociedade e reunimos com o auditor independente do BESA, a KPMG Angola – Audit., Tax. Advisory, S.A., que sempre prestou todos os esclarecimentos técnicos e contabilísticos necessários e solicitados, e tomamos conhecimento dos termos do Relatório do Auditor Independente para o ano findo em 31 de Dezembro de 2012, com reservas e com uma ênfase, as quais se dão aqui por reproduzidas, e a que demos a nossa concordância.

Em conclusão, somos de opinião que a Assembleia Geral de accionistas do BANCO ESPÍRITO SANTO ANGOLA, S.A. aprove:

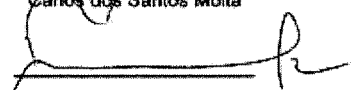
- O Relatório de gestão, bem como os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração;
- A proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2012;
- Aprove a gestão exercida pelo Conselho de Administração e seus colaboradores em relação ao exercício referido.

Luanda, 28 de Junho de 2013

O CONSELHO FISCAL



Carlos dos Santos Moita



Francisco Machado da Cruz

